

ARMANDO JOSÉ DOS SANTOS COUTINHO

**A PRAÇA DAS CIDADES:
A PRAÇA DA REPÚBLICA DAS
CALDAS DA RAINHA**

Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Mangorrinha Martins

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação**

Lisboa

2013

ARMANDO JOSÉ DOS SANTOS COUTINHO

**A PRAÇA DAS CIDADES:
A PRAÇA DA REPÚBLICA DAS
CALDAS DA RAINHA**

Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em
Arquitectura no Curso de Mestrado em Estudos
Avançados de Arquitectura conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Mangorrinha
Martins

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação

Lisboa
2013

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os docentes que fizeram parte do meu percurso académico e, em particular, ao orientador Professor Doutor Jorge Mangorrinha, respectivamente pela sua orientação, disponibilidade e prontidão.

Uma palavra de agradecimento aos meus colegas e amigos, com quem partilhei estes cinco anos de estudo e trabalho. Com cada um deles, aprendi muito do ponto de vista académico e humano.

Agradeço, especificamente, ao Dr. Eduardo Bento pela incansável disponibilidade.

Ao Dr. José Tanchão, por todo o apoio que me prestou.

À minha filha Romina, um agradecimento especial.

Um bem-haja à minha esposa Maria de Fátima, por me incentivar nos momentos difíceis e suportar a minha ausência, ao longo destes anos.

Agradeço ainda a todos os que não referi e que me ajudaram, de certa forma, na elaboração desta dissertação.

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo reflectir sobre as condições funcionais da Praça da República, nas Caldas da Rainha, no domínio da sua regeneração e das potencialidades económicas e sociais, no sentido de apresentar uma solução, entre outras possíveis, como contributo para futuras intervenções.

Ao estudo da Praça da República das Caldas da Rainha associou-se o caso da Praça do Mercado de Cambridge, na Inglaterra, fundamental como termo de comparação no sentido de tentar regenerar a Praça da República.

A dissertação desenvolve-se em três partes. A primeira parte centra-se numa apresentação generalista e exemplificativa das praças, com destaque para as suas formas e funções. Na segunda parte, procedemos a uma observação pormenorizada do caso de Cambridge, em relação ao seu funcionamento, tipo de vendas e intervenções. Por último, na terceira parte, para além de procedermos a um exame pormenorizado da Praça da República, em relação aos seus problemas, à sua importância e ao estado de conservação dos edifícios envolventes, finalizamos com uma proposta de intervenção.

O estudo desenvolvido neste trabalho permitiu-nos concluir que esta praça necessita, urgentemente, de uma intervenção que corrija a situação de decadência em que se encontra e dê solução a problemas de acessibilidade, limpeza, estacionamento, para além de necessitar da construção de um edifício de apoio que torne este espaço acolhedor e agradável e que não seja apenas local fortuito de passagem.

Palavras-chave: Arquitectura, Regeneração Urbana, Praças, Mercados, Caldas da Rainha.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the conditions of functional Republica Square, in Caldas da Rainha, in the field of regeneration and economic and social potential, in order to present a solution, among other possible as input for future interventions.

The study of the República Square of Caldas da Rainha joined the case of Market Square Cambridge, England, as a key point of comparison in order to try to regenerate the Republica Square, in Caldas da Rainha.

Thus, the dissertation developed into three parts. The first part focuses on a general and illustrative presentation of the squares, highlighting its forms and functions. In the second part, we proceed to a detailed analysis of the case of Cambridge, in relation to its operation, type of sales and operations. Finally, in the third part, in addition to proceeding to a detailed examination of the Square of the Republic in relation to their problems, their significance and the condition of the surrounding buildings, we finalized a proposal for intervention.

The study developed in this study allowed us to conclude that this square is in urgent need of an intervention to correct the situation of decay that is and give solution to problems of accessibility, cleanliness, parking, besides requiring the construction of a building support which makes this space warm and pleasant and it is not just fortuitous location of passage.

Keywords: Architecture, Urban Regeneration, Squares, Markets, Caldas da Rainha.

INDICE

DEDICATÓRIA	1
AGRADECIMENTOS	2
RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
INDICE.....	5
INDICE DE IMAGENS	7
ENQUADRAMENTO	11
CAPITULO 1 – O Tema	17
1.1 - A Praça na História	18
1.2 - A Forma da Praça.....	24
1.2.1 - A “Praça Perfeita”	32
1.2.2 – A Arquitectura	34
1.3 - A Função da Praça.....	37
1.4 – Praça e Património.....	43
CAPITULO 2 – Caso Comparativo: Cambridge (Inglaterra)	45
2.1 – História e Espaço Público.....	45
2.1.1 – Contexto Histórico Urbano.....	45
2.1.2 – Recursos Turísticos	49
2.1.3 – Manifestações Culturais	52
2.2 – A Praça e o Mercado	52
2.2.1 – Enquadramento Histórico	56
2.2.2 – Funcionamento	57
2.2.3 – Tipo de vendas.....	60
2.2.4 – Intervenções.....	60
2.2.5 – Estacionamento.....	62
2.2.6 – Turismo.....	63
CAPITULO 3 – Caso de Estudo: A Praça da República (Caldas da Rainha).....	65
3.1 - Contexto Histórico Urbano	65
3.1.1 - A Cidade.....	65
3.1.2 - A Praça	69

3.2 – Contexto Actual da Praça	73
3.2.1 – Caracterização de Problemas	75
3.2.2 – Acessibilidade.....	75
3.2.3 - Equipamento	76
3.2.4 – Estacionamento.....	76
3.2.5 - Limpeza e Manutenção	77
3.2.6 - Mobiliário Urbano.....	77
3.2.7 - Pavimento.....	78
3.2.8 - Zona Verde.....	79
3.2.9 - Cargas e Descargas.....	79
3.2.10 - Edifício de Apoio	80
3.2.11 - Espaços Nocturnos	80
3.2.12 – Envolvente Edificada – Estado de Conservação	81
3.3 – O Futuro da Praça	86
3.3.1 - Acessibilidade	88
3.3.2 – Equipamento.....	88
3.3.3 - Estacionamento	89
3.3.4 - Limpeza e Manutenção	90
3.3.5 - Mobiliário Urbano.....	90
3.3.6 - Pavimento.....	91
3.3.7 - Saneamento	91
3.3.8 - Zona Verde.....	92
3.3.9 - Cargas e Descargas.....	92
3.3.10 - Gestão do Mercado.....	92
3.3.11 - Edifício de Apoio	93
3.3.12 - Edifícios Envolventes.....	96
CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS	101

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 – Ágora (Pinto, 2002, p.9).....	18
Figura 2 – Fórum Romano (D’Alfonso, 2006, p.56).....	19
Figura 3 – Braga Medieval (Lamas, 2004,p.155).....	20
Figura 4 – A Place Albertas, em Aix-en-Provence (Lamas, 2004, p.173)	21
Figura 5 – Praça Principal de Vigevano, Italia (Goitia, 2010, p. 105)	22
Figura 6 – Place Vendôme, Paris (Lamas, 2004, p.175)	22
Figura 7 – O Crescent de Bath, Inglaterra (Lamas, 2004, p.199).....	23
Figura 8 – Piazzas Reale e San Domenico em Modena, Italia (Moughtin, 2003, p.106).....	26
Figura 9 – Diversidade de Morfologias de Praças (Coelho, 2009, p.257)	26
Figura 10 – Praça Marques de Pombal em Porto Covo (Coelho, 2009, p.848)	27
Figura 11 – Praça da República de Campo Maior (Coelho, 2009, p.244).....	27
Figura 12 – Largo da Sé Velha em Coimbra (Coelho, 2009, p.305).....	27
Figura 13 – Praça da República em Montemor o Velho (Coelho, 2009, p.585)	28
Figura 14 – Largo do Paço em Braga (Coelho, 2009, p.209).....	28
Figura 15 – Vista da Praça 25 de Abril, em Alcobaça (Foto do Autor, 2012)	28
Figura 16 – Praça dos Imperadores, em Manique do Intendente (Coelho, 2009, p.172)	29
Figura 17 – Praça da República, em Beja (Coelho, 2009, p.193)	29
Figura 18 – Largo de São Miguel, em Lisboa (Coelho, 2009, p.469).....	29
Figura 19 – Praça do Comercio em Lisboa (Coelho, 2009, p.28)	30
Figura 20 – Praça de Santa Maria em Obidos (Foto do Autor, 2012).....	30
Figura 21 – Largo Vasco da Gama em Santa Cruz da Graciosa (Coelho, 2009, p.38)	31
Figura 22 – Praça dos Monumentos Nacionais em Aguiar da Beira (Coelho, 2009, p.75).....	31
Figura 23 – Adro da Igreja em Torre de Moncorvo (Coelho, 2009, p.37)	31
Figura 24 – Piazza Navona em Roma (Fazio, Moffett & Wodehouse, 2009, p.370).....	32
Figura 25 – Piazza Della St. Annunziata, em Florença (2012). Acedido em Janeiro de 2013, http://www.florence-on-line.com/piazzas/piazza-della-santissima-annunziata.html	34
Figura 26 – Descaracterização da Fachada de um Edifício em, Sicília (Alves, 2003, p.126)..	36
Figura 27 – Slab Square em Nottingham (2012). Acedido em Fevereiro de 2012, http://www.spacesyntax.com/project/nottingham-old-market-square/	38
Figura 28 – Praça da República de Tomar (Coelho, 2009, p.39)	38

Figura 29 – Praça do Município de Braga (Coelho, 2009, p.202).....	39
Figura 30 – Praça de Armas, em Angra do Heroísmo (Coelho, 2009, p.41).....	39
Figura 31 – Largo da Capela Nova de Vila Real (Coelho, 2009, p.29)	40
Figura 32 – Largo das Portas de Moura, em Évora (Coelho, 2009, p.35).....	40
Figura 33 – Praça de São Pedro em Roma (Gympel, 1996, p.55).....	41
Figura 34 – Largo de Camões em Lisboa (Foto do Autor, 2012)	41
Figura 35 – Praça das Flores no Porto (Foto do Autor, 2012).....	41
Figura 36 – Planta da Piazza S. Marco, Veneza (Alves, 2003, p.100).....	42
Figura 37 – Mapa Mostrando o Rio Cam (Boyd, 2005, p.11).....	45
Figura 38 – Transporte dos Produtos de Barco (Boyd, 2005, p.22	46
Figura 39 – Mapa de Cambridje de 1574 (Boyd, 2005, p.33).....	47
Figura 40 – Locomotiva a Vapor na Estação de Cambridje (Boyd, 2005, pp.70-71)	47
Figura 41 – Imagem Actual de Cambridje (Boyd, 2005, p.5).....	48
Figura 42 – Scott Polar Research Institute (2012). Acedido em Jan. de 2012, http://www.spri.cam.ac.uk/museum	49
Figura 43 – Corpus Christi (Boyd, 2005, p.27).....	49
Figura 44 – Capela de King College (Boyd, 2005, p.35)	50
Figura 45 – Queens College (Boyd, 2005, p.32).....	50
Figura 46 – Cambridge University Press (Boyd, 2005, p.92)	51
Figura 47 – Cambridge University Botanic (2012). Acedido em Junho de 2012, http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/34/Cu_botanic_garden2.JPG	51
Figura 48 – Midsummer Fair (Boyd, 2005, p.23)	52
Figura 49 – Planta da Praça (Cambridge City Council, 2006b, p.2)	53
Figura 50 – Edifício Gonville and Caius College (2012). Acedido em Setembro de 2012, http://www.cambridge2000.com/cambridge2000/html/0003/P3150272.html	53
Figura 51 – Edifício Guildhall (2012). Acedido em Agosto de 2012, http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bb/The_Guildhall%2C_Cambridge_-_geograph.org.uk_-_514416.jpg	54
Figura 52 – Great St Mary's (Boyd, 2005, p.35).....	55
Figura 53 – Edifícios a nascente da Praça (2012). Acedido em Setembro de 2012, http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=11&with_photo_id=9590389&order=date_desc&user=1643674	55

Figura 54 – Planta da Praça do Mercado em 1592 (Cambridge City Council, 2006a, p.11) ...	56
Figura 55 – Queima de Livros (Boyd, 2005, p.41).....	57
Figura 56 – Disposição das Tendas na Praça do Mercado (Cambridge City Council, 2012) ..	58
Figura 57 – Mercado de Cambridge (Joyce, Thomton & White, 2011b, p.1).....	60
Figura 58 – Parque de Estacionamento (Cambridge C. C., 2013b; Foto do Autor, 2013).....	62
Figura 59 – Planta do Concelho (Barros, 2005, p.8).....	65
Figura 60 – Frontaria do Hospital em 28 de Março de 1747 (Barros, 2005, p.81)	66
Figura 61 – Planta da Vila das Caldas em 1742 (Serra, 2003, p.54).....	67
Figura 62 – Estação do Caminho de Ferro (Foto do Autor, 2013).....	68
Figura 63 – Hospital Termal (Mangorrinha, 2005, p. 55)	69
Figura 64 – Planta da Praça da República (Câmara Municipal Caldas Rainha, 2013)	69
Figura 65 – Planta Conceptual das Caldas no Séc. XVII (Serra, 2003, p.241).....	70
Figura 66 – Praça D. Maria Pia (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993, p.221).....	71
Figura 67 – Tabuleiro da Praça da República (Foto do Autor, 2013)	72
Figura 68 – Mercado na Praça da República 1960 (Barros, 2005, p. 132).....	73
Figura 69 – Praça da República e Mercado (Foto do Autor, 2012)	73
Figura 70 – O Mercado Diário de Géneros (Rodrigues, 1993, p.376)	74
Figura 71 – Mercado Diário (Foto do Autor, 2012)	74
Figura 72 – Praça da República depois do mercado (Foto do Autor, 2012)	75
Figura 73 – Passagem entre o Trânsito (Foto do Autor, 2012)	76
Figura 74 – Chapéus e Tendas dos Vendedores (Foto do Autor, 2012).....	76
Figura 75 – Estacionamento na Praça da República (Foto do Autor, 2012)	77
Figura 76 – Lixo no Chão (Foto do Autor, 2012)	77
Figura 77 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)	78
Figura 78 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)	78
Figura 79 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)	78
Figura 80 – Aspecto Ondulado da Calçada (Foto do Autor, 2012).....	78
Figura 81 – Aspecto Desolador das Árvores e Caldeiras (Foto do Autor, 2012).....	79
Figura 82 – Aspecto Desolador das Árvores e Caldeiras (Foto do Autor, 2012).....	79
Figura 83 – Cargas e Descargas de Produtos (Foto do Autor, 2012)	79
Figura 84 – Cargas e Descargas de Produtos (Foto do Autor, 2012)	79
Figura 85 – Cargas e Descargas de Produtos (Foto do Autor, 2012)	79

Figura 86 – Praça D. Maria Pia, cerca de 1884 (Barros, 2005, p. 131).....	80
Figura 87 – Praça da República á noite, 2009 (Foto do Autor, 2013).....	80
Figura 88 – Alçado Conjunto (Foto do Autor, 2012).....	82
Figura 89 – Edifício Demolido (2013). Acedido em 22 de Setembro de 2013, http://www.gazetacaldas.com/?s=Jos%C3%A9+Neto+Pereira%2C+d%C3%A9cada+de+1950	82
Figura 90 – Edifício Existente (Foto do Autor, 2013).....	82
Figura 91 – Actual Edifício da Junta de Freguesia (Foto do Autor, 2012)	83
Figura 92 – Designação da Nova Padaria tabuense (Mangorrinha, 2005, p.35)	83
Figura 93 – Alçado Conjunto (Foto do Autor, 2012).....	84
Figura 94 – Edifício Caixa Geral de Depósitos (Foto do Autor, 2012).....	84
Figura 95 – Edifício do Antigo Banco de Portugal (Foto do Autor, 2012).....	85
Figura 96 – Vista nascente da Praça da República (Foto do Autor, 2012).....	85
Figura 97 – Alçado Conjunto (Foto do Autor, 2012).....	86
Figura 98 – Antigo Edifício dos Grandes Armazéns do Chiado (Foto do Autor, 2012).....	86
Figura 99 – Planta de acessibilidades (Foto do Autor, 2012).....	88
Figura 100 – Desenho de Bancas (Mangorrinha, 2004, pp.42-43).....	89
Figura 101 – Desenho de Bancas (Mangorrinha, 2004, pp.42-43).....	89
Figura 102 – Desenho de Bancas (Mangorrinha, 2004, pp.42-43).....	89
Figura 103 – Planta de localização da Praça da República com estacionamento proposto (Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 2012; Foto do Autor, 2012)	89
Figura 104 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)	91
Figura 105 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)	91
Figura 106 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)	91
Figura 107 – Pavimento Corrigido e Inalterável (Foto do Autor, 2012).....	91
Figura 108 – Grelha de Proteção para as Caldeiras (Teles, 2009, p.209)	92
Figura 109 – Implantação do Edifício de Apoio ao Mercado (Foto do Autor, 2012).....	93
Figura 110 – Maquete do Edifício de Apoio (Foto do Autor, 2012).....	94
Figura 111 – Futuro Edifício Espaço Turismo (Foto do Autor, 2013).....	95
Figura 112 – Coloração das Fachadas (2008). Acedido em 10 de Janeiro de 2012, http://www.mmarquitectos.pt , 2008).....	98

ENQUADRAMENTO

Esta dissertação procura fazer uma reflexão sobre o espaço público, nomeadamente o papel da arquitectura na regeneração do mercado e da Praça da República das Caldas da Rainha (vulgarmente conhecida como Praça da Fruta), sob o ponto de vista arquitectónico e, das suas potencialidades económicas e sociais.

O âmbito do presente estudo foi suscitado pelo facto deste espaço público ser o único do país, onde se realiza diariamente um mercado hortofrutícola a céu aberto, além de se tratar do centro da cidade, onde grande parte da vida das pessoas é vivida e sentida. Por outro lado, é também caracterizado por atrair vivências diversas através dos seus utilizadores, que nela desenvolvem actividades. Pelo fascínio da transformação que ocorre todos os dias, torna-se urgente fazer esta abordagem, pois importa reflectir sobre este espaço urbano, especialmente quando ele, se tem desertificado e degradado ao longo dos tempos.

O espaço público, na sua génese, é basicamente onde se desenrola a vivência pública, nomeadamente ruas, largos, jardins, parques, praças, entre outros, onde quotidianamente os cidadãos se deslocam, convivem e desenvolvem grande parte das suas actividades. Este contexto, “mais do que o espaço de passagem, deve constituir um lugar em si, cuja função principal se caracteriza pela satisfação interactiva de necessidades humanas, como passear, sentar, contemplar, comer, ler, observar, conversar e relaxar.” (Alves, 2003, p. 56).

Isto é um suporte de significados comuns à comunidade, pois é nestes locais públicos que pessoas de diferentes culturas se encontram num ambiente e num contexto. Um aspecto importante a considerar relaciona-se com o facto de um mesmo tipo de espaço público poder ser usado de modo diferente, em épocas distintas, por populações desiguais.

“De todos os espaços públicos, a praça é sem dúvida a que mais se evidencia em relação a outros espaços, pela sua dimensão relativa ou pela qualidade da arquitectura reforçando o carácter colectivo dos edifícios que a envolvem, com excepção, para as praças que eram construídas especialmente para a função de mercado, sobrepondo-se estas à importância do edificado que as delimita” (Lamas, 2004, p. 87).¹

Em particular, a Praça da República das Caldas da Rainha e o seu mercado ao ar livre constituem um ponto de encontro privilegiado, uma vez que este é entendido como um local

¹ As transcrições a partir do texto em Inglês são de tradução livre do autor.

de intercâmbio de mercadorias e conhecimentos, que vai ao encontro das formas mais ancestrais de relação humana de várias culturas e integração, relacionando-se profundamente com a vida social. Aqui não circulam apenas produtos mas também pessoas, ideias e gostos.

Em termos gerais, o objectivo desta dissertação é fazer uma reflexão sobre as condições funcionais deste espaço público, no domínio da sua regeneração e das suas potencialidades económicas e sociais, com a finalidade de apresentar uma solução, entre tantas possíveis, para um melhor apoio a futuras intervenções.

Neste contexto, a investigação foi conduzida no sentido de responder a questões como:

- a) De que modo a Praça da República das Caldas da Rainha poderá ser um espaço público mais eficiente e agradável?
- b) Poderá este espaço ser concebido no futuro sem o mercado, e qual o papel deste na praça?
- c) De que modo, poderá a praça ser requalificada para que o mercado seja viável?
- d) Como tornar a praça um espaço mais dinâmico e atractivo?

Foram também estabelecidos alguns objectivos metodológicos que permitiram estruturar o estudo, em torno da análise urbanística de duas praças, com mercado (Caldas da Rainha e Cambridge, em Inglaterra), comparando-as, segundo os critérios de análise de *benchmarking*.

Esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, antecidos de introdução e culminando numa conclusão, conforme seguidamente passamos a descrever:

Na introdução define-se e apresenta-se uma breve descrição, dos principais objectivos e etapas no desenvolvimento da dissertação.

No capítulo 1 – O Tema centra-se numa apresentação generalista e exemplificativa das praças, com destaque para as suas formas e funções.

No capítulo 2 – Casos Comparativos, procedemos a uma observação do mercado de Cambridge, em relação ao seu funcionamento, tipo de vendas e intervenções.

No capítulo 3 – Caso de Estudo, onde procedemos a um exame da Praça da República das Caldas da Rainha, em relação aos seus problemas, à sua importância e estado de conservação dos edifícios envolventes, finalizando com uma proposta de intervenção.

A conclusão pretende apresentar-se como uma solução, no sentido de tentar regenerar a Praça da República das Caldas da Rainha, para um melhor apoio a futuros projectos.

Em relação à metodologia deste trabalho, seguiram-se as seguintes fases:

a) Recolha de elementos no local: fotografias. Pesquisa bibliográfica: livros, jornais, revistas e internet. O trabalho desenvolveu-se, assim, a partir de pesquisa e selecção de informação bibliográfica, essencialmente, nas bibliotecas municipais de Caldas da Rainha, Leiria, Alcobaça, e na Biblioteca Municipal Central das Galveias em Lisboa, bem como a escolha de um estudo de caso em comparação com o objecto principal. O recurso à pesquisa na internet, no Google, foi realizado para confirmação de dados e imagens, principalmente para o caso comparativo, e de elementos relacionados com Caldas da Rainha e o seu mercado.

b) Análise de *benchmarking* – “processo contínuo e sistemático para avaliar produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de melhoria organizacional” (Spendolini, 1994, p.10). Trata-se portanto de uma ferramenta utilizada para obtenção de informações, que se ache necessárias, com a finalidade de apoiar a melhoria contínua e, através desta, obter vantagem competitiva perante a concorrência.

“A sua importância constitui-se como um processo contínuo e sistemático para avaliar produtos, serviços e processos de trabalho e organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de melhoria organizacional. É tido como processo contínuo por ser gerência e de auto aperfeiçoamento, precisando de ser contínuo para ser eficaz” (Spendolini, 1993, p. 10).

Assim, torna-se particularmente importante ter outros casos de estudo, para que um dado problema seja estudado em profundidade, com o intuito de compreender como será a vivência em espaços com as mesmas características pretendidas, possibilitando-nos “considerar um conjunto mais diversificado de tópicos de análise e em simultâneo permite corroborar o mesmo fenómeno” (Yin, 1994, p.92). Torna-se necessário observar, analisar e interpretar os dados evidenciados por situações concretas de contextos, que fazem parte do quotidiano das cidades, das praças com mercado e das pessoas, cujas características nos ajudam a configurar este conceito arquitectónico a nível da reabilitação do espaço público. Ajuda-nos também a compreender como é a vivência em locais com características idênticas e como resolveram os problemas que na verdade são comuns a todos estes espaços que possuem as mesmas características. É também importante observar como os espaços idênticos se comportam em relação aos seus utilizadores, e proporcionam diferentes formas de socialização. Para isso

analisámos e observámos o comportamento das pessoas e examinámos a influência das características físicas do espaço a fim de obter uma melhor compreensão prática das condições que permitem ou favorecem a ocorrência de vida urbana nas praças com mercado, tendo em consideração as “características do fenómeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos” (Yin, 1994, p.13).

O Estado da Arte regista o conhecimento científico até à data, sendo o suporte para novos avanços numa determinada área de conhecimento. Registamos aqui as obras essenciais consultadas para a elaboração desta dissertação, presentes na bibliografia, nas diferentes áreas de estudo:

Fernando M. Brandão Alves (2003) aborda a qualidade, e funcionalidade do espaço público urbano, com vista a uma classificação criteriosa, configuração, forma e função, para além da arquitectura das fachadas, pretendendo obter uma análise detalhada das exigências e factores qualitativos no processo de planeamento e manutenção do espaço urbano. Aborda a questão da interdisciplinaridade necessária à concepção e conservação do espaço público, chamando à atenção para a necessidade da colaboração de todos os que, de alguma forma, intervêm na sua criação, manutenção e utilização. Centra-se também no estudo das dimensões humanas do espaço, com base nos processos de composição, uso e manutenção de um espaço acessível que satisfaça as necessidades dos seus utilizadores, segundo uma avaliação qualitativa baseada na óptica do utilizador. A forte base social que caracteriza o método de avaliação da qualidade do espaço público urbano proposto neste estudo dá ênfase às necessidades e expectativas dos que fazem parte do quotidiano dos espaços, bem como às vantagens da sua participação activa na criação e manutenção do espaço. Deu-nos ainda pistas para aquelas que serão as características espaciais que poderão servir de incentivo à maior ou menor utilização do espaço.

Por sua vez, José Manuel Ressano Garcia Lamas (2004) aborda os elementos morfológicos do espaço urbano, respectivamente os edifícios e as suas fachadas em relação à praça. Para este autor, a definição de praça surge da relação entre o vazio, espaço de permanência, com o cheio e o edificado.

Carlos Dias Coelho (coord.) (2009) apresenta uma diversidade tipológica das principais praças portuguesas, que para além da sua importância histórica, possuem características muito próprias e identificáveis, contribuindo para a compreensão do seu estado.

Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares & João B. Serra (1993) abordam a fundação das Caldas da Rainha e o seu desenvolvimento ao longo dos séculos XVIII e XIX, referindo-se ao surgimento das primeiras ruas e habitações, assim como à diversidade das suas funções administrativas e à autonomização das actividades sociais e económicas. Fazem também alusão à importância do hospital, às vindas periódicas de D. João V, e às obras de algum vulto que surgiram, referindo-se respectivamente ao melhoramento das acessibilidades, e à criação de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. Fazendo também uma chamada de atenção à arquitectura e ao urbanismo oitocentista, que ainda hoje é uma das imagens originais do ponto de vista artístico.

Luis Aires Barros (Coord.) (2005) aborda a origem das Caldas da Rainha, que se fez a partir das águas e por causa delas, consequência da fundação pela Rainha D. Leonor e do Hospital Termal, criou as condições para a fixação da população. Centra-se também na importância da praça, local onde todos os dias se realiza o mercado, com destaque para os locais de venda, levando mesmo o autor a afirmar que “A Praça era «muito avantajada»” (Barros, 2005, p.131), e se constituir como um pólo de actividades comerciais e mercantil, além da progressiva afirmação como centro de uma economia de trocas locais e regionais. É feita referência ao surgimento neste espaço público das principais edificações, com destaque para o edifício da Câmara. Aborda a maneira como a cidade progrediu e se expandiu em torno da instituição do Hospital através de um programa de edificação e de um espaço público verdadeiramente únicos.

Por sua vez Stephanie Boyd (2005) aborda a história do desenvolvimento de Cambridge ao longo dos últimos mil anos, fazendo referência ao turismo, espaços verdes, campos desportivos e à fascinante arquitectura das faculdades. Centra-se também na evolução e no funcionamento da Praça do Mercado, a céu aberto, como sendo o local mais popular e histórico do centro da cidade. Centra-se também na história e nas funções dos edifícios envolventes à praça, com especial relevo para a Great St. Mary's.

O trabalho desenvolvido por Jorge Mangorrinha (2005) designadamente na publicação periódica de cultura urbana *Cidade Termal*, é particularmente relevante para este caso no número 9, identificando alguns dos problemas desta praça e traçando uma estratégia de reabilitação.

Resumindo as unidades de leitura analisadas apontam-nos para um estudo, em grande parte, muito genérico da praça nomeadamente a sua forma e função. Deixando um espaço em

aberto, para uma análise e investigação mais aprofundadas e específicas, para objectos de trabalho mais localizados.

CAPITULO 1 – O Tema

O Espaço Público é o lugar de encontro dos indivíduos uns com os outros, de encontro também com a sua própria cidadania, permitindo desenvolver e consolidar a sua vida em comunidade. É também o espaço onde se concentram actividades e acontecimentos colectivos de maior realce no âmbito da cidade onde decorrem cerimónias, mercados, festivais e diversos eventos. A praça é por excelência o palco da vida pública de uma cidade, servindo também, desde a sua génese, como espaço de reunião, de encontro, troca de bens e de informação, que tem sobrevivido às transformações, ao abandono e à indiferença de que é alvo, mas mantendo sempre um significado imprescindível na vida urbana, não só, mas também, por ser um espaço desafogado e livre de construções. São vários os autores que apresentam, o significado de praça:

Para Saldanha, o carácter extrovertido e aberto da praça detém a história pessoal e a do mundo (Saldanha, 1993); para Lynch as praças são espaços de encontro e lazer dos transeuntes, onde o principal objectivo é propiciar o bem-estar das pessoas (Lynch, 1999); também na perspectiva de Spirn a praça é um espaço para ver e ser visto, comprar, negociar, passear e fazer política (Spirn 1995); para Zuliani, a praça é o melhor local para o comércio, também devido a ser um espaço, onde vão convergir todas as ruas, centrando em si todas as energias sociais para quem compra, vende, passa, passeia, contempla e conversa (Zuliani, 1995); segundo Teixeira “as praças expressam de forma clara os elementos de permanência e de mutação das morfologias urbanas” (Teixeira, 2001, p. 9); Caldeira refere que a praça suporta um património rico em história, cultura, tradição e saber sobre a cidade como local de identidade (Caldeira, 2007); por sua vez, José Lamas afirma que “a praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades” (Lamas, 2004, p.102).

“O termo praça (...) procura identificar um espaço público de carácter excepcional que, morfológicamente, se distingue dos espaços canais constituídos pelas ruas. No entanto, a esta aparente clareza morfológica correspondem espaços muito diversificados, cobertos por uma variedade de nomenclaturas e que, de forma alguma, constituem uma invariante cultural” (Coelho, 2009,p.19).

Muito mais do que valor funcional, a praça adquire um valor político-social, com a máxima qualidade artística e simbólica, concebida como sala de visitas da cidade e das autoridades municipais, sendo “entendida como um recinto ou lugar especial e não apenas um vazio na estrutura urbana” (Lamas, 2004, p. 176).

Assim, entende-se a função da praça e o valor que ela representava a diferentes níveis: ambiental, social, económico e cultural.

1.1 - A Praça na História

Nas cidades neolíticas como é exemplo Catal Huyuk, já se fazia uma distinção entre as vias e as praças públicas, local onde já havia a troca de produtos. Também “nos vales férteis do Nilo, do Tigre, do Eufrates e do Nilo” (Goitia, 2010, p.40), já se começava a distinguir uma parte bastante diferenciada, constituída pelos conjuntos de palácios e templos, deixando estes já transparecer a forma de uma praça. Junto a algumas construções religiosas, delineavam-se inúmeras praças, que serviam principalmente para receber as respectivas cerimónias.

Na Grécia, a Ágora era o local onde tudo se passava e para onde todos os cidadãos se dirigiam, era o centro dinâmico da cidade Grega. “A Acrópoles é a cidade alta, cidade dos deuses e último refúgio, uma praça aberta sobre a colina, donde se percebiam os templos” (Alves, 2003, p.77). Era também um lugar de encontro social, comercial, intelectual e artístico, onde o centro da cidade era a praça pública. A Ágora, símbolo urbano da democracia grega, apresenta-se normalmente como um espaço livre de edificações, configurada pela presença de mercados e feiras, assim como por edifícios de carácter público. Originalmente, era também o “verdadeiro centro político da cidade” (Goitia, 2010, p. 47), local de reunião dos cidadãos, apresentando-se como um espaço, onde ocorriam as discussões políticas, surgindo as correntes de opinião e de pensamento, tribunais populares e local onde todos os cidadãos tinham o direito de expressar o seu pensamento e opinião. Por este motivo a, Ágora era um símbolo de liberdade, um espaço público por excelência, amplo e privilegiado na cidade, “símbolo da actividade política e consequentemente da liberdade do povo grego” (Saldanha, 1993, p.15) [Fig. 1].

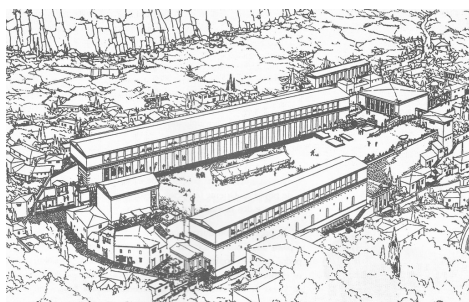


Figura 1 – Ágora (Pinto, 2002, p.9)

Diferenciando-se da Ágora, o Fórum Romano era um espaço de discussão fechado pelos edifícios, nos quais o acesso era mais restrito e não uma praça aberta, diferindo da Ágora pelo seu traçado mais complexo, ou seja, menos regular, e pelos vários edifícios que a compõem, cujos usos são diversificados, a basílica, o mercado, a praça central, os templos e o teatro não estabelecendo a sua implantação uma regra de relação formal entre os edifícios. Porém, durante o Império Romano, o Fórum sofreu mudanças significativas a nível da sua forma, sendo Júlio César o primeiro a construir um fórum regular porticado, onde a sua simplicidade, devido aos seus espaços abertos e circundados por majestosas colunatas, o tornava facilmente adaptável, de modo a que os seus oradores se pudessem dirigir às grandes multidões.

“No seu perímetro dispõem-se os edifícios públicos e em frente a norte o templo dedicado a Júpiter; os outros lados são constituídos por colunatas de dois pisos, configurando uma grande praça descoberta, utilizada para grandes reuniões e por isso privada de acessos” (Alves, 2003, p.78).

O comércio foi levado para uma nova praça afastada do centro da cidade, e para os jogos foram criados locais próprios, como: o circo e o coliseu. Inicialmente, ocorriam outro tipo de actividades, as atléticas e as gladiatórias, podendo deste modo afirmar-se que o Fórum funcionava como um espaço multifuncional, onde os cidadãos se podiam encontrar para discutir ideias, comercializar, assistir a jogos, adorar deuses ou, simplesmente, passear. Enquanto espaço físico, foi alvo de cuidados de ornamentação, onde estátuas, novos templos e monumentos tentaram instaurar na praça uma certa ordem e equilíbrio [Fig. 2].

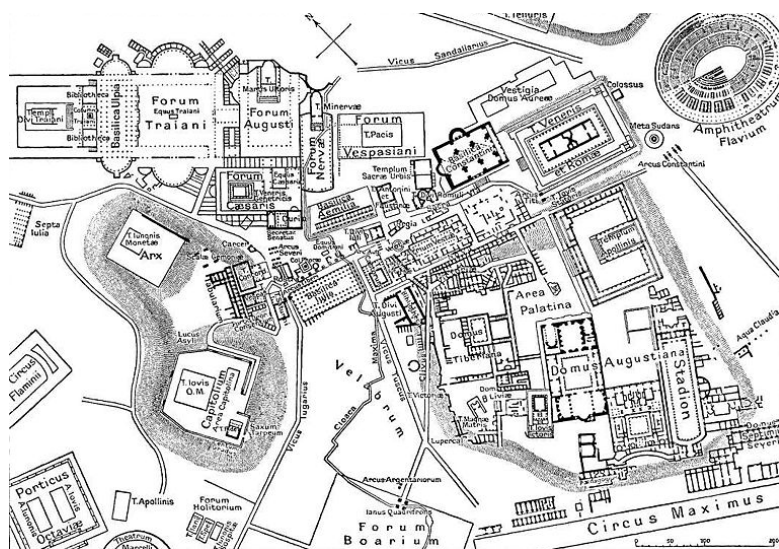


Figura 2 – Fórum Romano (D’Alfonso, 2006, p.56)

A praça medieval que é geralmente irregular resultando de um vazio aberto na estrutura urbana, assumiu um papel principal na vida pública urbana, sendo um espaço de vocação social, lugar de mercado, ponto de reunião política, dividindo-se “geralmente na praça do mercado e na praça de igreja (adro), ou o parvis medieval” (Lamas, 2004, p.154). O seu crescimento é fundamental, intramuralhas, “as casas amontoam-se junto à muralha, à volta da igreja e do castelo, criando-se a praça do mercado, o largo da Igreja ou a Catedral” (Alves, 2003, p.78), possuindo estas praças algumas características em relação à sua localização [Fig. 3].

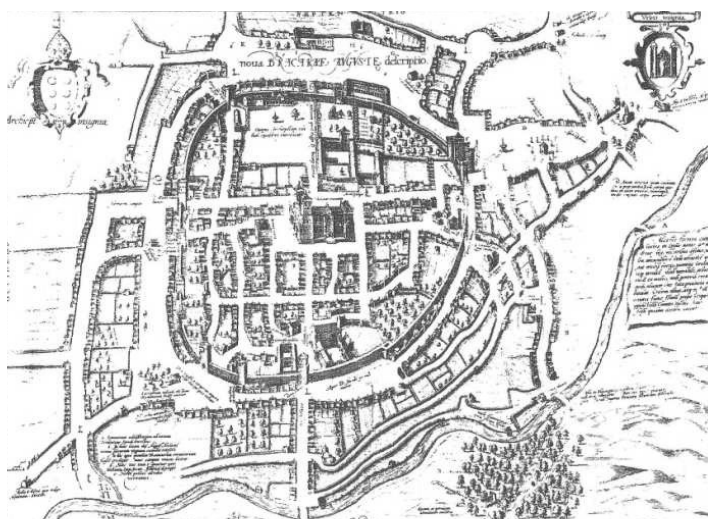


Figura 3 – Braga Medieval (Lamas, 2004, p.155)

Com origem nestas praças, começam a surgir no urbanismo espanhol, durante o século XIV, e como elemento central, as praças maiores, onde a sua função primordial era o comércio (Caldeira, 2007). Mais tarde, foi-lhes adicionado outros tipos de actividades de âmbito social, começaram a receber grandes espectáculos tais como: touradas, torneios, danças, autos sacramentais e de fé, além dos já habituais mercados. Só a partir do século XV a “ideia de «praça» é desenvolvida, segundo princípios estéticos, com o aparecimento da *Plaza Mayor*” (Teixeira, 2001, p.37). No início do século XVIII, e já inteiramente fechada, conseguiu-se uma reclusão perfeita “uma praça separada e como que fora da circulação, (...) para que nada perturbe a sua característica de praça destinada a festejos” (Goitia, 2010, p.110).

Uma outra praça que é considerada uma variante (por possuir as mesmas características devido à sua morfologia, grandes espaços abertos, utilizado como mercado) é a praça de armas. Esta apresenta-se de formas distintas, a praça como centro da cidade

fortificada, de onde saíam vias com direcção aos portões e lugares de defesa, sendo utilizada para festas, mercados e feiras, e a praça chamada de esplanada, área descampada, localizada fora dos muros da cidade, próxima de alojamentos e campos militares, onde eram praticados exercícios de guerra.

Só com o surgimento do Renascentismo é que as praças se inserem em definitivo na estrutura urbana, convertendo-se num dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades. É compreendida como um lugar público essencial, ganhou novos elementos como: ” (obeliscos, estátuas ou fontes), e também lugares de vida social e de manifestações do poder” (Lamas, 2004, p.176).

O Renascimento e as correntes artísticas subsequentes (Barroco, Rococó, Maneirismo e o Neo-Classicismo) criaram praças que, geralmente, primavam pelo refinamento da arte, eram o lugar de espectáculo e cenário de poder. Tais praças, antecessoras do Modernismo, estavam submetidas a um edifício como uma igreja, um edifício municipal, palácio ou identificada com um uso específico. É neste período que as praças chegam ao seu cume com o surgimento dos novos planos, das novas cidades e ideias renascentistas. A praça não é só mais um vazio no espaço urbano, passa a ser um lugar especial e de destaque no traçado da cidade, como é exemplo a Place Albertas em Aix-en-Provence. Segundo os ideais de simetria e regularidade, característicos do movimento renascentista a praça faz parte de um todo, unificando o espaço público com a arquitectura e o urbanismo [Fig. 4].

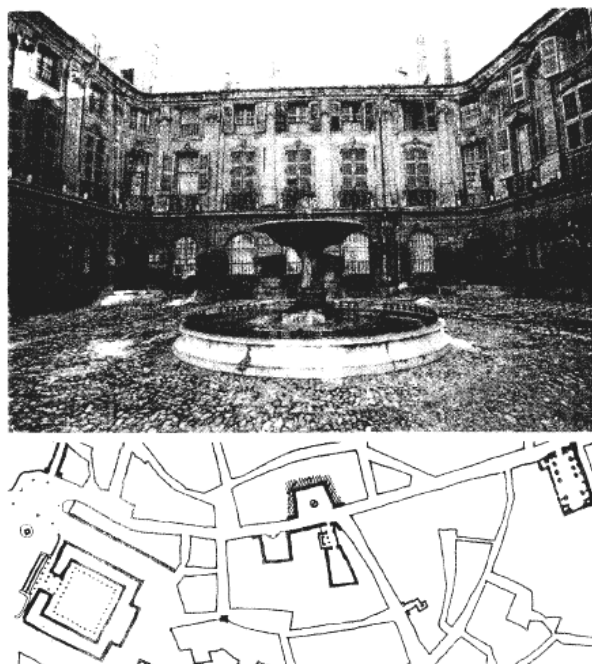


Figura 4 – A Place Albertas, em Aix-en-Provence (Lamas, 2004, p.173)

Muitas praças italianas seguiram os princípios renascentistas, localizadas em espaços de elite, enalteceram as cidades mais nobres. Neste contexto, destacam-se entre outras, a



Figura 5 – Praça Principal de Vigevano, Italia (Goitia, 2010, p. 105)

Praça de S. Marcos em Veneza, a harmoniosa Praça de Pienza, a Praça Farnese de Roma que “foi projectada para servir de átrio ao magnífico palácio do mesmo nome” (Goitia, 2010, p. 104) e a praça principal de Vigevano onde a regularidade das suas construções é levada ao máximo [Fig. 5].

Ao contrário dos espaços fechados das praças renascentistas, a barroca apela mais ao lado monumental do que ao funcional, retira as actividades económicas e preenche o vazio com árvores e bancos – “Recorre ao poder de emoção para comover e subjugar com a força do seu impacto; tende a dar uma impressão instantânea” (Lamas, 2004, p.170). As exigências

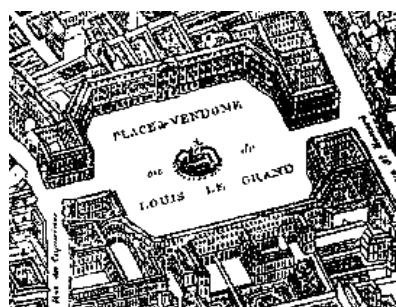


Figura 6 – Place Vendôme, Paris (Lamas, 2004, p.175)

ornamentais deste estilo e o desejo de exaltar a monarquia centralista ajudaram a criar diversas praças sumptuosas. A Praça Vendôme, em Paris, “aproveitou o estilo monumental da praça barroca “para servir de quadro à estátua de um rei” (Goitia, 2010, p. 134) [Fig. 6].

Na época do Neoclassicismo inglês, surgiram novas tipologias urbanas de praças, tais como: *Royal Crescent* – que é uma banda de edifícios, dispostos em semi-circulo cujas fachadas principais se abrem sobre um parque ou jardim, sendo que os edifícios e as zonas verdes são os seus elementos compositivos. *Circus* – é um recinto com jardim central em forma circular. *Square* – em forma quadrangular, não é uma praça propriamente dita, mas um jardim ou pequeno parque delimitado por construções nos quatro lados. Estas três novas tipologias urbanas, ligadas á burguesia e aristocracia inglesa emprestar um notável requinte arquitectónico (Lamas, 2004).

Na cidade balneária de Bath “a sua organização geométrica, baseada em praças circulares e semicirculares (crescent), a estrita uniformidade dos seus edifícios e o classicismo das fachadas relacionam perfeitamente esta cidade” (Goitia, 2010, p.140) [Fig. 7].

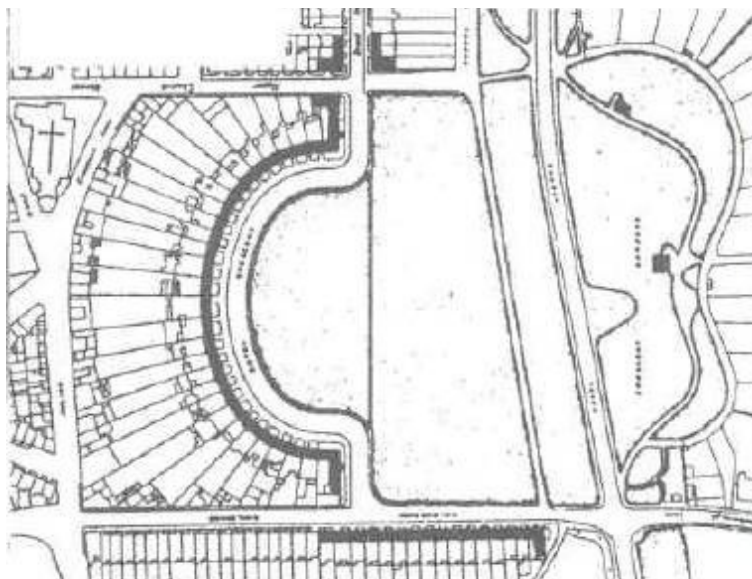


Figura 7 –. O Crescent de Bath, Inglaterra (Lamas, 2004, p.199)

Até à Revolução Industrial, a praça foi sempre um espaço público por excelência, conservando sempre uma coerência constante e uma presença importante na cidade. No entanto, a partir do século XIX e mais recentemente, o seu valor foi perdendo algum sentido, chegando mesmo a ser ignorada em certos momentos. Este facto deveu-se ao processo de industrialização iniciado na Revolução Industrial, que se intensificou durante o século XIX e que “na Europa transferiu a imagem urbana da praça pública para as ruas, avenidas e boulevards” (Ferrara, 1993, p.213).

No século XX e com a revolução tecnológica, o valor das praças como lugar de convívio foi-se perdendo para outros espaços. Os novos meios de comunicação e deslocação, para além de tornarem as pessoas mais independentes, contribuíram para o afastamento e isolamento destas, fazendo com que a sociedade consumista mudasse as práticas comerciais. Neste contexto, na cidade moderna, praticamente toda a vida pública realiza-se em recintos fechados, que se encontram distribuídos principalmente pelas grandes cidades, convertendo-se a praça num lugar momentaneamente de passagem ou de encontro, cujo papel é relegado para segundo plano. Também os novos modelos de circulação, de comércio e de comunicação foram de tal modo profundos que conseguiram interromper séculos de tradição da praça.

“Na cidade moderna, o papel da praça decaiu – praticamente toda a vida pública realiza-se em recintos fechados e espalhados pela cidade. A praça converte-se num lugar de passagem/atravessamento ou de encontro momentâneo, por vezes de passeio, onde raramente se perpetuam actividades” (Alves, 2003, p.76).

Mas, apesar de existirem muitas opções de lazer e convivência, parece que as praças continuam a ter uma grande importância na vida pública urbana, onde podemos encontrar amigos, convivermos, passearmos, ou mesmo não fazermos nada, apreciando os prazeres de estar ao ar livre e ao sol. São “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (Robba e Macedo, 2002, p.17).

A verdade é que a praça permanece como um marco urbano nas cidades contemporâneas, apesar da concorrência de locais mais sofisticados. Elas foram edificadas nas cidades do passado, pela necessidade inerente à vida dos homens, e estes estabeleceram entre si relações de convivência, tratando-se de locais insubstituíveis: na troca de informação, na transmissão de conhecimentos, no debate de ideias, na expressão de atitudes religiosas, no exercício do comércio ou na simples prática de actividades ligadas ao lazer, e portanto, estas valências e funções farão sempre parte destes locais, que têm “pelo menos, desempenhado o papel de ponto focal” (Alves, 2003, p.76).

Com base na problemática do meio urbano e na história, há que reflectir, que as praças foram e são um bem maior, por múltiplas razões, que têm de ser mantidas e aproveitadas dentro da estrutura urbana. Torna-se, assim, necessário recuperar a sua identidade, sendo fundamental reintegrar a praça no contexto da cidade contemporânea, como sendo um espaço de privilégio, onde normalmente se localizam também elementos ou edifícios de excepção. De realçar que “Nos últimos 25 anos do século XX, notou-se a vontade de querer recuperar as praças dando-lhes novamente uso e dignidade” (Gehl & Gemzøe, 2002, p.7).

1.2 - A Forma da Praça

A discussão entre a forma e a função é muito antiga e tem acompanhado a teoria da conservação arquitectónica, que teve variações profundas ao longo da história. Por outro lado, uma mesma função pode existir em formas distintas. Os espaços em que tudo se encontra programado para cada função revelam-se limitadores e pouco versáteis na sua utilização e muitas vezes de grande pobreza formal, tornando-se mais evidente a fragilidade do funcionalismo.

As praças são também um dos elementos mais importantes do desenho urbano, que resultam da “confluência de várias ruas” (Teixeira, 2001, p.37), caracterizando-se essencialmente por constituírem locais de encontro e de lazer, capazes de proporcionar o bem

estar das pessoas que delas usufruem face também às características geométricas que cada praça tem. Podem também ser o resultado de um processo evolutivo em que a sua forma se foi progressivamente sedimentando ou, pelo contrário, podem ser construídas a partir de um projecto integralmente pré-concebido como é o exemplo, da Praça do Areeiro em Lisboa, contrastando com a Praça Mouzinho de Albuquerque no Porto, onde os edifícios foram projectados autonomamente do espaço, respeitando sempre o alinhamento de conjunto, sendo que “um dos factores que mais distingue as praças entre si é o próprio processo que as origina” (Coelho, 2008, p.30).

Assim, Rigotti, citado por Angelis, caracteriza as praças em dois grupos: as praças de descanso e de circulação. As praças de descanso podem ser de mercado, de reunião, monumentais, de espectáculos, de igrejas e palácios. As praças de circulação podem ser de estacionamento, de estação (ferroviária, transportes) e para edifícios públicos (Angelis, 2004).

Mas, no entender de Matas Colom citado por Angelis, as praças podem ter significação simbólica, que são um marco urbano, quase sempre, de desenho monumental, relacionando-se com algum acontecimento de importância nacional. Praças de significação visual são aquelas que não se recordam por si, mas sim pelo monumento ou edificação, ao qual ela está subordinada; praças com função de circulação, devido à sua localização, que se convertem num lugar de passagem obrigatória de veículos ou pedestres; e praças com funções recreativas, que se reconhecem pelo desenvolvimento de actividades de entretenimento, passeiam ou encontro (Angelis, 2004).

Por sua vez, Zucker, citado por Kostof, classifica as praças, em cinco modelos, sendo elas o *closed square*, ou seja, a praça fechada no seu próprio espaço; o *dominated square*, isto é, a praça envolvida por edifícios e onde o espaço é dirigido a um objecto que pode ser uma igreja, um arco, uma fonte ou uma vista sobre o mar por exemplo. O terceiro modelo é o *nuclear square*, onde o espaço é formado em torno de uma estátua ou fonte central; o *grouped square*, que resulta de uma combinação de várias praças; e o *amorphous square*, onde o espaço da praça é indefinido (Kostof, 1992).

Sitte, tendo por base a relação entre as praças e os seus edifícios circundantes, identificou duas categorias de praças, as de largura dominante, que tem como exemplo a Piazza Reale, e as de profundidade dominante, como a Piazza San Domenico, ambas em Modena, Itália (Sitte, 1992) [Fig. 8].

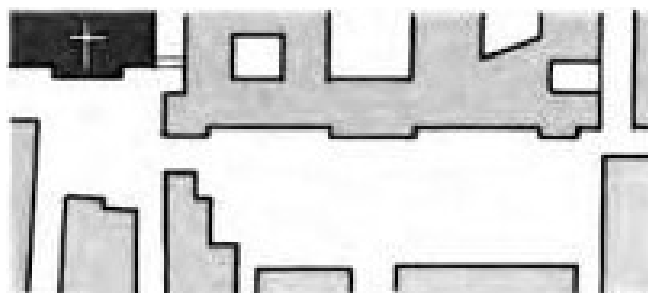


Figura 8 – Piazzas Reale e San Domenico em Modena, Italia (Moughtin, 2003, p.106)

Por sua vez Rob Krier, citado por Kostof, ordenou o espaço urbano em três tipologias básicas, os quadrados, os círculos e os triângulos, sobre os quais actua forças de transformação, tais como dobrar, dividir, somar, sobrepor, mesclar e diferenciar que dão origem a diversas formas (Kostof, 1992).

Para Kostof, as praças podem ser: triangulares, trapezoidais, rectangulares, formatos em L, circulares, elipsoidais e semi-circulares (Kostof, 1992). No entanto, Carlos Coelho diz que existe uma colecção exaustiva de formas geométricas de praças, podendo estas serem regulares, circulares, ovais, triangulares, rectangulares, quadradas, irregulares, abertas, fechadas, semi-abertas, em variedades inesgotáveis (Coelho, 2009) [Fig. 9].

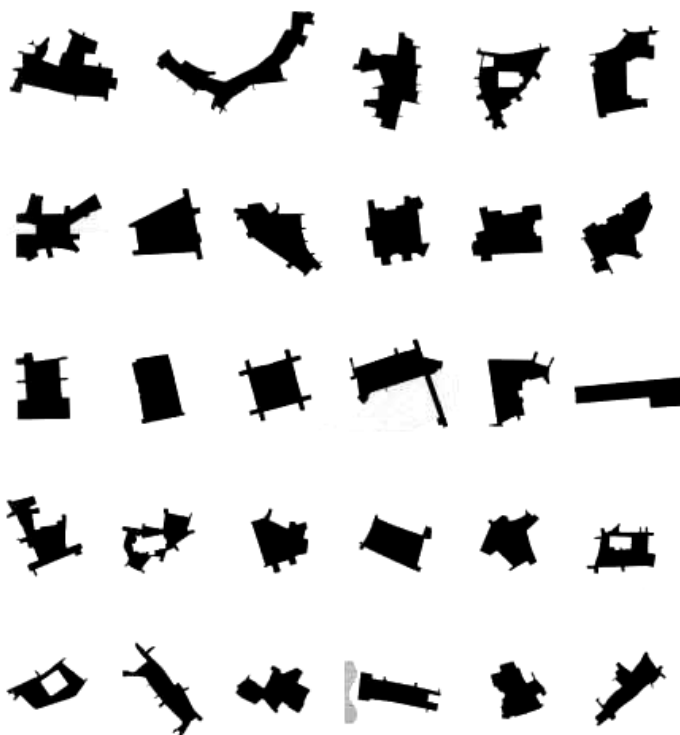


Figura 9 – Diversidade de Morfologias de Praças (Coelho, 2009, p.257)

Concordamos com este autor, quando define uma praça como um objecto tridimensional, e que a sua redução a duas dimensões só deve de ser feita como processo de representação, daí que deva “ser lida como objecto real e a partir da perspectiva mais resistente aos constrangimentos do tempo e que provavelmente mais caracteriza a sua forma” (Coelho, 2009, pp.33-34).



Figura 10 – Praça Marques de Pombal em Porto Covo (Coelho, 2009, p.848)

A regularidade geométrica tridimensional que ocorre apenas em praças constituídas integralmente a partir de um projecto, que tenha considerado o desenho do espaço e também dos edifícios, situação que pode ser exemplificada pela Praça Marquês de Pombal, em Porto Covo. [Fig. 10].

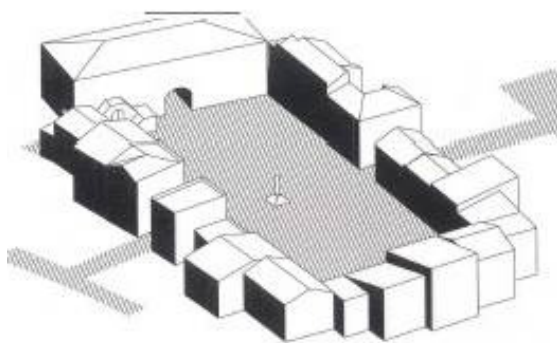


Figura 11 – Praça da República de Campo Maior (Coelho, 2009, p.244)

Mais comum é a regularidade do plano horizontal, onde a maioria dos casos é resultante de um traçado já definido, que resiste as mudanças do tempo. A Praça da República de Campo Maior, apresenta um desenho de traçado regular, apesar das diferenças de dimensões que os lotes têm e do desenho dos edifícios que a marginam, e que muito provavelmente, sucedem a construções existentes [Fig. 11].

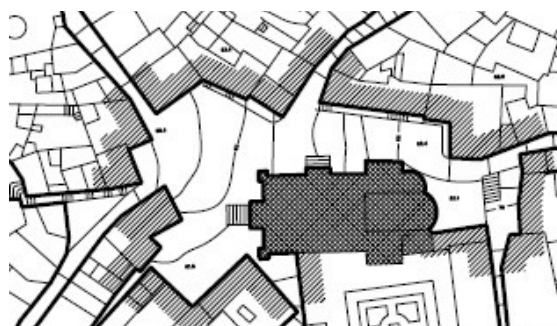


Figura 12 – Largo da Sé Velha em Coimbra (Coelho, 2009, p.305)

Por sua vez, as praças irregulares, pouco comuns, não são remissíveis a qualquer figura geométrica que “tenha servido de base à composição ou à regularização ou mesmo resultado de uma tendência de formação” (Coelho, 2009, p.3) [Fig. 12].

As praças rectangulares resultam de uma simples supressão de quarteirão num determinado traçado ou de um processo mais complexo, "são as mais comuns em traçados regulares ou pré-definidos" (Coelho, 2009, p.35). Permitem evidenciar um edifício, esteja este disposto paralela ou perpendicularmente ao eixo maior. É exemplo desta situação a Praça da República de Montemor-o-Velho, que se desenvolve longitudinalmente ao edifício da Câmara Municipal e constitui um dos lados maiores do espaço [Fig. 13].

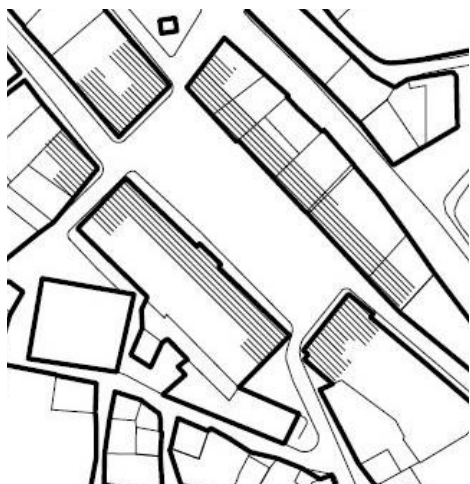
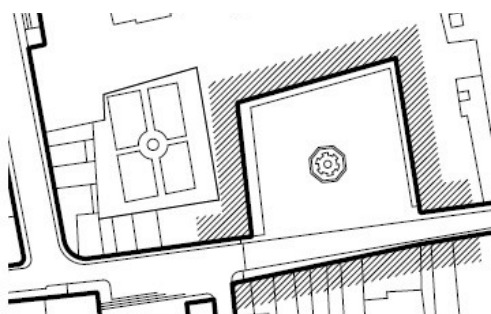


Figura 13 – Praça da República em Montemor o Velho (Coelho, 2009, p.585)



Os espaços quadrados constituem por sua vez um caso particular, apresentando como principal característica o equilíbrio entre as suas frentes, como pode ser observado no Largo do Paço, em Braga, com três frentes idênticas e a quarta constituída pelos edifícios habitacionais [Fig. 14].

Figura 14 – Largo do Paço em Braga (Coelho, 2009, p.209)

Relativamente aos espaços triangulares, estes surgem muitas vezes associados ao entroncamento de arruamentos, ou à acção de edifícios de grande dimensão sobre o tecido urbano, situação que pode ser verificada na Praça 25 de Abril (Rossio) de Alcobaça, onde a presença do mosteiro define o lado maior do triângulo [Fig. 15].



Figura 15 – Vista da Praça 25 de Abril em Alcobaça (Foto do Autor, 2012)

Em relação às formas circulares, que eram as favoritas do Neoclassicismo, hoje em dia estes espaços são pouco frequentes, “ocorrem na cidade europeia como resultado do processo de sedimentação, determinado, em geral por efeitos de atracção de um edifício isolado” (Coelho, 2009, p. 35), ou num contexto bem distinto e mais recente, como resultado dos projectos de expansão da cidade oitocentista. Contudo pode ocorrer como uma variante de composição espacial em forma hexagonal, como é o exemplo da Praça dos Imperadores, em Manique do Intendente, na Azambuja [Fig. 16].

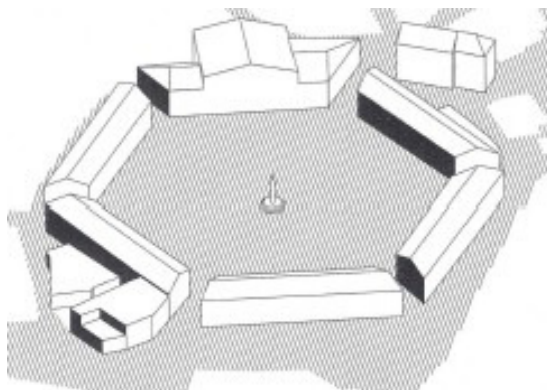


Figura 16 – Praça dos Imperadores, em Manique do Intendente (Coelho, 2009, p.172)



Figura 17 – Praça da República, em Beja (Coelho, 2009, p.193)

Em relação aos planos que configuram os espaços, a situação mais comum é o plano horizontal de nível para planos verticais definidos por frentes construídas, com a Praça da República, em Beja, rectangular, com frentes construídas por edifícios habitacionais e num dos topos pela Igreja da misericórdia [Fig. 17].

Podem-se contrapor também outras variantes, o plano horizontal de um espaço pode-se



Figura 18 – Largo de São Miguel, em Lisboa (Coelho, 2009, p.469)

desenvolve “com uma pronunciada inclinação, evidenciando, assim, o ponto mais elevado” (Coelho, 2008, p.36), como é o caso do Largo de São Miguel em Lisboa, ou organizar-se por patamares, criando subespaços, vocacionados muitas vezes para usos específicos [Fig. 18].

Em relação aos planos verticais, quando existe uma supressão integral ou parcial de uma das frentes, a sua dimensão espacial não fica prejudicada, são exemplo as praças abertas sobre o mar ou o rio, a Praça do Comércio, em Lisboa é um excelente exemplo, abrindo-se numa espantosa vista sobre a superfície da água [Fig. 19].



Figura 19 – Praça do Comercio em Lisboa (Coelho, 2009, p.28)

A diferença de cota com o terreno envolvente pode originar a supressão de uma das frentes, abrindo um espaço sobre a paisagem, como é o caso do Largo Luís de Camões, em Mértola, ou fechando-o através de um elemento urbano a que aquele se sobrepõe, como é exemplo a Praça de Santa Maria, em Óbidos, na sua relação com a rua [Fig. 20].



Figura 20 – Praça de Santa Maria em Óbidos (Foto do Autor, 2012)

Em relação à organização espacial de uma praça, pode pressupor-se a presença de um elemento central que, pela sua dimensão, encontra o seu lugar preferencial e pontua o espaço,

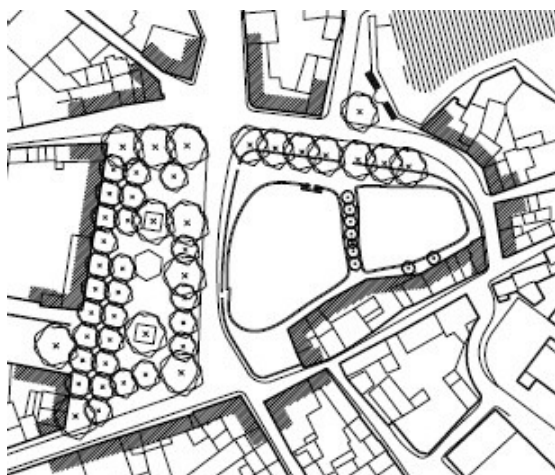


Figura 21 – Largo Vasco da Gama em Santa Cruz da Graciosa (Coelho, 2009, p.38)

como fontenários, monumentos escultóricos ou pelourinhos. A Praça Conselheiro Silva Torres, em Caminha é centrada pelo chafariz, que assume um papel estruturante na sua organização. O Largo Vasco da Gama em Santa Cruz da Graciosa, assume um carácter muito particular, dado que o elemento central é constituído por grandes tanques, obrigando a uma utilização marginal do espaço [Fig. 21].



Figura 22 – Praça dos Monumentos Nacionais em Aguiar da Beira (Coelho, 2009, p.75)

A Praça dos Monumentos Nacionais em Aguiar da Beira caracteriza-se também por um espaço bastante alongado e inclinado, comporta diversos elementos relevantes, nomeadamente a torre do relógio, a fonte e o pelourinho [Fig. 22].

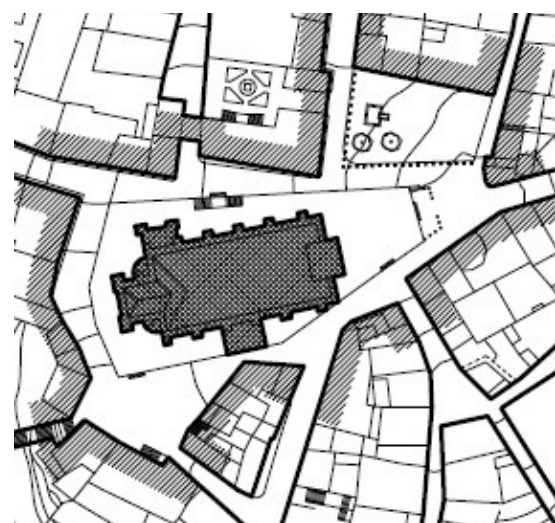


Figura 23 – Adro da Igreja em Torre de Moncorvo (Coelho, 2009, p.37)

Pode também haver a presença de construções de maior dimensão que cheguem a originar a criação de subespaços, obstruir a passagem ou a percepção integral do conjunto. Veja-se o caso do Adro da Igreja de Torre de Moncorvo, em que a sua implantação, num espaço relativamente apertado, acaba por originar uma série de espaços diferenciados, dos quais o espaço do adro fronteiro é apenas o principal [Fig. 23].

Devido à sua diversidade, as praças têm revelado ao longo da história um papel determinante na caracterização dos traçados urbanos, dando "lugar a uma grande, variedade de formas que fazem da praça algo difícil de estudar" (Teixeira, 2001, p.36). Estão definidas pelos edifícios que as rodeiam, pela sua forma e relação com a vila, evidenciando-se a sua superioridade hierárquica, não só pela essência do seu espaço, mas também pela sua dimensão relativa ou pela qualidade da sua arquitectura.

1.2.1 - A "Praça Perfeita"

Em busca da "praça ideal," ou perfeita, as relações métricas nas praças são frequentemente percebidas nas antigas praças medievais religiosas, sendo a Piazza Navona em Roma, que manifesta todas estas regras, os seus lados detêm uma relação de 1:5, lembrando, a sua forma, um estádio, isto é: "A distância ideal para se perceber com clareza um edifício dominante, no extremo da praça, anda, algures, pelo dobro da altura do edifício, medida perpendicularmente à sua fachada principal" (Alves, 2003, p.96) [Fig. 24].

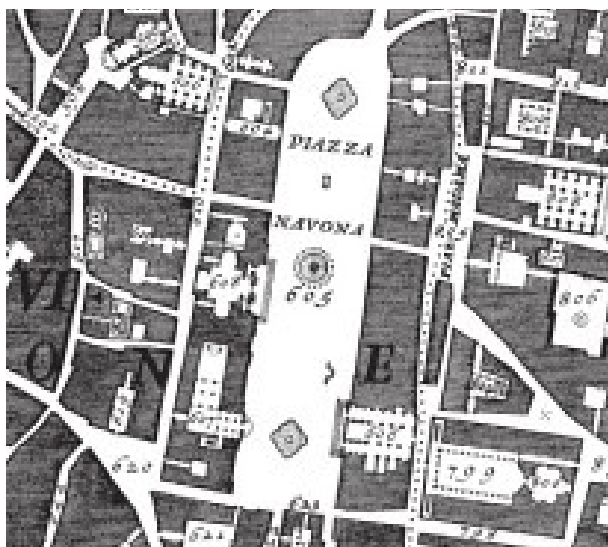


Figura 24 – Piazza Navona em Roma (Fazio, Moffett & Wodehouse, 2009, p.370)

Na teoria de Alberti, citado por Alves, o ideal de praça centrava-se numa relação em que o comprimento seria igual ao dobro da largura (Alves, 2003).

Todavia, apesar de todos estes princípios, existem muitas praças bem-sucedidas, que não obedecem a nenhuma destas normas e são compensadas pelo sentido de lugar e pela dinâmica das actividades que comportam. Algumas destas praças localizam-se nas zonas mais antigas das cidades, são tão pequenas que chegam a medir apenas 15 metros. Também

existem praças maiores, que têm uma média de 57 metros por 143 metros, para alguns teóricos, a proporção cómoda para que um observador, no centro de determinado espaço possa, em toda a sua volta, apreciar todos os lados desse espaço, será a distância dada pela projecção no solo de uma linha a 27° com o plano de fachada, traçada desde a linha do beiral, abaixo desta medida os objectos perdem predominância no campo visual, isto é a proporção adequada para que um observador no centro de determinado espaço possa a toda a sua volta, apreciar todos os lados desse espaço, assim: “A proporção harmoniosa entre altura e a largura se fixe em 1:4” (Alves, 2003, p.92).

Por sua vez, Camilo Sitte, citado por Alves, refere a dimensão das praças em relação à altura dos principais edifícios, argumentando, que a menor dimensão deve ser igual à altura destes e a maior dimensão o triplo da altura (proporção de 3:1), no sentido de se obter um bom efeito prespéctico (Alves, 2003).

Resta ainda analisar a influência que a altura dos edifícios tem para os utilizadores do espaço exterior público, pela interferência que provoca no contacto entre as pessoas que utilizam o edifício e as que utilizam o espaço público ao nível do solo. Sendo assim, “uma praça com edifícios de três pisos deve ter cerca de 36 a 45 metros de atravessamento e com edifícios de 4 pisos deve ter à volta de 48 a 54 metros.” (Alves, 2003, p.94). No entanto, para se poder ler toda a composição das fachadas da praça, ou de um conjunto de edifícios, a distância deve ser o triplo da altura, isto é, uma praça com 135 metros admite edifícios com cerca de sete pisos permitindo ao observador que se encontra na praça uma leitura da sua composição como um todo.

No que diz respeito ao rácio entre o comprimento e a largura de uma praça, é muito difícil estabelecer uma correspondência efectiva, porque o efeito real dependerá, em grande medida, da posição do observador e da sua capacidade em perceber a relação entre estas duas dimensões, e da configuração do próprio espaço. No entanto, para um espaço relativamente regular, como será tendencialmente uma praça, alguns autores estabelecem um limite máximo a partir do qual a relação se torna desadequada, isto é: “Quando o comprimento é maior que o triplo da largura o espaço torna-se demasiado largo e desagradável” (Caro, 1990, p.50).

Em relação ao efeito de continuidade de um tipo de edifícios à volta de um espaço contido, “devem formar uma superfície contínua e apresentar-se ao observador como uma unidade arquitectónica” (Alves, 2003, p.94). Este será maior se existirem por exemplo o uso de colunatas ou de arcadas como formas contínuas de ligar os pisos térreos dos diferentes

edifícios, criando assim uma galeria ou passagem coberta, como é o notável exemplo renascentista da pequena rectangular e intimista, Piazza Della Santíssima Annunziata de meados do século XIV, em Florença [Fig. 25].

“É inquestionável a importâncias que as arcarias tinham nos espaços públicos tradicionais, não só do ponto de vista funcional – proteção aos raios solares, luz intensa, chuva, neve – como pela qualidade de referência do espaço ao formarem itinerários de comprimentos consideráveis” (Alves, 2003, p.127).



Figura 25 – (Piazza Della Santissima Annunziata, em Florença, 2012)

1.2.2 – A Arquitectura

Na cidade tradicional, a relação do edifício com o espaço urbano processa-se “através das fachadas dos edifícios (e dos seus volumes) que definem os espaços urbanos” (Lamas, 2004, p.96); são elas que vão exprimir as características distributivas (programas, funções, organização), o tipo edificado e a linguagem arquitetónica, isto é, um conjunto de elementos que irão moldar a imagem da cidade. Deste modo podemos afirmar que a qualidade de uma praça depende naturalmente do carácter arquitectónico que o edificado envolvente apresenta, fundamentalmente pelos aspectos funcionais dos edifícios e pelas características das suas fachadas, definindo estas os limites da praça, caracterizando-a e organizando o cenário urbano.

A composição da fachada dos edifícios, a maior ou menor uniformidade dos vãos e coberturas, os ritmos verticais e horizontais, a transparência e permeabilidade ou a opacidade e encerramento são muitas vezes os meios através dos quais se estabelece uma relação directa entre os edifícios e o espaço público urbano. São as fachadas que exprimem as características do edifício e que servem de elo de ligação entre o espaço exterior público e o espaço interior. É também “através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com, forma própria” (Lamas, 2004, p.84).

Consoante as suas características, as fachadas têm um impacto diferente no espaço. Uma fachada muito trabalhada pode transportar ritmo e interagir com o utilizador. Por outro lado, uma fachada plana pode criar alguma monotonia. Uma fachada muito extensa pode provocar falta de interesse a quem percorre o espaço, embora possa também permitir centrar as atenções no que se passa no espaço público: “A Praça do Comércio seria bem diferente se os seus edifícios não tivessem as arcadas e a expressão arquitectónica que as caracterizam” (Lamas, 2004, p.84).

Quanto à permeabilidade da fachada, se esta for muito fechada torna-se opressora e reservada. Se, pelo contrário, tiver muitas aberturas, então a relação entre interior e exterior fica facilitada e reforçada. É no piso térreo que a permeabilidade tem um impacto mais significativo, para a relação interior/exterior, uma vez que é a este nível que acontecem a maioria das actividades públicas. Ao nível dos pisos superiores, consegue-se enfatizar o prolongamento do espaço interior para o espaço exterior aberto através do avanço de varandas ou do aumento das dimensões dos vãos, sendo que por vezes, “a relação entre vãos verticais e paredes cegas, equilíbrio fundamental na composição de fachadas tradicionais, perde-se muitas vezes, quando estas se transformam em superfícies envidraçadas (ou espelhadas) ou quando se alteram as dimensões dominantes dos vãos” (Alves, 2003, p.122).

Quando as varandas avançam em relação à fachada em balanço permitem enfatizar o prolongamento do espaço interior para o espaço exterior aberto, aumentando, consideravelmente, o campo visual e os efeitos perspécticos, entre outros, além de “protegerem os pisos inferiores das intempéries, facilitando, sobretudo, a conservação de caixilharias, estores, persianas e outros elementos construtivos ou decorativos que compõem a fachada” (Alves, 2003, p.124).

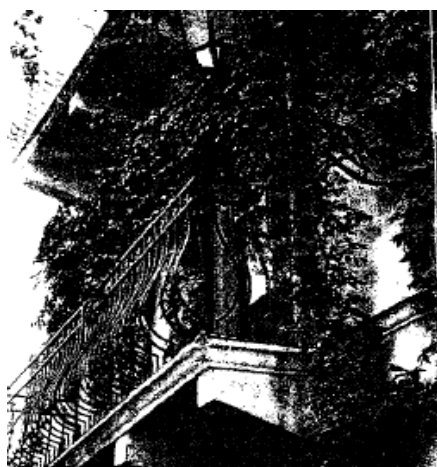
Frequentemente, espaços que acolhem elementos arquitectónicos de carácter diferente mantêm presente uma forte unidade espacial, dada pela perfeita articulação dos materiais comuns, pelo uso e ritmo de alguns elementos, pela incorporação de detalhes similares, pelo controlo de volumes e cérceas, não devendo o aumento “do número de pisos, estabelecer conflitos volumétricos com o resto dos conjuntos edificados” (Alves, 2003, p.125).

Em cidades antigas, algumas varandas romperam a lógica do espaço urbano, constituída por edifícios de fachada plana ou com ligeiras saliências: “As varandas de, pato bravo, com balanços de 1,50 metros, constituem particularidades agressivas” (Lamas, 2004, p.84).

“A descaracterização das fachadas deve-se, muitas vezes, ao facto de se, marquizarem, varandas que não foram concebidas para tal, passando pela desvirtualização do carácter compositivo de elementos, tradicionais, salientes ou recuados sobre o plano de fachada que, em geral, desempenham, simultaneamente, um papel estético e construtivo” (Alves, 2003, p.124).

Existem também outras intervenções que contribuem para a desvirtualização do carácter compositivo de elementos tradicionais, que algumas fachadas ostentam e que em geral desempenham um papel estético e construtivo, produzindo desfasamentos na continuidade plástica da arquitectura, nos ritmos e nas concordâncias dos alçados: - A introdução de componentes marginais à arquitectura, que invadem selvaticamente as fachadas, tais como antenas de televisão, ventiladores, aparelhos de ar condicionado, painéis solares. - A aplicação de painéis publicitários, metricamente desajustados ou tecnologicamente desadequados. - A colocação de toldos que põem em risco a integridade das estruturas dos edifícios e que por vezes dificultam a livre circulação dos peões nos passeios. O mesmo efeito pode ocorrer da integração nas fachadas de espécies vegetais adequadas à natureza dos edifícios e do próprio clima [Fig. 26].

- A substituição de coberturas, rebocos, tintas ou de outros revestimentos, sem se ter em conta os materiais, as cores e as formas construtivas originais. - A deficiente iluminação nocturna, especialmente nas fachadas dos edifícios de comércio. - A natureza dos vãos que habitualmente se verifica nos pisos térreos comerciais, cuja área, ritmo e plasticidade se opõem muitas vezes com as características dos vãos dos pisos superiores. - A exclusão ou substituição das caixilharias originais por novos elementos que comprometem a geometria dos vãos, e dos ritmos das concordâncias.



Há ainda um conceito de territorialidade, que importa referir no que diz respeito aos edifícios e à influência da sua arquitectura para o espaço exterior público, isto é “cada edifício possui um território de influência na envolvente espacial imediata, o que interfere no uso do espaço público e na conduta do utilizador” (Alves, 2003, p.44). Este conceito pode ser maior ou menor consoante: a função do edifício, as suas características arquitectónicas, as suas dimensões ou a sua importância no espaço.

Figura 26 – Descaracterização da Fachada de um Edifício em, Sicília (Alves, 2003, p.126)

Muitas vezes, quando as características de um edifício são únicas e o seu espaço o permite, ele adquire grande importância simbólica. Pode-se dizer que o espaço vive em função do edifício, magnificando este o espaço. As fachadas fornecem o cenário para a vida quotidiana da cidade e promovem a interacção entre diferentes partes de um conjunto urbano e entre o ambiente público e privado. A sua concepção e das áreas adjacentes, oferecem também possibilidades para influenciar a concentração das actividades e a intensidade de experiências para aqueles que usam o espaço público. As zonas de transição activas entre o espaço e a fachada, e a curta distância entre acessos a diferentes funções, contribuem para a concentração de actividades e acrescentam interesse e vitalidade ao ambiente urbano.

“Para finalizar, direi que, ao identificar a fachada como um elemento morfológico, a entendo como um elemento determinante na forma e imagem da cidade, elemento ao qual sempre se atribuiu um alto significado no projecto arquitectónico. O reencontro com a arte urbana terá de assumir de novo o cenário urbano - não desligando o desenho das fachadas dos problemas de urbanismo - e através desta questão estabelecer também um elo de continuidade e integração entre desenho urbano e projecto arquitectónico” (Lamas, 2004, p.98).

1.3 - A Função da Praça

As funções dos centros urbanos evoluíram com o decorrer da história, passaram de lugar que outrora servia de defesa e poder, a lugar de comércio e trocas culturais, devendo-se ter sempre em conta um conjunto de factores que dão origem às praças e os papéis urbanos que lhe são atribuídos. As praças que cumprem funções idênticas não têm que ter necessariamente a mesma forma, pelo que, quanto menos rígida é a sua forma, mais funções esta consegue cumprir, sendo que a concentração das suas principais funções urbanas não se encontra no mesmo espaço. Porém o centro urbano pode ser assumido por outra praça, uma rua estruturante, ou por outros elementos urbanos.

A praça é também um elemento orgânico das cidades europeias, distinguindo-se de todos os outros centros urbanos, devido à sua organização espacial e ao seu desenho, forma e programa, que se devem relacionar “com a função de modo a permitir o desenvolvimento eficaz das actividades que nela se processam” (Lamas, 2004, p.48). Infelizmente, “durante um período de menos de cinquenta anos, assistiu-se a uma ocupação progressiva de muitas praças, principalmente as de melhor acessibilidade e de maior dimensão, por estacionamento automóvel” (Coelho, 2009, p.40), descurando a forma ou a função, que não se relacionam entre si.

“Sacrificam-se praças arborizadas (tão necessárias como pulmões no meio do congestionamento do tráfego, tão úteis para clarificar o ar e lutar contra a «poluição» e os gases nocivos), para instalar parques de estacionamento que não são mais do que uma solução temporária e paupérrima” (Goitia, 2010, p.178).

Este processo está a ser invertido, libertando-se os espaços, recuperando-os e organizando-os, em função dos edifícios, para responderem a uma determinada função que ocorre no espaço.

De salientar que só se consegue um profundo conhecimento da importância da noção de centro quando se alcança a praça principal e se tem a sensação de se ter chegado, devendo esta ser dominante e distinguir-se sempre dos outros lugares, como é o caso das cidades antigas, onde todas as ruas conduzem para um ponto central. Algumas cidades europeias



Figura 27 – (Slab Square em, Nottingham, 2012)

ainda mantêm, nos dias de hoje, a importância do seu centro, como é o exemplo de *Market Square* em Cambridge ou o *Slab Square*, como é conhecido pelos habitantes de Nottingham constitui ainda hoje a oportunidade da vida social e o centro de grandes e diversas actividades [Fig. 27].

As praças mais bem sucedidas são na sua maioria aquelas que asseguram uma forte dinâmica pela diversidade de usos ao longo do dia e da noite: “A actividade na praça é importante para a sua vitalidade e também para a sua atracção visual” (Alves, 2003, p.101).

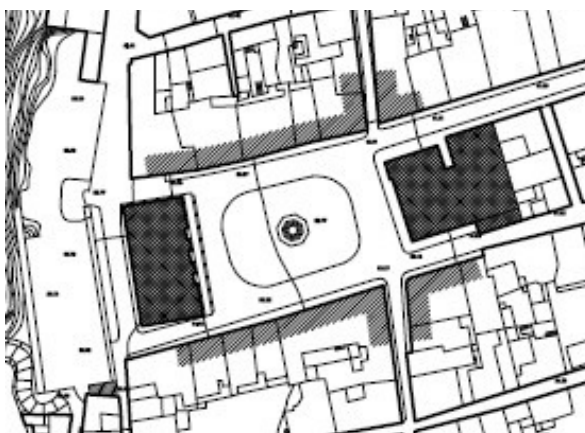
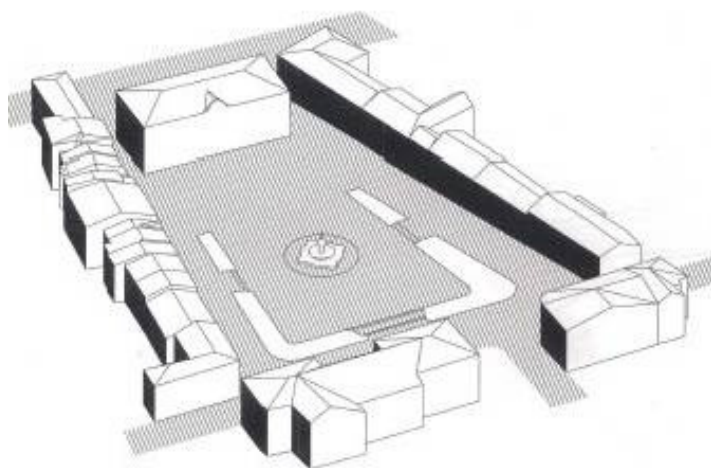


Figura 28 – Praça da República de Tomar (Coelho, 2009, p.39)

Estas praças caracterizam-se por configurar um espaço onde se localizam os principais poderes, nomeadamente o poder religioso, o poder municipal. Exemplo desta situação é a Praça da República, em Tomar, onde se destacam os edifícios da Igreja Matriz de São João Baptista e o edifício dos Paços do Concelho [Fig. 28].

Quando uma praça se organiza em função de um edifício, que se destaca de todos os outros, estabelece-se uma relação de superioridade deste edifício em relação à envolvente, o qual condiciona a sua organização. O espaço global assume, assim, o papel de terreiro, em função de um determinado edifício. Os paços do concelho, as igrejas, os conventos e, mais

tarde, as estações de caminho de ferro ou os tribunais foram os edifícios que mais originaram terreiros.

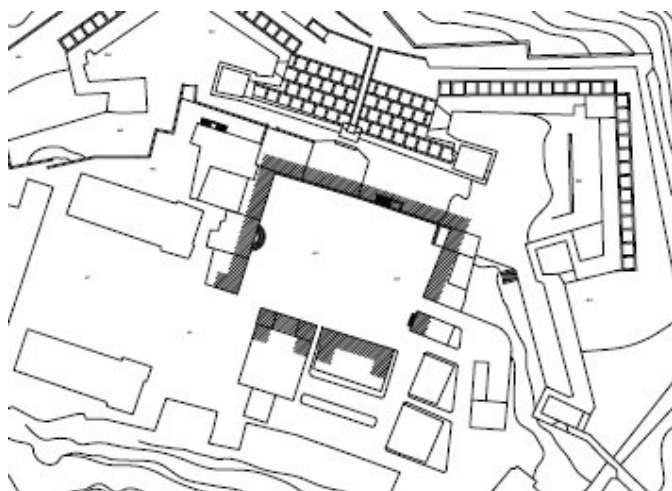


A Praça do Município de Braga, organiza-se em função da Câmara Municipal, que funciona como ponto focal do espaço e secundarizando as outras frentes. [Fig. 29].

Figura 29 – Praça do Município de Braga (Coelho, 2009, p.202)

Uma praça pode ser organizada em função de um edifício “para responder a uma determinada função, que ocorre no próprio espaço” (Coelho, 2009, p.40).

Mas, as praças podem organizar-se, não só em função de um edifício, mas também para responder a determinada função que ocorre no próprio espaço. As Praças de Mercado e as de Armas são exemplos de espaços cujas funções se sobrepuseram à importância do edificado que as delimitava.



A Praça de Armas do Castelo de São João Baptista em Angra do Heroísmo é outro exemplo de praças cuja origem está relacionada com a utilização do espaço. Percebe-se aqui que este espaço organizou os edifícios, em função do modo como eles se articulam e em relação à sua rigorosa geometria [Fig. 30].

Figura 30 – Praça de Armas, em Angra do Heroísmo (Coelho, 2009, p.41)

A função viária, que é evidente em entroncamentos e cruzamentos, também possibilita a criação de espaços urbanos distintos, transformando-os em locais especiais e com grande identidade. No entanto, é no século XIX e XX que as praças viárias ganham uma importância até aí desconhecida, os cruzamentos, as rotundas e os entroncamentos transformam-se em locais com grande identidade, devido à sua localização.



Figura 31 – Largo da Capela Nova de Vila Real (Coelho, 2009, p.29)

Por outro lado, a função viária por si só possibilitou a criação de espaços urbanos distintos. Os entroncamentos, “com a predominância de formas triangulares permitiram a localização de edifícios marcantes” (Coelho, 2009, p. 41), como é o caso do Largo da Capela Nova de Vila Real [Fig. 31].



Figura 32 – Largo das Portas de Moura, em Évora (Coelho, 2009, p.35)

A relação de um núcleo urbano com o território e o atravessamento de obstáculos origina a constituição de praças, como é o caso do Largo Luís de Camões em Ponte de Lima, é um local que antecede o atravessamento do rio pela ponte. O atravessamento de muralhas provoca um efeito idêntico como é o caso do Largo das Portas de Moura, em Évora. [Fig. 32].

Como já foi referenciado por várias vezes, uma praça não é um elemento disperso na cidade, mas sim um elemento que compõe e interage com todos os outros espaços públicos. Qualquer que seja a sua configuração, é importante assegurar que esta esteja inserida num contexto tal que se verifique a continuidade de um sistema de parques, praças, largos, espaços verdes, entre outros. Deste modo, a praça não pode ser um elemento isolado, pressupondo assim a análise do espaço que a circunda. A Praça de São Pedro, em Roma, é um exemplo

notável neste contexto, tornando-se num importante ponto de referência na estrutura urbana



Figura 33 – Praça de São Pedro em Roma (Gympel, 1996, p.55)

da cidade, pertencendo esta praça ao centro do mundo católico, representando simbolicamente a fundação do reino de Deus na terra, constituindo uma importante referência com a fachada da Catedral e as suas colossais colunas [Fig. 33].



Figura 34 – Largo de Camões em Lisboa (Foto do Autor, 2012)

Deve-se, ainda, referir o caso das praças construídas sobre supressões de tecido urbano, originado geralmente pela demolição de grandes edifícios. O Largo de Camões, em Lisboa, é um exemplo desta situação, que ocorreu com frequência a partir de meados do século XX [Fig. 34].

Por sua vez, Leon Alberti, citado por Alves, defende que deveria haver praças distribuídas por diferentes partes da cidade, algumas para darem lugar às actividades comerciais, outras para as actividades próprias da juventude e ainda outras para armazenar



Figura 35 – Praça das Flores no Porto (Foto do Autor, 2012)

provisões em tempos de guerra (Alves, 2003). Cada uma delas deveria ter uma ornamentação e um lugar específico na cidade, “as praças deveriam ser diferentes mercados, uns para prata e ouro, outros para especiarias, outros ainda para madeira, bem como outros para gado, etc” (Alves, 2003, p.101) [Fig. 35].

Todavia, as práticas mono funcionalistas, de separação, provaram ser um contratempo. Os complexos maciços de edifícios de serviços ou os recintos comerciais imobilizam largas áreas da cidade ao encerrarem ao fim do dia as suas actividades, sendo as praças urbanas mais bem-sucedidas, aquelas que asseguram uma forte dinâmica pela diversidade de usos ao longo do dia e noite.

Curioso é o facto de a relação inversa que existe entre o meio envolvente e o espaço público, visto que o sucesso ou o fracasso de um, condicione o sucesso ou o fracasso do outro. O que aqui se pretende transmitir é que um espaço público agradável torna-se num pólo de atracção, contribuindo para o desenvolvimento da envolvente e, vice-versa. Importa, por isso, relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de modo a analisar as mudanças culturais e da vida pública que as pessoas promovem, individualmente e em grupo, já que são estas mudanças nas pessoas, que promovem novas necessidades e novos espaços. Um aspecto importante que deve ser tido em linha de conta relaciona-se com o facto de um mesmo tipo de espaço público poder ser usado de modo distinto, em diferentes épocas, e populações.

Também como já foi referido anteriormente, a praça é um dos elementos mais importantes no desenho urbano, espaço mais orientado para a localização de edifícios públicos e comerciais nas cidades. É uma área limitada por edifícios e desenhada para exibi-los, por vezes no seu grande esplendor. Ela é “o lugar intencional do encontro da permanência dos acontecimentos de praticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquitecturas significativas” (Lamas, 2004, p. 102), como é exemplo a Piazza S. Marco em Veneza [Fig. 36].

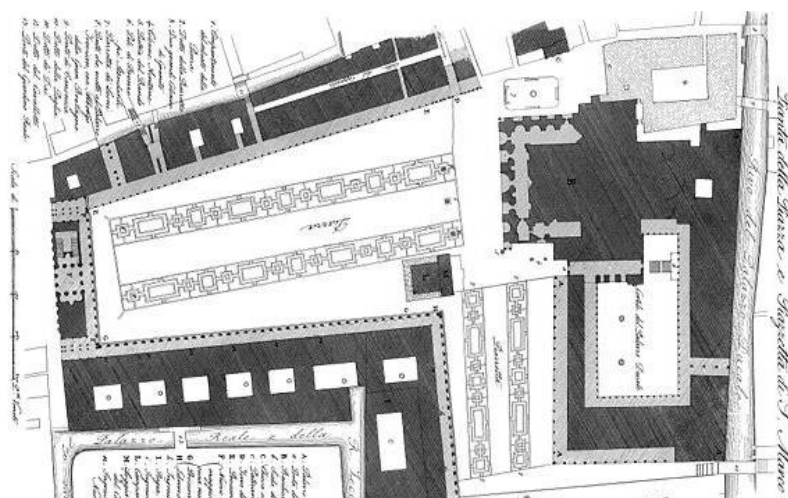


Figura 36 – Planta da Piazza de S. Marco, Veneza (Alves, 2003, p. 100)

1.4 – Praça e Património

Actualmente, a praça é o elemento arquitectónico mais marcante na composição da cidade, sendo historicamente o local de excelência para a localização dos edifícios cívicos, comerciais e religiosos. É sobretudo um lugar onde as pessoas convivem, relaxam e desfrutam de momentos de lazer, ganhando um valor simbólico acrescido e distinto na cidade.

As praças podem constituir também pontos de referência para a nossa orientação e adaptação ao ambiente envolvente, são locais que por acolherem funções diversas são susceptíveis de serem recordados no âmbito das vivências colectivas ou pessoais, podendo-se afirmar que as praças são a base de uma cidade, e por excelência um lugar de encontro, onde a população em geral, repousa e convive. Reforçando esta teoria Webb afirma que, as praças oferecem excitação e descanso, comércio e cerimónias públicas, um lugar para encontrar amigos e ver o mundo passar (Webb, 1990).

Também a reivindicação destes espaços públicos para o lazer é um dos sinais de que se está lentamente a iniciar um movimento que se dirige essencialmente para a exigência da melhoria da qualidade da vida urbana. Equipamentos e práticas, outrora inimagináveis começam a surgir, como a criação de ciclovias, como alternativa às congestionadas ruas de automóveis e que uma grande parte da população já começa a utilizar. Aos responsáveis podem-se respostas, práticas e métodos de planeamento estratégico adaptados à vida de hoje e à organização de cidades viradas para o futuro. Neste contexto é necessário ter coragem de redesenhar estes espaços públicos urbanos destinados aos cidadãos, de descongelar muitos deles, insípidos e desajustados, de modo a assegurar a satisfação e as necessidades dos seus mais activos utilizadores, e por outro lado, a variedade das opções, devendo “as funções das praças alterarem-se continuamente para acompanhar as transformações” (Pereira, 2008, p. 18), podendo a sua forma ser alterada, renovada e suprimida, dando lugar a outra forma, que acolha às novas necessidades da estrutura social.

Nas praças centrais, onde normalmente as cidades se iniciaram, ao observarmos a presença de patrimónios, (história, cultura, tradição e saber), tanto as construções como a própria praça contam diferentes aspectos sobre a sua história, definindo Jean Leniaud o património como “um conjunto de coisas do passado que são transmitidas às gerações futuras em razão de seu interesse histórico e estético” (Leniaud, 1992, p. 01).

Segundo Lemos, património histórico é tudo e qualquer coisa que mantenha viva a memória e a identidade de um determinado grupo numa determinada época (Lemos, 1987).

Também Fernando Alves afirma: “A qualidade do espaço público depende, naturalmente, da qualidade da arquitectura do edificado com que ele confina e, em particular, da riqueza e plasticidade das suas fachadas e da íntima articulação dos pisos ao espaço exterior imediato” (Alves, 2003, p.119), ocupando estes um lugar prioritário naquilo que nos é dado a observar e perceber a partir da praça, as suas qualidades passam pelas dimensões físicas, funcionais, socio-cultural e também sensorial.

Com o processo natural de desenvolvimento das cidades, as praças, de certa maneira também acabaram por sofrer uma degradação do seu património, edifícios que serviam de áreas residenciais, transformaram-se em zonas exclusivas de comércio e serviços e acabando muitas vezes os pisos superiores por ficarem abandonados. Este é um fenómeno natural e bastante comum nas áreas centrais das médias e grandes cidades, sendo as suas principais características a diminuição do número de moradores, a existência de muitos imóveis abandonados, a degradação do património histórico existente e a mudança das actividades locais.

O património é memória. Dai a necessidade da sua manutenção, entender as relações históricas da praça com a identidade colectiva e a qualidade urbana, forma de herança cultural. Dai a sua manutenção, destruição ou valorização serem sempre decididas pela maneira como lidamos com esta herança.

A defesa e a valorização do Património são factores determinantes no processo de qualificação urbanística das praças, contribuindo assim para o seu desenvolvimento económico e cultural. O Património tem um papel fundamental e insubstituível na produção simbólica e na imagem das diferentes formas das praças, com salvaguarda de memórias, ambiências e potência, com base em estratégias que saibam integrar a cultura urbanística, com novos processos de protecção e valorização, respeitando sempre o património existente, a fim de criar zonas informativas e de interactividade entre o passado, o presente e o futuro.

CAPITULO 2 – Caso Comparativo: Cambridge (Inglaterra)

A análise do mercado de Cambridge, que seguidamente se apresenta, descreve não só a actual configuração da praça, mas também a sua evolução ao longo dos tempos, de modo a obter a real percepção das diversas transformações de que foi alvo, bem como simultaneamente, possibilitar uma descrição transversal de modo a possibilitar desenvolver uma metodologia de análise e avaliação deste tipo de local, para posteriormente se optar pelo respectivo caso de estudo. Neste âmbito, será efectuada uma breve panorâmica evolutiva da cidade, apenas para contextualização, e uma análise da praça e do mercado de legumes e frutas, de modo a que se perceba o seu funcionamento, tipo de vendas, intervenções e o estado de conservação dos edifícios envolventes.

2.1 – História e Espaço Público

A cidade de Cambridge é famosa não só pelo seu centro universitário, que há séculos se posiciona entre os melhores do mundo, mas também por ser uma das poucas cidades inglesas que não foram influenciadas pela industrialização. Mantém a ambiência comercial, em torno de um mercado histórico: que procura ser “importante assegurar que Cambridge continue a ser um destino de grandes compras” (Joyce, Thornton & White, 2011b, p.2).

2.1.1 – Contexto Histórico Urbano



A cidade de Cambridge fica a oitenta quilómetros de Londres, fundada no ano de 875, quando os Dinamarqueses conquistaram o leste de Inglaterra. Possui uma área de 40,70 km², a sua população está estimada em cerca de 120.000 habitantes, dos quais 22 000 são estudantes, e uma densidade habitacional de 215,40 hab. / km² [Fig. 37].

Figura 37 – Mapa Mostrando o Rio Cam (Boyd, 2005, p.11)

Foi devido à sua situação geográfica, ao rio *Cam*, que desde a época romana já era navegável, e ao seu porto fluvial, local por onde todas as rotas de média e longa distância convergiam, que fez com que este local se convertesse num ponto de grande importância estratégica, tornando-se um factor relevante no crescimento de Cambridge, foi “Até ao século X um lugar importante devido ao seu porto fluvial” (Cambridge City Council, 2006a, p.10), local onde a maioria eram transportados, tanto para dentro, como para fora de Cambridge, “havendo muitas pessoas da cidade que ganhavam o seu sustento através do comércio fluvial quer como comerciantes ou como transportadores, no rio *Cam*” (Boyd, 2005, p.22) [Fig. 38].

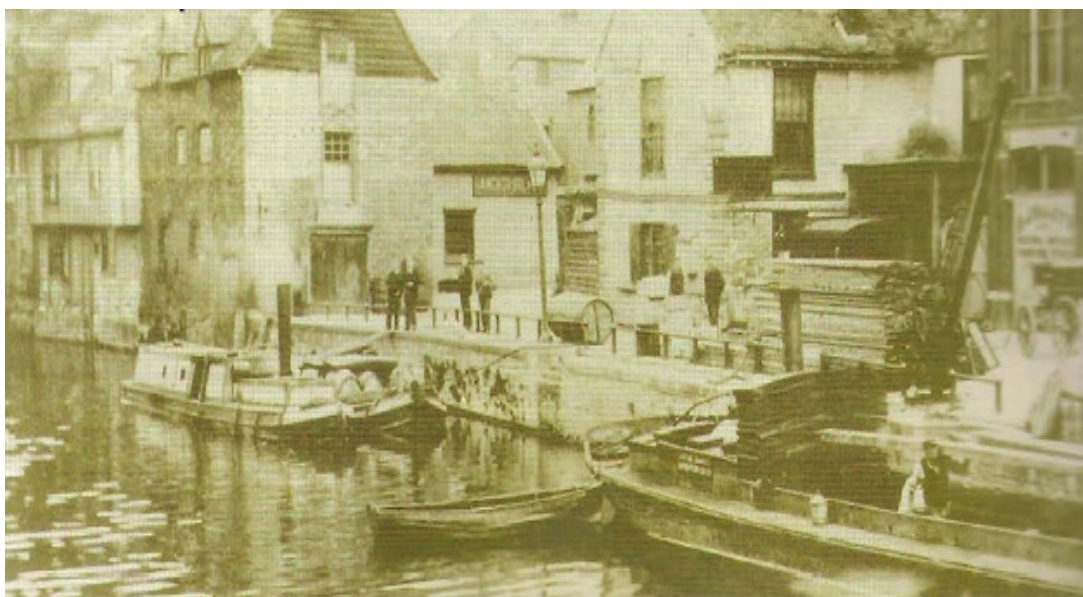


Figura 38 – Transporte dos Produtos de Barco (Boyd, 2005, p.22)

Todo o seu comércio, representado pela exportação de lãs, tecidos e produtos agrícolas, começou a desenvolver-se. Mais tarde, com o surgimento dos artesãos, carpinteiros, alfaiates e cervejeiros, Cambridge tornou-se, no século XIII, sede da mais importante feira do país, fazendo com que a Praça do mercado se viesse a tornar num importante centro de comércio, que veio a prosperar também devido ao aparecimento da primeira Universidade, em 1209, surgindo poucos anos depois as primeiras Faculdades da Universidade de Cambridge: a *Peterhouse* foi fundada pelo Bispo de Ely em 1284.

“No início do séc. XIII, um grupo de estudiosos mudou-se de Oxford para a Universidade de Cambridge. Este acontecimento fortuito marcou o início de um novo poder em Cambridge. A Universidade de Cambridge. Um pequeno grupo de estudiosos desenvolveu um avançado sistema de ensino com mestres professores, estudantes e um reitor responsável” (Boyd, 2005, p.26).

Mais tarde, surgiu o *Clare College*, em 1326, *Pembroke College*, em 1347: “O décimo quarto e décimo quinto séculos viram o crescimento da Universidade” (Cambridge City Council, 2006a, p.11) [Fig. 39].



Figura 39 – Mapa de Cambridge de 1574 (Boyd, 2005, p.33)

No século XVIII, a população de Cambridge já era de 6.000 habitantes, quando em 1744 surgiu o primeiro jornal, vinte e dois anos depois o primeiro *Addenbrookes* hospital, que veio tornar *Addenbrookes* numa escola de Medicina e, em 1788, foi aberto o primeiro banco.

No início do século XIX algumas mercadorias ainda eram transportadas pelo rio, mas com a chegada da rede ferroviária em 1845 e com o fornecimento da água canalizada à cidade, da iluminação a gás e, mais tarde, da electricidade, veio promover a prosperidade da indústria, surgindo assim a ligação da cidade ao enorme mercado de Londres [Fig. 40].



Figura 40 – Locomotiva a Vapor na Estação de Cambridje (Boyd, 2005, pp.70-71)

“O primeiro comboio a vapor chegou á estação de Cambridge em Julho de 1845. A estação de comboios foi construída fora do centro da cidade a pedido da Universidade, devido à possibilidade do ruído da movimentação dos comboios poderem causar ruído e perturbar o normal funcionamento das aulas. Aqui se demonstra a enorme influência que a Universidade tinha sobre as decisões da construção e desenvolvimento da cidade e Indústria. (...) A estação e o comboio causaram um enorme crescimento da cidade, impulsionado pelo aumento de emprego nos caminhos-de-ferro. Os censos em 1886 mostravam que a maioria das pessoas que trabalhavam na estação de comboio morava na localidade ao lado da cidade” (Boyd, 2005, p.70).

Devido ao enorme número de faculdades criadas ao longo dos tempos e ao constante aumento da sua população, os limites territoriais foram ampliados. Assim, em 1951, esta povoação foi elevada ao estatuto de cidade.

Cambridge e as suas trinta e uma faculdades espalhadas pela cidade são hoje reconhecidas internacionalmente e geridas de forma independente, garantindo alojamento e acompanhamento educacional. Elas estão intimamente ligadas à cidade, porque foram desenvolvidas simultaneamente através de oitocentos anos, fazendo com que *Cambridge* e as suas faculdades se tornassem num dos centros de prestígio e de fama mundial.

“A Universidade de Cambridge cresceu muito nestes tempos modernos, competindo assim com outras universidades internacionais assim como a Universidade de *Harvard e Stanford* dos Estados Unidos da América. Algumas faculdades tal como a *Churchill College* que foi aberta no intuito de desenvolver mais Ciência, criou fortes parcerias com a Indústria local” (Boyd, 2005, p.86).



Figura 41 – Imagem Actual de Cambridge (Boyd, 2005, p.5)

História, arquitectura, espaços verdes, campos desportivos são elementos que caracterizam esta cidade, de grande potencial turístico, a que se associa a Universidade, ela própria com uma identidade ligada às novas tecnologias e à indústria [Fig. 41].

“Nos últimos cem anos, *Cambridge* cresceu em tamanho, população e riqueza. É uma das cidades com mais prosperidade na Grã-Bretanha. O coração da cidade é reconhecido pela sua influência arquitectónica medieval. As suas ruas estreitas seguem um padrão antigo, centrado no Rio e no *Market Place*, no coração da cidade, vive há cerca de 10 séculos. (...) A cidade de Cambridge é conhecida pelo seu desenvolvimento académico na área da alta tecnologia “ (Boyd, 2005, pp.84-85).

2.1.2 – Recursos Turísticos

A cidade de Cambridge é um importante pólo turístico.

O Museu de Arqueologia Clássica, alberga uma das colecções de gesso, escultura grega e romana no mundo. A colecção com cerca de 450 moldes encontra-se aberta ao público e está alojada na galeria elenco *purpose-built* no primeiro andar da Faculdade *Classics*.

O *Scott Polar Research Institute*, é um departamento de Geografia da Universidade de Cambridge, faz investigação sobre as regiões polares e glaciologia do mundo [Fig. 42].



Figura 42 – (Scott Polar Research Institute, 2012)

Já o Museu *Sedgwick* de Ciências da Terra tem uma colecção de mais de um milhão de rochas, minerais e fósseis. As exposições incluem uma galeria de minerais e pedras preciosas, fósseis da zona, dinossauros do Jurássico e Triásico.

A Universidade e as suas trinta e uma faculdades tornam a cidade num grande pólo turístico, havendo muitos turistas que visitam Cambridge tanto pela Universidade como pelo seu património histórico.

O Colégio de *Corpus Christi*, fundado em 1352, é o único colégio criado por moradores da cidade [Fig. 43].



Figura 43 – Corpus Christi (Boyd, 2005, p.27)

O *Kings College*, fundado em 1441 e mais tarde a construção da capela do colégio concluída em 1544, é considerado um dos maiores exemplos da arquitectura gótica. Todos os anos, na véspera de Natal, o Festival de nove lições e Carols, um serviço criado por um decano do rei especialmente para a faculdade, é transmitido a partir da capela, para milhões de ouvintes em todo o mundo [Fig. 44].



Figura 44 – Capela de King College (Boyd, 2005, p.35)

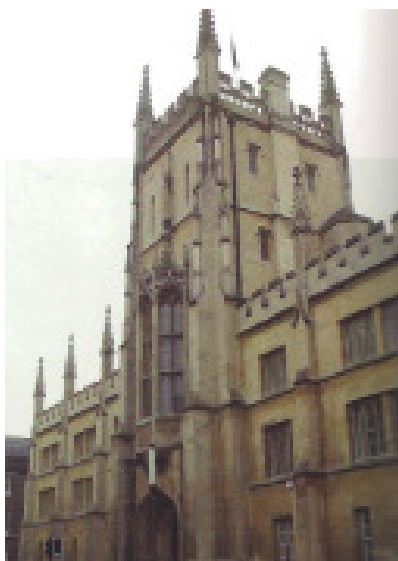
O *Christ College*, fundado em 1437, onde Erasmo ensinou teologia, com a sua Capela de King College é considerado um dos maiores exemplos da arquitectura gótica, é o edifício mais emblemático da cidade.

Também o *Queens College* está entre as faculdades mais antigas e maiores da Universidade, fundado em 1448, abrange ambos os lados do rio *Cam* [Fig. 45].



Figura 45 – Queens College (Boyd, 2005, p.32)

O *Pembroke College* tem mais de 700 estudantes, todos eles com um nível de desempenho académico do mais elevado nível. É a terceira mais antiga faculdade da universidade e fisicamente uma das maiores, comporta edifícios de quase todos os séculos desde a sua fundação, bem como extensos jardins.



Nesta cidade existem também outros locais de interesse: a Biblioteca da Universidade, que compreende cinco Bibliotecas separadas, destacando-se o edifício principal, que foi construído entre 1931 a 1934, foi alvo de várias ampliações no decorrer do tempo, entre algumas importantes colecções que existem neste local, destacam-se os alcorões mais antigos do mundo.

A *Cambridge University Press* é a livraria mais antiga do mundo em operação contínua, fundada em 1534, é a melhor editora de Cambridge [Fig. 46].

Figura 46 – Cambridge University Press (Boyd, 2005, p.92)

O *Emmanuel College Gardens* é um dos maiores e mais impressionantes jardins da faculdade Cambridge. Por sua vez o *Shepreth Wildlife Park*, situado em terrenos naturais, é um lar de tigres, lontras, macacos, répteis e rastejantes. Desde que abriu as suas portas ao público, em 1984, tornou-se uma das principais atracções de *East Anglia*.

Também o *Cambridge University Botanic Garden*, aberto ao público desde 1846, desenvolve e apresenta mais de 8.000 espécies de plantas diferentes em quarenta hectares [Fig. 47].



Figura 47 – (Cambridge University Botanic, 2012)

2.1.3 – Manifestações Culturais

A lista de espectáculos e eventos culturais associa-se à importância patrimonial da cidade. Música clássica, comediantes, poetas, exposições, festivais, eventos gastronómicos, teatro e passeios, diversas feiras (destacando-se a *Midsummer Fair*, que remonta a 1211) [Fig. 48].



Figura 48 – Midsummer Fair (Boyd, 2005, p.23)

O *Cambridge Folk* festival é um dos maiores festivais de música popular no Reino Unido, realizado anualmente. É organizado pela Câmara Municipal desde a sua criação em 1964.

A *Cambridge festival* de música de verão é um festival anual de música clássica, realizada em faculdades da Universidade e capelas, também o *Cambridge Shakespeare* festival é uma temporada de oito semanas de espectáculos ao ar livre das obras de *William Shakespeare*, realizada nos jardins de várias faculdades da universidade.

Neste sentido, todos estes atractivos da cidade de Cambridge contribuem para conferir maior importância ao núcleo central urbano que é a Praça do Mercado. Esta tem uma envolvente que lhe dá enquadramento. A praça não vive isolada.

2.2 – A Praça e o Mercado

Cambridge é uma cidade com um mercado histórico medieval, que sobreviveu aos estragos do tempo, continuando a ser visitada por milhões de turistas nacionais e internacionais, torna-se de segunda-feira a sábado num espaço que ganha vida, devido a possuir uma grande variedade de bancas que vende de tudo. Aos domingos, como forma de

apoiar os artistas e artesãos da cidade, dando-lhes um lugar para venderem o que fazem, transforma-se num mercado de arte, artesanato e numa variedade de bancas só de agricultores locais, o que faz com que este mercado seja “uma das peças mais populares do centro da cidade e um dos mais históricos” (Cambridge City Council, 2006a, p.65) [Fig. 49].



- 1 – Market Square
- 2 – Church of St. Mary the Great
- 3 – Guilhall
- 4 – Gonville and Caius College

Figura 49 – Planta da Praça (Cambridge City Council, 2006b, p.2)

.A norte da praça, fica o edifício *Gonville and Caius College*, construído em 1937, os pisos superiores destinam-se para alojamento de estudantes, e o piso térreo para estabelecimentos comerciais, o edifício construído por cinco pisos com uma frente de 15 metros de largura [Fig. 50].



Figura 50 – (Edifício Gonville and Caius College, 2012)

A sul fica o edifício do *Guildhall*, constituído por quatro pisos mais sótão e com uma frente de 15 metros de largura. O edifício foi construído em 1339, parte dele foi usado como prisão da cidade. Já foi a sede da Câmara Municipal, onde a sua função principal era o “pagamento de portagens para a entrada na cidade e negociação no mercado” (Hadley, 1995, p.15). Actualmente é composto de duas salas, denominadas de salão grande e salão pequeno, é usado para variadíssimos eventos nomeadamente actos de comédia, conferências, feiras de artesanato, música ao vivo, palestras e casamentos. Também é utilizado pela Universidade de *Cambridge* para efectuar vários exames [Fig. 51].



Figura 51 – (Edifício Guildhall, 2012)

A poente está uma das maiores Igrejas de Cambridge a *Great St Mary's*, é conhecida principalmente pela sua magnífica torre, construída em pedra, que oferece magníficas vistas sobre a cidade tornando-se num importante ponto de referência.

A primeira igreja existente neste local data do reinado de *D. John*, que devido a um incêndio ocorrido em 1290, ficou praticamente destruída. Com o fim das obras de reconstrução em 1352 deixou de ser a *St Mary's*, e assumiu o manto da *Great St Mary's*, passando a ser propriedade do *Trinity College*, até aos dias de hoje. Com o decorrer dos séculos, foi alvo de varias ampliações culminando em 1608, com a construção da sua magnífica torre, que possui um anel de doze sinos, ocupando um lugar de destaque nesta praça. O seu púlpito comporta dois órgãos em carris de modo a que estes possam ser movidos para uma posição central quando se proferem sermões. Foram-lhe também adicionadas galerias com a finalidade de albergar todas as pessoas que se reúnam em ocasiões especiais. Actualmente, além dos “sermões universitários ainda decorrerem regularmente” (Hadley,

1995, p.17), é considerada como sendo um centro de serviços cívicos, eventos, concertos e exposições [Fig. 52].



Figura 52 – Great St Mary's (Boyd, 2005, p.35)

A nascente da praça, encontra-se um conjunto de nove edifícios, figurando um conjunto edificado de volumetria regular, que varia entre os três e quatro pisos. É caracterizado por parcelas com uma frente compreendida entre os 8 a 12 metros de largura destinando-se o rés-do-chão a estabelecimentos comerciais, e os pisos superiores a escritórios e a habitação, todos se encontram em bom estado de conservação, devido à sua construção ser recente. De salientar que os valores tradicionais, a identidade e a dinâmica da praça, não foram prejudicados por intervenções mais recentes [Fig. 53].



Figura 53 – (Edifícios a nascente da Praça, 2012)

2.2.1 – Enquadramento Histórico

A Praça do Mercado situa-se no centro da cidade desde a Idade Média. Actualmente a sua forma é rectângular, com dimensões aproximadas de 90 m x 50 m, totalizando uma área de 3.375 m² e um perímetro de 240 metros, confronta de norte com as ruas *St. Mary's Street*, *Rose Crescent*, *Market Street*, e o edifício do *Gonville and Caius College: St Michael's*. A sul com as ruas *Pease Hill* e *Guildhall Street*, e o edifício *Cambridge Guildhall*. A poente com as ruas *St. Mary's Street*, *St. Mary's Passage* e a Igreja *Great St Mary's, The University Church*. A nascente com *Market Street*, *Petty Cury*, *Guildhall Street* e vários edifícios habitacionais e comerciais.

Desde a Idade Média, que a praça central de Cambridge e o seu mercado são o coração vibrante desta cidade. Afirma a este respeito Stephanie Boyd que “o mercado no centro da cidade vive ao longo de dez séculos” (Boyd, 2005, p.85).

Inicialmente a sua forma em L, prolongava-se pelas ruas, motivo pelo qual o tornava enorme, “o nome das ruas antigas davam pistas em relação ao que seria vendido nessa mesma rua, como se fosse uma linha de montagem” (Boyd, 2005, p.22) [Fig. 54].



Figura 54 – Planta da Praça do Mercado em 1592 (Cambridge City Council, 2006a, p.11)

Na cruz, que existia neste espaço público, a qual veio a ser removida em 1786, eram lidos pronunciamentos públicos, servindo por vezes para punições. Também as grades do *Conduit* foram usadas, para amarrar criminosos condenados e chicoteados. “A Praça do Mercado também viu a queima bizarra de caixões do erudito protestante e a mais remissível queima de livros de Lutero” (Hadley, 1995, p.27) [Fig. 55].



Figura 55 – Queima de Livros (Boyd, 2005, p.41)

A fonte que originalmente tinha um arco em pedra decorado sobre ela, foi construída no mercado em 1614, com a finalidade de proporcionar aos habitantes da cidade água fresca. Foi removida em 1856 e colocada em *Lensfield Road*, ficou em seu lugar uma nova fonte vitoriana que servia também como bomba de água para uso local.

O recinto do mercado em “1619, devido ao potencial risco de incêndio (...) foi pavimentado” (Cambridge City Council, 2006a, p.12), a verdade é que “em 1849, ocorreu um grande incêndio” (Cambridge City Council, 2006b, p.1) nos edifícios, que eram em madeira com telhados de colmo, e se encontravam dentro do actual recinto da praça. Devido a estes terem ficado completamente destruídos, a Câmara decidiu aproveitar a oportunidade para ampliar o espaço do mercado, ficando este com uma forma rectangular, e uma área maior, conforme se encontra actualmente.

Hoje, o Mercado da Praça, além de ser o mais antigo do país, continua a ser o coração vibrante da cidade, mantém a sua reputação como um espaço de verdadeiros agricultores, podendo-se considerar toda a área como um tradicional ponto de encontro para a população local, bem como um centro para o comércio e para o turismo.

2.2.2 – Funcionamento

Este mercado tem um cariz importante na oferta do centro da cidade, fornecendo um serviço de valor inestimável, tanto para os moradores, como para todos os utilizadores deste espaço, proporciona oportunidades de negócios a preços acessíveis. A Equipa de Gestão do Mercado tem como finalidade acompanhar, apoiar e aconselhar os comerciantes, e com esta

intenção edita três vezes por ano (Fevereiro, Junho e Outubro) um boletim com o objectivo de informar os utentes sobre tudo o que acontece de interesse neste espaço público, com o intuito de o melhorar. E partilhando “as nossas notícias consigo, para actualizá-lo sobre as coisas importantes que acontecem no centro da cidade” (Joyce, Thornton & White, 2011a, p.1).

Esta equipa efectua reuniões regulares nos meses de Maio, Julho, Outubro, convidando não só os vendedores do mercado semanal, como os de domingo, e ainda todos os comerciantes da área envolvente ao mercado, com a certeza de que só desta maneira e através do diálogo entre todos se consegue implementar grandes melhorias neste espaço, para o seu bom funcionamento. Sendo assim, esta equipa elaborou um regulamento do mercado, com a finalidade que este funcione devidamente, estabelecendo a forma como é gerido.

“O mercado de Cambridge é um aspecto importante da oferta do centro da cidade fornecendo um serviço de valor inestimável tanto para os moradores como para e todos os usuários de Cambridge (...) Este Regulamento do Mercado, serve para administrar o uso das bancas no mercado. Qualquer comerciante que infringir estes regulamentos ou qualquer das leis relacionadas com o mercado pode ter a licença cancelada, pela equipa de gestão, ou ser recusada a autorização para utilizar uma banca no mercado” (Cambridge City Council, 2011, p.1).

Os comerciantes não podem entrar no recinto antes das 6.30 horas, os que chegarem depois das 9.30 horas às suas bancas não podem ser admitidos para negociar nesse dia.

Os veículos dos vendedores são obrigados a saírem do espaço destinado ao mercado até às 9.30 horas e, só os podem trazer de volta após as 16.00 horas para carregarem os seus utensílios, devendo este espaço ficar desocupado até 18.00 horas, para que a limpeza se inicie.

A Equipa de Gestão pode alugar as linhas de produtos que considere melhor para cada espaço, desde que este esteja vago, dando sempre prioridade aos agricultores da região [Fig. 56].

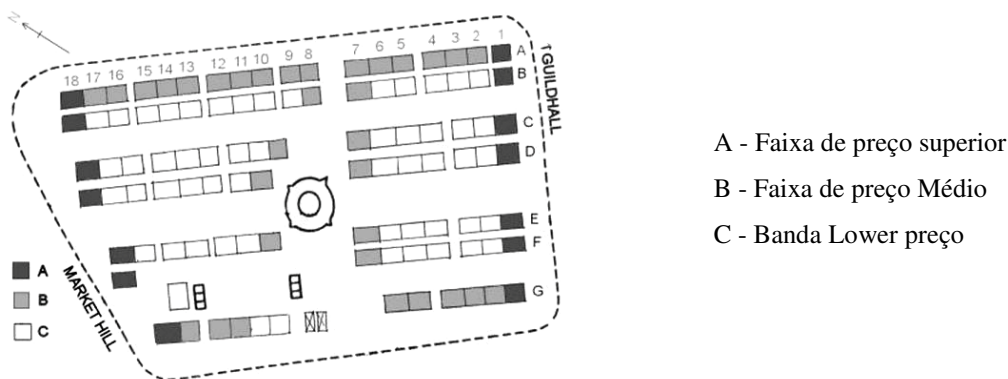


Figura 56 – Disposição das Tendas na Praça do Mercado (Cambridge City Council, 2012)

Os comerciantes só podem vender a linha de produtos que está definida no seu contrato de licença. Os que operam as tendas de comida têm que cumprir com toda a legislação em vigor relativa aos seus negócios e os alimentos devem ser mantidos pelo menos a cinquenta centímetros acima do chão e estarem protegidos, a fim de evitar risco de contaminação. Para aqueles que vendem carne crua ou cozida, aves, peixes ou produtos lácteos, devem ter refrigeração adequada, e estes produtos devem ser vendidos apenas em tendas ou veículos apropriados e aprovados para este fim. Os manipuladores de alimentos têm que usar um vestuário limpo e adequado e manter sempre um alto grau de higiene pessoal. Os que lidarem com alimentos de alto risco têm que ter instalações destinadas para a lavagem das mãos com água quentes e frias disponíveis na tenda. É fornecido, para todos, uma caixa de primeiros socorros.

Depois de complementar um pedido de licença, que deverão ser renovadas semanalmente, uma tenda na Praça do Mercado de segunda-feira a sábado custa de £ 15,24 (13.00 €) a £ 33,99 (29.00 €) por dia, dependendo do local e data. O custo das tendas aos domingos é de £ 29,35 (25.05 €) por dia, devendo os produtos residirem pelo menos num raio de 60 quilómetros da cidade (Cambridge City Council, 2013a).

Em tempo severo, para aos comerciantes que não frequentarem o mercado não será cobrada qualquer verba para esse dia ou dias. As tendas são fornecidas pela equipa de gestão de mercados, e vêm acompanhadas com um fusível, quadro de *stall*, folha de topo, quadros de mercado, barras de apoio e uma instalação para o lixo reciclado. Não podem ser estendidas para a via pública, nem ser movidas, alteradas ou acrescentadas, sem o consentimento prévio da equipa de gestão.

A limpeza deste espaço público é realizada regularmente, especialmente na área do mercado. A Equipa de Gestão, fornece e mantém, as instalações sanitárias adequadas para todos os comerciantes deste espaço. Os vendedores são obrigados a ter a sua banca em boas condições, ao longo das horas em que o mercado está aberto e a removerem os resíduos de modo a, que estas se encontrem higienicamente limpas. Também para aqueles que produzem resíduos de alimentos devem colocá-los no recipiente destinado a resíduos alimentares e não em lixeiras públicas. As águas residuais provenientes dos tanques, lavatórios, entre outras, têm de ser encaminhadas para os pontos de descarga, que se encontram identificados no local. Todos os comerciantes devem cumprir as novas medidas introduzidas a fim de melhorar a reciclagem dos resíduos.

2.2.3 – Tipo de vendas

De segunda a sábado, pode-se encontrar uma grande variedade de mercadorias incluindo: roupas, jóias, bolsas, alimentos, bicicletas, plantas de jardim, telefones celulares, flores, peixe fresco, carne, bolos, vestuário, frutas e legumes. Nos dias de hoje, os produtos mais vendidos na praça variam face às necessidades do mercado, que vão de encontro as perspectivas do cliente. Os vegetais e as frutas, de forma tradicional, são o produto mais vendido na praça, seguido de outros produtos e serviços que actualmente sustentam este mercado tornando-o mais abrangente tais como bijutarias, roupa, barbearia, padaria, entre outros.

Aos domingos, o Mercado de Todos os Santos é um espaço destinado para os artesãos



locais, que se traduz no trabalho de alguns dos mais talentosos artistas da região. Podemos observá-los a fazerem peças de artesanato para venderem. Neste dia, também, há um grupo de agricultores locais que vendem frutas frescas e legumes orgânicos, não podendo estes residir a mais de 60 km, da cidade [Fig. 57].

Figura 57 – Mercado de Cambridge (Joyce, Thornton & White, 2011b, p.1)

2.2.4 – Intervenções

Este mercado é um dos espaços mais populares do centro da cidade e um dos mais históricos, funcionando como uma parte fundamental do património de Cambridge. É uma prioridade e uma preocupação constante para os seus habitantes garantirem que ele continue a desenvolver-se e a prosperar, neste sentido, a Equipa de Gestão do Mercado, trabalha constantemente em novos projectos para melhorar a sua aparência visual e de tornar o seu espaço o mais agradável e funcional possível, para isso já executou, algumas intervenções.

“A Câmara Municipal está empenhada em trabalhar com os comerciantes do mercado numa base contínua para procurar activamente oportunidades de melhorar o mercado. Por vários anos houve um debate considerável sobre as formas em que a área de Praça do Mercado podem ser melhoradas para torná-lo uma área mais atraente tanto durante o dia e à noite” (Thornton, 2012, p.1).

A colocação de novas bancas tem como objectivo tornar este espaço sempre com um aspecto mais agradável, tanto para o utilizador, como para o turista. Nas tendas, foi colocada uma iluminação com a finalidade de proporcionar um sistema de luminosidade consistente, podendo esta ser adaptada a cada vendedor conforme a sua necessidade.

No sentido de dar um novo aspecto a este recinto, e para que os seus utentes possam observar um novo visual, foi colocada uma plantação de arbustos na fonte que está no centro da praça, de modo a torná-la mais atraente.

Em relação à limpeza deste espaço e no sentido de encontrar sempre novas formas mais eficazes, foi contratada uma equipa destinada a este fim, que utiliza uma máquina de sopro mecânico. Estão em estudo dois projectos, um visa disfarçar os contentores do lixo, para que estes tenham um aspecto diferente e mais inovador e outro, de arte pública, que procura destacar e promover a oferta diversificada no mercado.

Esta equipa lançou um cartão de fidelidade que oferece aos moradores e clientes regulares do mercado a oportunidade de ganhar alguns prémios, em troca de compras neste espaço.

A Equipa de Gestão também gostava de reabilitar a praça, no entanto, decidiu arquivar todos os planos porque os vendedores tinham de se deslocar para outro sítio, durante o tempo em que decorriam as obras, e estes opuseram-se fortemente, sendo que o projecto foi arquivado.

A promotora de mercados, *Love Cambridge*, em colaboração com a Equipa de Gestão, estão a trabalhar em actividades de *marketing* para ajudar a elevar o perfil deste espaço público, produzindo cartazes publicitários que serão afixados em locais estratégicos com o objectivo de elevar o perfil do mercado.

Também existe uma publicação de natal, que é divulgada em Novembro, com uma tiragem de 200.000 cópias, entregues pelo correio em todo o concelho, e cerca de 20.000 cópias disponíveis por toda a cidade.

"Luzes de Natal" estão alojadas na Praça do Mercado, (...) a organização destas luzes estão entregue ao, Amor Cambridge, em parceria com a Câmara Municipal. Ao longo dos últimos 5 anos este evento tornou-se uma maravilhosa celebração da comunidade local que inclui a participação de uma vasta gama de teatro, dança local e grupos de musicais de toda a cidade" (Thornton, 2012, p.1).

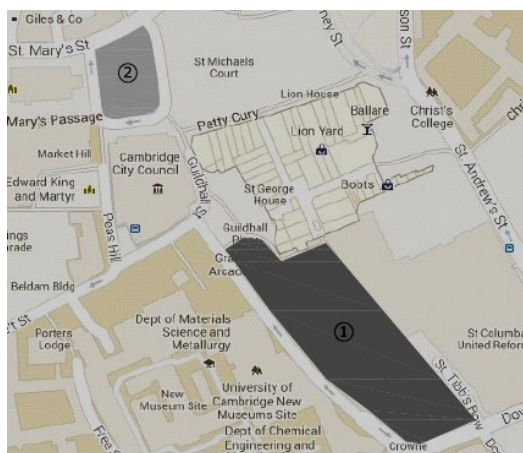
De noite, depois das bancas estarem arrumadas, o seu espaço estar limpo e as lojas fechadas o seu carácter é diferente. Os bares, restaurantes e os cafés com cadeiras e mesas ao ar livre e a iluminação melhorada proporcionam uma vivência diferente na praça, que também oferece festivais musicais, actos mágicos, malabaristas, comédia e concursos onde o público pode intervir votando nos seus artistas favoritos, que além de atraírem visitantes, ajudam a dar uma melhor percepção da praça durante a noite. Sendo ideia generalizada dos seus habitantes que “todos devem ajudar a melhorar a percepção do mercado durante a noite” (Cambridge City Council, 2006a, p.65).

As sucessivas mudanças ocorridas neste espaço público, permitiram, principalmente, reforçar a visão global de incentivos para a cidade, diversificar o comércio, aumentando por vezes as taxas de rendimento especialmente dos pequenos investidores. Permitiram, também, estabilizar os ciclos de negócios, criando assim novos postos de trabalho, aumentando também por vezes o nível salarial devido à competitividade entre as novas entidades empregadoras, implementar o recreio e lazer, e, responder de certa maneira aos anseios dos utilizadores deste espaço.

“Cabe à transformação do espaço público a responsabilidade do crescimento saudável “dentro de barreiras”, na perspectiva de que a preservação histórica respeita a tradição e a evolução de um lugar, consolida a sua identidade e promove a mudança e o novo crescimento” (Alves, 2003, p.248).

2.2.5 – Estacionamiento

O parque de estacionamento multi-andares do *Grand Arcade*, localizado no coração do centro histórico da cidade, é o mais próximo da praça que fica a cerca de 100 metros do mercado. Está aberto 24 horas por dia, sete dias por semana, tem uma capacidade para 944



carros e estacionamento para 200 motos. Oferece um serviço que inclui cadeiras de rodas ecléticas ou manuais, andarilhos e acompanhantes para deficientes visuais (Cambridge C. C., 2013b) [Fig. 58].

- 1 – Parque de estacionamento do edifício Grand Arcade
- 2 – Market Square

Figura 57 – Parque de Estacionamento (Cambridge C. C., 2013b; Foto do Autor, 2013)

2.2.6 – Turismo

Este mercado diário ao ar livre, com uma mistura interessante de bem, torna-se bastante animado e muito movimentado, convertendo-se num local ideal para que os turistas iniciem um passeio pela cidade.

Também no sentido de promover este espaço, a Câmara Municipal, aprovou uma estratégia de turismo que se baseia em quatro aspectos principais como qualidade, comercialização, sustentabilidade e acessibilidade: A qualidade deste espaço satisfaz as expectativas, é um elemento vital, daí que a Câmara esteja empenhada em que a cidade seja um lugar onde as pessoas que a visitam, permaneçam o maior tempo possível e voltem sempre. Alta qualidade não significa necessariamente luxo, significa garantir um padrão de atracções e comodidades para que os visitantes recebam um serviço de qualidade e bom atendimento (Cambridge City Council, 2012).

Este mercado e o seu comércio assumem, portanto, um destino de qualidade. É um local onde se pode encontrar de tudo, durante todo o ano. Assumindo um papel de uma cidade histórica, com um centro onde os turistas que o visitam e percorrem a sua área encontram um interesse regional diversificado.

Só assim se tem chegado a um equilíbrio entre as necessidades do ambiente, da comunidade local, dos negócios e dos visitantes. As políticas nesta secção incluem a maximização da utilização de modos de transporte sustentáveis, minimizando as pressões ambientais e de congestionamento, e promover práticas de negócios sustentáveis (Cambridge City Council, 2012).

Para reduzir as barreiras e alargar o acesso ao turismo para todos o tipo de visitantes, o mercado está acessível a pessoas com dificuldades de mobilidade física, invisuais, auditivas, idosos e pais com as suas crianças, beneficiando não só os moradores da cidade, bem como todos os visitantes. Daí que o trabalho em parceria é essencial para alcançar os objectivos da presente estratégia (Cambridge City Council, 2012).

Além deste tipo de promoção, existe também uma organização independente intitulada *Love Cambridge* que trabalha estreitamente com a Equipa de Gestão de Mercados proporcionando um guia gratuito com o título – O Laranja Mercados – que contém informações e promoções sobre Cambridge e o seu mercado. Conta com uma tiragem de 100.000 cópias, sendo também uma ótima maneira de promover a oferta fantástica que Cambridge e o seu mercado possuem incentivando os turistas a voltarem.

"Estes resultados são realmente grandes, devemos ter motivo de orgulho. Cambridge é uma cidade super, que é famosa em todo o mundo. É bom saber que os milhares de novos visitantes que surgem todos os anos vão com uma boa impressão, de um ambiente limpo, seguro e com excelentes lojas" (Joyce, Thornton & White, 2011b, p.2)

Também no sentido de dinamizar e de atrair mais turistas ao local, dois consumidores regulares da Praça do Mercado tiveram uma ideia interessante para ajudar a promover este espaço público. Elaboraram um livro sobre o passado e o presente, destinando-se este, a todos os residentes e visitantes. O livro concentra-se no trabalho e na vida dos utilizadores do mercado, bem como na história do próprio, e contém ilustrações de alguns comerciantes nos seus locais de venda. Estes contam as suas histórias passadas no mercado.

“As intervenções de clientes mistério avaliaram o desempenho de 30 comerciantes independentes na cidade, produzindo uma pontuação de 90,8%. A equipa também realizou 105 entrevistas de rua para pedir a opinião sobre a cidade e o seu mercado. 70% dos entrevistados sentiram o cidade estava limpa e arrumada e 90% disseram que geralmente se sentiam seguros na cidade. (76%) dos entrevistados achavam que o mercado era uma parte importante na oferta comercial e 30% disse que só fariam compras no mercado” (Joyce, Thornton & White, 2011b, p.1).

CAPITULO 3 – Caso de Estudo: A Praça da República (Caldas da Rainha)

A Praça da República das Caldas da Rainha, em função de se ter revelado um mercado diário a céu aberto, a funcionar desde o final do século XV no País, vai ser objecto de uma análise mais aprofundada, no âmbito do presente estudo.

Neste capítulo, faremos uma breve referência à história da cidade e da Praça da República (Praça da Fruta) das Caldas da Rainha. Investigaremos qual o seu contexto actual e, os seus problemas, bem como o estado de conservação dos edifícios envolventes. Finalmente são propostas algumas recomendações detalhadas e justificadas para o espaço em estudo.

3.1 - Contexto Histórico Urbano

Seguidamente, procuraremos expor, uma breve incursão histórica da cidade e da Praça da República (Praça da Fruta), para uma melhor compreensão, permitindo analisar a sua evolução e os seus acontecimentos até aos dias de hoje.

3.1.1 - A Cidade

O concelho de Caldas da Rainha localiza-se na região Centro, distrito de Leiria, está implantado a 66,00 metros de altitude, tem uma área de 255,72 km² e 51 645 habitantes (2011). Está dividido em 16 freguesias, confronta de nordeste com o município de Alcobaça, a leste com o de Rio Maior, a sul com o município de Cadaval, a noroeste pelo Oceano Atlântico e a oeste pelos municípios de Bombarral e Óbidos [Fig. 59].



Figura 58 – Planta do Concelho (Barros, 2005, p.8)

O aproveitamento de uma riqueza natural, nascentes de águas minero-medicinais, frequentadas por leprosos e doentes com reumatismo, que procuravam nestas águas a cura para os seus males, as quais tinham a designação de “caldas de Óbidos como eram conhecidas e utilizadas desde pelo menos o século XIII” (Serra, 2003, p.50), sobre os auspícios da Ordem Beneditina de Santa Maria de Rocamador, que dava assistência aos pobres e necessitados. Mas no século XV, após a extinção da referida ordem não foi possível evitar a decadência estrutural em que, entraram as caldas de Óbidos.

Assim, no ano de 1485, a Rainha D. Leonor, detentora do senhorio das terras de Óbidos, ordenou a “a edificação de um grande Hospital, com uma centena de camas, onde se desenvolvesse a «Medicina dos Banhos» ” (Serra, 2003, p.50), incluindo a Igreja privativa consagrada a Nossa Senhora do Pópulo.

As diversas versões do que terá levado a Rainha a mandar construir o Hospital não são unânimes. Por um lado, defende-se que no ano de 1484 quando seguia rumo á vila da Batalha, para se encontrar com o rei, teria passado num local, onde viu, pobres a banharem-se numas águas das quais saia fumo. A falta de condições a que estes estavam sujeitos, terá sensibilizado a Rainha, levando-a à edificação do Hospital [Fig. 60]. Uma outra versão refere que estaria doente em Almeirim, e os seus médicos aconselharam-na a fazer tratamento naquelas águas, e depois de ter comprovado os seus excelentes resultados, prometeu elevar o Hospital [Fig. 60]. Independentemente das versões existentes, a verdade é que a construção do Hospital Termal das Caldas da Rainha, surge relacionada para todos aqueles que se quisessem tratar, aparecendo assim o “primeiro (e único) Hospital termal Português” (Serra, 2003, p.50), dedicado ao tratamento de doenças, por via termal, aproveitando as águas que brotam do solo.

O surgimento desta instituição assistencial deu origem a uma nova povoação, as



Caldas, que devido ao seu funcionamento, às pessoas que atraiu e que nele trabalhavam, justificaram que D. Manuel, em 1511, a pedido da Rainha D. Leonor, sua irmã, concedesse a esta povoação o título de vila.

Figura 59 – Frontaria do Hospital em 28 de Março de 1747 (Barros, 2005, p.81)

Com o decorrer do tempo, o Hospital foi alvo de várias intervenções por parte de diversos monarcas, mas foi em meados do século XVIII, com a vinda de D. João V, para realizar tratamentos termais com assiduidade, que se reatou o interesse da coroa pelas Caldas da Rainha, dando-se início a uma série de obras, de modernização da vila: a reedificação do Hospital, a construção do novo edifício dos Paços do Concelho e a implantação de um sistema de abastecimento de águas para a vila e para o Hospital, conseguida através da construção de um aqueduto geral e de três chafarizes. Nesta altura, já “habitavam na vila 308 famílias, correspondendo, segundo informação da «memória paroquial» de 1758, a 1126 indivíduos” (Serra, 2003, p. 51).

Como a vila nasceu em função do Hospital, é óbvio que “as zonas para onde a vila cresce (...) continuam a exercer uma espécie de força centrípeta exercida pelo Hospital” (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993, p.111), daí que fosse em torno desta instituição que o tecido urbano se organizou e desenvolveu, sendo o seu aglomerado “constituído por «vinte ruas principais, além das travessas e becos todas com os seus nomes distintos» ” (Serra, 2003, p. 53), convergindo estes, na sua maioria, para chamada Praça Velha e para o Hospital que ocupa um lugar central na vila.

O primeiro espaço urbanizado da população foi “o triângulo desenhado entre a Rua Nova e a Volta dos Sinos, que incluía um pequeno terreiro (hoje Largo João de Deus) com a sua capela (da invocação do Espírito Santo) ” (Serra, 2003, p. 51). O documento mais válido, para análise do espaço urbano da vila é a planta elaborada em 1742, a qual nos deixa perceber, os principais locais, ruas e praças como estão próximas do Hospital. A observação cuidada da referida planta dá-nos claramente essa ideia da instituição hospitalar como centro urbano em torno do qual se foi desenvolvendo a vila [Fig. 61].

Apesar do desenvolvimento e prosperidade que conheceu nos finais do século XVIII, e

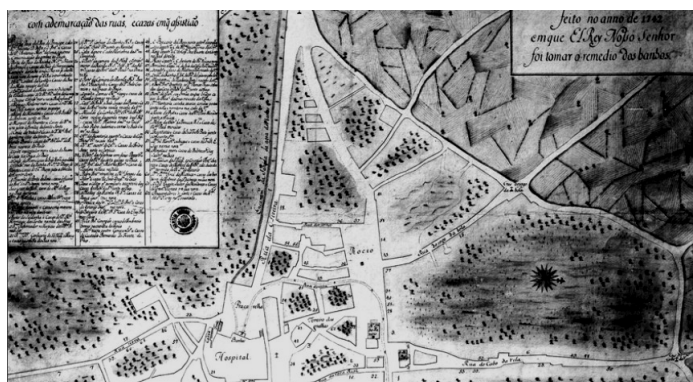


Figura 60 – Planta da Vila das Caldas em 1742 (Serra, 2003, p.54)

devido à moda do termalismo, tornou-se não apenas um lugar de tratamento, mas também de visita, fazendo com que a povoação aumentasse urbanisticamente, e a vila, no ano de 1821, fosse elevada a sede de concelho. O século XIX, foi um

período marcante, recheado de grandes acontecimentos. As visitas de aristocratas, burgueses, ministros e da realeza tornaram-se regulares, desencadeando um movimento de renovação e reflorescimento das termas e da vila. Frequentar as Caldas da Rainha e os seus banhos termais tornou-se moda, de tal maneira que: “A atracção populacional da vila foi expressiva. Entre 1878 e 1890 Caldas da Rainha quase duplicou o número de residentes, passando de 2.635 para 4.687” (Serra, 2003, p. 55). O factor que mais pesou nesta conjuntura foi sem dúvida “a moda do termalismo, cuja prosperidade assinalara, em finais do século XVIII” (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993, p.318), que fez com que a vila se tivesse tornado num destino termal de eleição, numa época em que as termas, eram a moda, levando mesmo os cronistas da época a afirmarem que “«a vida moderna faz doenças novas que encontram alívio no descanso e na distracção» (...) redescobrimo os prazeres da mudança de ares e das terras de águas” (Serra, 2003, p. 55).

A proximidade do Hospital Termal tornou-se propícia ao desenvolvimento e modernização de determinadas infra-estruturas urbanas, atingindo “o centro da vila, onde o Rossio foi alvo em 1883 de um plano de regularização e pavimentação do seu tabuleiro central” (Serra, 2003, p.55-56). Surgiram também hotéis, lojas e cafés, que ocuparam uma área compreendida entre as instalações hospitalares e o edifício dos Paços do Concelho, sediado no Rossio.

Com a estabilização política nacional em 1851, a corte retomou as deslocações, reconduzindo as termas, mais do que nunca, como motor das actividades produtivas e comerciais da vila, mas porém foi “no último quartel do século XIX que (...) os personagens da grande galeria vão para as Caldas em partida de recreio, como vão à ópera no inverno” (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993, p.318).

Devido, finalmente, ao prolongamento em 1887, do caminho-de-ferro até às Caldas da Rainha [Fig. 62], o qual produziu um movimento de grande significado, ao nível do transporte



Figura 61 – Estação do Caminho de Ferro (Foto do Autor, 2013)

de passageiros e de mercadorias, contribuiu também para uma maior expansão urbana, fazendo com que o concelho crescesse em riqueza, população e prosperasse.

Não só devido às curas termais, mas também graças à sua fruticultura, à cerâmica e ao comércio, que impulsionou e ritmou o andamento, promoveu e fixou os elementos principais da imagem externa da vila. As termas e a louça, além da pintura e da escultura, fizeram



também das Caldas da Rainha um centro de artes plásticas, colaborando de certa maneira na sua promoção e na ascensão económica e social, assim, “em 1927 Caldas da Rainha viu reconhecido o estatuto formal de cidade” (Serra, 2003, p.58) [Fig. 63].

Figura 62 – Hospital Termal (Mangorrinha, 2005, p. 55)

3.1.2 - A Praça

A Praça da República (Praça da Fruta) localiza-se na freguesia de Nossa Senhora do Pópulo. É delimitada, a norte, pela rua Almirante Cândido dos Reis, a sul, pelas ruas da Piedade, da Amargura, da Liberdade e Largo Dr. José Barbosa, a nascente pela rua Diário de Notícias e a poente pela rua do Parque. A sua forma é rectangular, com dimensões aproximadas de 120 metros x 16 metros, totalizando uma área de 1.920 m² e um perímetro de 270 metros.

O primeiro mercado de Caldas da Rainha teve lugar, na Praça Velha, em frente ao Hospital, local onde a povoação nasceu. Mas, nos finais do século XV, um novo Rossio



começava a assumir-se como o centro da vida quotidiana, local muito frequentado por lavradores e artífices, “era agora o terreiro principal do burgo, palco da azáfama comercial, com casas de sobrado, boas moradias” (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993, p.66), para a qual acorriam as pessoas ligadas à vida dos campos [Fig. 64].

Figura 63 – Planta da Praça da República (Câmara Municipal Caldas da Rainha, 2013)

No seu recinto, existia um pelourinho que, segundo crónicas da terra, foi mandado construir no ano de 1532, pelo Provedor do Hospital. Esteve, inicialmente, “implantado na Praça Velha, em frente do Hospital, tendo sido, posteriormente, trazido para o Rossio” (Querido, 2009, p.28). Tinha uma base feita com quatro degraus quadrangulares, onde assentava uma coluna de pedra cilíndrica, dividida em dois troços, sobre a qual se erguia uma grimpia em ferro “com a sóbria elegância da coluna cilíndrica, por onde irrompia uma espiral de relevo que animava a pedra secular (...) escadaria que dava elevação e solenidade às boas e más novas, pregões” (Querido, 2009, p.37).

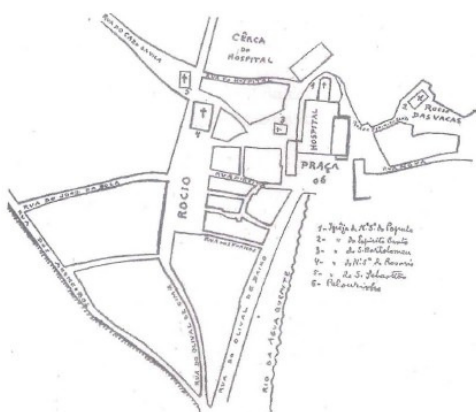


Figura 64 – Planta Conceptual das Caldas no Séc. XVII (Serra, 2003, p. 241)

Corria o ano de 1591, e a Confraria, que era uma associação religiosa, edificou a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no espaço que lhe foi concedido, a nascente do Rossio, a qual incluía também “no adro adjacente, pequenas cruces toscas que assinalam sepulturas que sacralizam o chão do Rossio” (Querido, 2009, p.24) [Fig. 65].

Com o decorrer dos tempos, o Rossio, que tomara a designação de Praça Nova, e o seu mercado foram-se tornando no coração das Caldas da Rainha. Devido também às tendências arquitectónicas que começam a aparecer no local, a Rainha D. Maria Ana instruiu Manuel da Maia, Engenheiro Mor do Rei, em 1749, para erguer um novo edifício para os Paços do Concelho, cadeia e açougue, em frente ao pelourinho na Praça Nova, (Rossio), local onde começava a ser o centro de comércio.

“Tudo mudou com a implantação do edifício dos Paços do Concelho no Rossio e com a passagem do mercado diário para este local. Logo a seguir ao Real Hospital, o edifício dos Paços do Concelho é actualmente o mais grandioso desta vila” (Querido, 2009, p.28).

Em Janeiro de 1836, e devido ao estado de entropia a que chegou a centenária Igreja de Nossa Senhora do Rosário, decidiu a Câmara iniciar a sua demolição, desenterrando do adro as ossadas dos defuntos e trasladando-as em caixas de madeira. A saga da demolição abate-se também sobre o pelourinho, símbolo de justiça do passado, que “jaz agora por terra à espera do triste destino que o futuro lhe reserva” (Querido, 2009, p.37).

“Desgraçado templo centenário, que amargamente morre ao abandono, à vista de todos, à mingua de cuidados, sem ninguém que lhe acuda (...) Apesar da humidade que se infiltra pelos buracos do telhado e escorre pelas paredes, e de toda a sujidade que entra pela porta escancarada” (Querido, 2009, p.25).

Assim, e devido à grande afluência e modernização urbanística, a que o Rossio (Praça Nova) foi alvo, considerado já centro da vila, e encontrando-se completamente povoado de lojas de sementes, alfaias agrícolas, fanqueiros, farmácias, barbeariam, cavacarias, cafés, estabelecimentos de seguros, bancos, e uma filial dos grandes armazéns do Chiado de Lisboa, resolveu a Câmara Municipal, em Janeiro de 1883, proceder a obras de “grande envergadura (...) consistiu basicamente na correcção de alinhamentos e nivelamento das cotas das soleiras e levantamento de passeios e na construção um grande tabuleiro central em calçada” (Barros, 2005, p.115) [Fig. 66].



Figura 65 – Praça D. Maria Pia (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993, p.221)

Com o objectivo de minimizar os protestos dos vendedores do mercado, e dos comerciantes com lojas no Rossio, inconformados com o inevitável transtorno das obras, decidiu a Câmara que estas fossem faseadas, com o objectivo de que seguissem sempre a bom ritmo, ocupando o mercado apenas “cerca de um sexto do espaço da praça, estando a parte restante em fase de finalização do calcetamento” (Querido, 2009, p.62). Finalmente, em Agosto de 1883, o tabuleiro do centro da vila é inaugurado [Fig. 67].

“O tabuleiro da Praça do rossio está pronto. Simetria perfeita de negro e branco. Xadrez interrompido por arcos, cravos, rosas e estrelas de cinco pontas. No corredor central, este-oeste. Em fundo branco alinham-se 102 estrelas negras. Transversalmente, na perpendicular norte-sul, cruzam a praça a um quarto de cada um dos topos, três corredores com duas fiadas das mesmas estrelas, no total de 61. Em paralelo ao corredor central, de cada um dos lados norte e sul, sobre o mesmo fundo branco ondelam 102 arcos negros” (Querido, 2009, p.67).



Figura 67 – Tabuleiro da Praça da República (Foto do Autor, 2013)

O Rossio, denominação que conservou até 1887, “só neste ano foi instituída a nova designação de Praça Maria Pia, a qual se manteria até à proclamação do regime Republicano” (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993, p.318). Após o 5 de Outubro de 1910, com a proclamação da República, este espaço assumiu definitivamente o topónimo Praça da República.

“Não faltaram desde 1910, promessas e tentativas para dotar a vila, mais tarde cidade, de um mercado fechado. Todas esbarraram com dificuldades financeiras ou logísticas, ou pura e simplesmente com movimentos de opinião esclarecidos e fortes” (Serra, 2003, pp.553-554).

Devido à sua centralidade e local estruturador da vocação comercial das Caldas da Rainha, opôs-se até hoje com uma forte resistência a todos os projectos no sentido de lhe retirar a razão histórica da sua existência que, é sem dúvida, o seu mercado. Um dos projectos formulados pelos dirigentes locais republicanos, com particular impacto, era o de construir um novo Palácio Municipal no local conhecido por Pinheiro da Rainha, ao cimo da Rua do Chafariz das 5 Bicas (Rua Diário de Notícias). Este edifício ficaria a dominar uma larga avenida rasgada desde o Largo Conde de Fontalva, onde se encontra a estátua da Rainha D. Leonor, passando pelo velho Rossio. Por diversas vezes, ao longo do século XX, este projecto seria retomado.

“Houve projectos e tentativas de o transferir, de o encerrar, de o normalizar, à semelhança de outras cidades, em nome da modernidade e do conforto. Mas a cidade reconhece-se no mercado do velho Rossio, sem ele ficaria irreconhecível” (Querido, 2009, p.56).

Quer isto significar que, a Praça da República e o seu mercado diário, apesar de necessitarem urgentemente de uma intervenção, são hoje o principal factor de animação da cidade, pelo que nem sequer uma eventual transferência pode ser decidida sem se equacionar todas as consequências sobre o futuro de uma das peças mais emblemáticas e funcionais do centro histórico da cidade. A praça é o símbolo das múltiplas funções que o mercado proporciona, além de comandar o ritmo urbano, serve também de ponto de encontro e de instrumento de circulação de mercadorias, continuando esta cidade a dispor de um centro histórico vivo, onde todos os dias, se faz e desfaz um mercado de géneros, o qual se organiza



com base num desenho rectangular, em torno do qual, proliferam alguns dos principais estabelecimentos caldenses. Por outro lado constituiu, também, um importante ponto de ligação a outros espaços desta zona da cidade [Fig. 68].

Figura 68 – Mercado na Praça da República 1960 (Barros, 2005, p. 132)

3.2 – Contexto Actual da Praça

A Praça da República é o espaço mais emblemático da cidade, que continua “a dispor de um centro histórico vivo, onde todos os dias se faz e desfaz um mercado de géneros” (Serra, 2003, p.49).

Efectivamente, por ser vivo e renovar-se todos os dias, é bem o símbolo das múltiplas



funções que um mercado pode proporcionar como, o ponto de encontro da economia camponesa, o instrumento de circulação de mercadorias e de informação e, por excelência, o local de encontro da cidade com as freguesias rurais e simultaneamente o seu ex-líbris [Fig. 69].

Figura 66 – Praça da República e Mercado (Foto do Autor, 2012)

É muito mais que o ex-líbris da cidade, “a Praça da República (...) é também um ponto preferencial de partida – ou de chegada (Mangorrinha, 2005, p.19).

O principal motivo de atracção da cidade “assenta primordialmente no mercado diário de levante, comumente designado de Praça da Fruta” (Mangorrinha, 2005, p.7), que por ser forte e ainda manter a sua ruralidade, é também um local onde é possível observar as pessoas a usufruir de momentos de convívio ou até mesmo contemplando o mercado, que por ser único na sua vivência e possuir uma enorme variedade de produtos, é motivo de perplexidade e surpresa para quem o visita, podendo-se observar variadíssimas vezes, turistas com as suas câmaras fotográficas, a tentar captar o quadro humano e natural, que é a Praça da Fruta [Fig. 70].



Figura 70 – O mercado Diário de Géneros (Rodrigues, 1993, p. 376)

Até aos dias de hoje, a sua utilização foi sempre vocacionada para o mercado diário de frutas e legumes, desempenhando um dos principais factores de preservação do seu pulsar histórico, “como ainda envolve expressões muito ricas de áreas de valor único, como o mercado da fruta, símbolo de uma centralidade urbana que se mantém viva há mais de um século” (Mangorrinha, 2005, p. 4) [Fig. 71].



Figura 71 – Mercado Diário (Foto do Autor, 2012)

À tarde, sem o mercado, salta à vista o empedrado do tabuleiro da praça que apresenta uma simetria perfeita de negro e branco, aberto a outras realizações.

O mercado da praça é o pólo dinamizador da vida cidadina, e destinado a ser “o grande coração urbanístico das Caldas da Rainha” (Rodrigues, Tavares & Serra, 1993. p.318), de manhã, de tarde e de noite, incorporando valências socioculturais, e histórias que ficam na memória de todos os seus utilizadores [Fig. 72].



Figura 72 – Praça da República depois do Mercado (Foto do Autor, 2012)

3.2.1 – Caracterização de Problemas

A Praça da Fruta é uma zona, histórica cultural e turística, que não é intervencionada desde 1983, encontrando-se hoje doente, daí que “o seu futuro proclama um debate urgente e uma estratégia coerente. Os factores de crise são vários” (Serra, 2003, p.102), torna-se portanto urgente a sua revitalização, de modo a que possa representar uma porta de entrada a quem visita a cidade. Perante este contexto fazemos a seguinte análise:

3.2.2 – Acessibilidade

A acessibilidade é um factor predominante na decisão da escolha do local a visitar, deve ser também um motivo de competitividade e diferenciação, não sendo “possível desenhar cidades e vilas acessíveis se, cada um dos sectores que trabalha e constrói todos os dias as cidades e as vilas não tiver presente esta preocupação” (Teles, 2009, p.32). Sendo assim, torna-se evidente nesta praça a ausência de acessibilidades, fazendo mesmo com que os seus utilizadores tenham de passar por entre os automóveis, que se encontram estacionados em seu redor, dificultando principalmente as pessoas com mobilidade condicionada. Sendo pois, absolutamente necessário e urgente uma intervenção, neste espaço público, devendo esta

ser pensado de forma a evitar o mínimo de pontos de descontinuidades, cabendo ao município grande parte da responsabilidade sobre esta temática [Fig. 73].



Figura 73 – Passagem entre o Trânsito (Foto do Autor, 2012)

3.2.3 - Equipamento

Em virtude deste mercado ser a céu aberto, os seus vendedores estão completamente desprotegidos de todo o tipo de intempéries com muito frio e chuva, ou muito calor, utilizando para se protegerem chapéus-de-sol, toldos ou pequenos oleados, que trazem das suas casas, que para além de danificarem a calçada da praça, com este tipo de solução, permitem com que esta transmita um aspecto de alguma desordem [Fig. 74].



Figura 74 – Chapéus e Tendas dos Vendedores (Foto do Autor, 2012)

3.2.4 – Estacionamento

Durante o tempo de permanência do mercado as carrinhas dos vendedores estão estacionadas em redor do seu tabuleiro, o que ajuda também a fomentar o caos no trânsito. O topo nascente da praça, tem um estacionamento completamente caótico. A paragem dos autocarros, está sempre ocupada por outros veículos. Na Praça de Táxis, estão sempre estacionados automóveis, que não lhe pertencem. O trânsito que atravessa a Praça da Fruta é completamente caótico. Após o mercado, o estacionamento em redor da praça contínua, “não

há m2 de passeio, em que caiba um automóvel, onde já lá não esteja um estacionado” (Mangorrinha, 2002, p.11) [Fig. 75].



Figura 75 – Estacionamento na Praça da República (Foto do Autor, 2012)

3.2.5 - Limpeza e Manutenção

Efectivamente, a limpeza deste espaço público é mínima ou praticamente inexistente, além do seu empedrado estar enegrecido, os vendedores não possuem recipientes para o lixo, deixando o seu espaço de venda com restos de fruta, papeis, cartões e sacos de plástico espalhados não só pelo recinto do mercado mas também pelas ruas e passeios envolventes, tornando-se até notícia de jornal quando este espaço é limpo [Fig. 76].

“Nos estudos de caracterização expressos no Plano de Pormenor (em análise), verifica-se que, estando os inquiridos satisfeitos com a sua habitação e gostando de residir no Centro Histórico, se mostram no entanto descontentes com as questões de qualidade urbana, nomeadamente ao nível dos espaços exteriores e do ambiente (limpeza e manutenção, estacionamento, arruamentos, iluminação e outros)” (Mangorrinha, 2005, p.9).



Figura 76 – Lixo no Chão (Foto do Autor, 2012)

3.2.6 - Mobiliário Urbano

Neste espaço existem seis contentores em condições higiénicas deploráveis [Fig. 77]. Os sete bancos colocados ao longo da praça, encontrando-se praticamente todos, desnivelados e em precárias condições de utilização. As duas papeleiras que estão no recinto da Praça da

Fruta, para além de serem poucas, estão em péssimo estado não servindo praticamente para nada [Fig. 78]. O fontenário, que serve os utilizadores deste espaço, encontra-se em péssimo estado de preservação, não dignificando a Praça da República (Praça da Fruta). O histórico marco de correio, está desnivelado e a precisar de ser restaurado. Os candeeiros existentes além de serem insuficientes, estão em mau estado de conservação, alguns não têm luz e outros estão partidos, causando, tanto ao utilizador como ao turista, um aspecto triste e desolador [Fig. 79].



Figura 77, Figura 78 e Figura 79 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)

3.2.7 - Pavimento

O tabuleiro da praça está num estado de tal maneira deplorável que mais parece estar ao abandono, os lancis estão desalinhados, gastos e partidos; o piso está escurecido e desnivelado, sendo que em certos locais é habitual encontrar pedras soltas que pertencem ao desenho da calçada e noutros sítios é notório a ausência destas, que fazem com que este espaço público fique com um aspecto deplorável e desolador. Um dos motivos que proporciona esta situação é também a montagem e desmontagem diária dos chapéus-de-sol, tendas e dos toldos, que faz com que a calçada se vá deteriorando [Fig. 80].

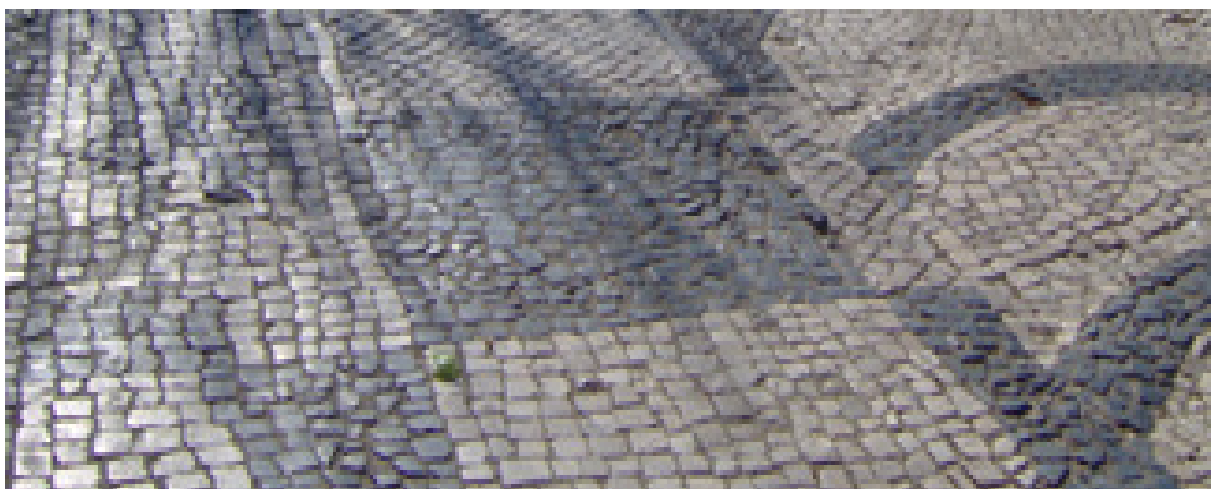


Figura 80 – Aspecto Ondulado da Calçada (Foto do Autor, 2012)

3.2.8 - Zona Verde

As árvores que estão plantadas neste local apresentam um aspecto doentio. Algumas caldeiras estão vazias, outras cheias de lixo e de pedras que se soltam da calçada, e ainda, outras desniveladas em relação ao pavimento [Fig. 81] e [Fig. 82].



Figura 81 e Figura 82 – Aspecto Desolador das Árvores e Caldeiras (Foto do Autor, 2012)

3.2.9 - Cargas e Descargas

Um dos principais problemas que se colocam aos vendedores do mercado é a ausência não possuírem um local próprio para cargas e descargas. Carregam e descarregam os produtos diariamente, para as suas carrinhas que ficam estacionadas, em redor de todo o perímetro da praça, durante o tempo em que o mercado está a funcionar, tornando-se premente um local próprio onde os vendedores possam armazenar os produtos, que não são vendidos no mercado [Fig. 83, 84 e 85].



Figura 83, Figura 84 e Figura 85 – Cargas e Descargas de Produtos (Foto do Autor, 2012)

3.2.10 - Edifício de Apoio

Sendo a Praça da República o centro da cidade, local onde se concentra um maior fluxo turístico não existe um posto de turismo. Falta instalações sanitárias condignas, de apoio ao recinto do mercado. Este espaço não possui um edifício de apoio ao mercado, onde os vendedores possam colocar as bancas, os toldos e os chapéus-de-sol, quando encerrar o mercado. A ausência de um café e restaurante, que sirva de apoio a este espaço, dignificando-o e que lhe proporcione uma nova vivência, para quando a tarde cair os vendedores e clientes se forem embora a praça não fique deserta.

Sendo assim, torna-se premente a construção de um edifício de apoio à Praça da



Figura 86 – Praça D. Maria Pia, cerca de 1884 (Barros, 2005, p. 131)

República (Praça da Fruta), que deverá ser edificado a nascente desta, local onde outrora já existiram construções e hoje lhe falta esta frente [Fig. 86].

3.2.11 - Espaços Nocturnos

Especialmente no período da manhã “Os caldenses são confrontados com um centro de comércio central vivo albergando uma vida urbana intensa, (...) esvaziando à tarde, até se tornar vazio e inseguro durante a noite” (Mangorrinha, 2005, p.7). É essencialmente um local de passagem, servindo praticamente para os automóveis atravessarem o seu deserto urbano. Antigamente, era palco constante de famílias e grupos de amigos a passearem e a conviverem na praça, ou mesmo nos cafés, que se encontravam abertos à noite, passando estes com o decorrer do tempo, a serem substituídos por encontros ocasionais nos pisos dos centros comerciais, fazendo mesmo com que o centro da cidade se torne num local inseguro devendo



Figura 87 – Praça da República á noite (Foto do Autor, 2013)

este “ser dinâmico, moderno, vivo e atractivo sob pena de não dar resposta à sua procura e à sua segurança” (Mangorrinha, 2002, p.16) [Fig. 87].

Há também mudanças estruturais que afectam a continuidade das funções tradicionais da praça com as novas tendências do comércio, as novas regras de controlo da venda de géneros, a mudança dos circuitos de distribuição e venda, as alterações sociais da urbanidade, os novos hábitos de consumo, as modificações da localização dos serviços públicos e dos padrões de acesso dos respectivos utentes. A esta avalanche de mudanças que se abateu sobre a Praça da Fruta nas últimas duas décadas, não correspondeu nenhum movimento, que a contrariasse, afirmando mesmo as vendedoras deste espaço, que a praça está a morrer.

“Quer isto significar que o mercado diário é hoje o principal factor de animação da Praça da República, pelo que nem sequer uma eventual transferência pode ser decidida sem se equacionarem as consequências sobre o futuro de uma das peças mais emblemáticas do centro histórico da cidade” (Serra, 2003, p.58).

3.2.12 – Envolvente Edificada – Estado de Conservação

A praça não pode ser estudada como um elemento isolado, pressupondo uma análise do espaço que a circunda, devendo-se ter em linha de conta que este espaço público tem uma dupla funcionalidade, isto é, de manhã é mercado e à tarde espaço de lazer.

Neste capítulo, analisaremos os edifícios que circundam a praça descrevendo o número de pisos, largura das suas frentes e o estado de conservação dos seus alçados, considerando três categorias, bom, regular e mau. Entendendo por bom estado de conservação, os edifícios que tiveram recentemente obras de manutenção, ou que não apresentem quaisquer tipos de problemas. O estado de conservação regular indica que os problemas detectados não são de urgente intervenção e podem ser facilmente reparados, relacionando-se, principalmente, com a necessidade de obras de manutenção. Em mau estado de conservação encontram-se todos aqueles que já não estão habitáveis devido ao estado de degradação em que se encontram.

De certa maneira, pode-se dizer que a maior parte dos edifícios envolventes à praça possuem uma perda de qualidade, arrastando uma existência que não é assistida, reflectindo-se esta, numa degradação progressiva, surgindo, associados fundamentalmente no rés-do-chão ao comércio, e nos pisos superiores a escritórios e habitação, que pode vir a comprometer futuramente a sua recuperação.

Esta praça é constituída a norte por quinze edifícios, que figuram um conjunto edificado de volumetria irregular, devido ao aumento do número de pisos de dois edifícios,

respectivamente, os números 7 a 8 e 29 a 31, que têm seis pisos e estabelecem conflitos volumétricos com o resto do conjunto edificado [Fig. 88].



Figura 88 – Alçado Conjunto (Foto do Autor, 2012)

Devido a intervenções desmedidas que provocaram situações negativas no equilíbrio da volumetria, “que foram feitas sob o equívoco da renovação e valorização urbana do património construído” (Mangorrinha, 2002, p.6) [Fig. 89 e 90], devendo estas serem vocacionadas num universo de recuperação ou de restauro e nunca de destruir para construir de novo, fomentando “situações negativas no equilíbrio de volumes, utilização de materiais, cor e linguagem arquitectónica local” (Mangorrinha, 2002, p.9).



Figura 89 – Edifício Demolido (Gazeta das Caldas, 2013)

Figura 90 – Edifício Existente (Foto do Autor, 2013)

Os restantes edifícios variam entre os dois e os quatro pisos são caracterizados por parcelas com uma frente compreendidas entre os 6 metros a 16 metros de largura.

No que se refere ao seu estado de conservação, e com base nas categorias atrás citadas, apenas o edifício da junta de freguesia (antiga Câmara Municipal) se encontra em bom estado, contrastando com o da Farmácia Central e do café Bocage, que para além de estarem em mau

estado de conservação, os pisos superiores estão devolutos. Os restantes edifícios encontram-se em estado de conservação regular.

De salientar, o actual edifício da Junta de Freguesia, situado numa zona central, este edifício joanino, é constituído por dois pisos e uma torre com um relógio. Os seus alçados são simples, apenas animados pelas volutas do frontão superior e pelos remates curvilíneos das portas e janelas, o que fez com que se torna-se num ponto de referência desta praça, não só



devido à sua arquitectura, mas também ao seu relógio, que faz parte da pequena torre sineira, impondo-se neste espaço edificado. Encontra-se em bom estado de conservação, devido as obras de conservação de que foi alvo recentemente.

Como ponto negativo “o relógio da torre do edifício da Câmara Municipal, que desde 1841, meticolosamente, sem interrupção nem sobressalto, contou o tempo, minuto a minuto, hora a hora (...) suspendeu a incessante contagem” (Querido, 2009, pp.21-22), e se encontra em estado total de abandono [Fig. 91].

Figura 91 – Actual Edifício da Junta de Freguesia (Foto do Autor, 2012)

Também a Nova Padaria Tabuense, respectivamente com os números 5 a 9, constituída por três pisos, destina-se ao fabrico e comercialização de pão. De realçar na sua fachada a exibição do recurso ao azulejo, nomeadamente na inscrição da designação da loja



casando pedra com azulejo e mantendo o mesmo tipo de fenestração, integrando-se numa arquitectura de influência Arte Nova. Além dos seus pisos superiores se encontrarem devolutos o seu estado de conservação da fachada é regular [Fig. 92].

Figura 92 – Designação da Nova Padaria Tabuense (Mangorrinha, 2005, p. 35)

A sul da praça estão dez edifícios com uma volumetria regular, que varia entre os dois e os quatro pisos, as suas parcelas são caracterizadas com uma frente compreendida entre os 5,00 metros a 16,00 metros de largura. Em relação ao seu estado de conservação, os edifícios da Caixa Geral de Depósitos e do estabelecimento de ferragens, Joaquim Baptista estão em bom estado, os restantes em estado de conservação regular [Fig. 93].



Figura 93 – Alçado Conjunto (Foto do Autor, 2012)

Neste edifício, a Caixa Geral de Depósitos, que é constituída por três pisos e que faz esquina com o largo Dr. José Barbosa, construído nos finais do século XIX, destinado a funcionar como estabelecimento comercial, mais propriamente uma mercearia central, denominada Mercearia Central de Portas Largas, devido aos seus alçados serem caracterizados por possuírem portas largas.



Figura 94 – Edifício Caixa Geral de Depósitos (Foto do Autor, 2012)

Nesta época, por não existir um corpo de bombeiros na povoação, era este estabelecimento que disponibilizava os seus quatro carros para acudir aos fogos, serviço que continuou a prestar mesmo depois da criação do corpo de bombeiros voluntários, finalizando apenas quando este estabelecimento comercial no início do século XX deu lugar ao Banco Industrial Português. Devido a esta mudança de ramo, as suas portas largas que caracterizavam este edifício foram alteradas, em seu lugar ficaram janelas largas.

Actualmente o edifício é propriedade da Caixa Geral de Depósitos, e encontra-se em bom estado de conservação [Fig. 94].

O histórico edifício, que durante várias décadas pertenceu ao Banco de Portugal, foi construído no início do século XX, com dois pisos, ficando o 1º andar destinado a ser habitação do administrador do banco. O rés-do-chão manteve-se sempre ligado à banca, posteriormente foi do Banco Pinto & Sotto Mayor e actualmente é propriedade do Millennium. O edifício, que recebeu avultadas obras de requalificação no ano 2000, mantém a sua traça original, no alçado os vãos apresentam um movimento ritmado em arcos de volta inteiros. Estes são realçados por cantarias com a mesma métrica. De lamentar, a deficiente pintura, existente na fachada devido a esta apresentar diversas tonalidades de amarelo. O edifício encontra-se em estado de conservação regular [Fig. 95].



Figura 95 – Edifício do Antigo Banco de Portugal (Foto do Autor, 2012)

A nascente, a praça é constituída por um espaço urbano incompleto, uma vez que lhe falta uma frente, isto é, um espaço onde outrora já existiram construções e que actualmente funciona como uma espécie de estacionamento, importando entender “a Praça da República como um espaço urbano inacabado, uma vez que lhe “falta uma frente. Ou seja, o topo nascente, onde outrora já existiram construções” (Mangorrinha, 2005,p.24) [Fig. 96]



Figura 96 – Vista nascente da Praça da República (Foto do Autor, 2012)

A ponte, a edificada é constituído por quatro edifícios com uma volumetria regular,

que variam entre os três e quatro pisos, são caracterizados por parcelas com uma frente compreendida entre os 6 metros a 11 metros de largura. Em relação ao seu estado de conservação, os números 108 a 110 estão em bom estado e os números 102 a 106 em estado regular [Fig. 97].



Figura 97 – Alçado Conjunto (Foto do Autor, 2012)

De salientar neste edificado a antiga filial dos Grandes Armazéns do Chiado, edifício



de esquina marcante, com três pisos, construído em meados do século XX. Actualmente está a laborar como filial do Millennium. De destacar o grande respeito cultural evidenciado na reabilitação de que foi alvo, a escolha dos materiais que dão forma aos novos usos, reflectem uma atitude contemporânea com o fim de dar visibilidade e honestidade intelectual à intervenção por contraste com o existente; de realçar o friso em azulejos de influência Arte Nova. Este edifício encontra-se em bom estado de conservação [Fig. 98].

Figura 98 – Antigo Edifício dos Grandes Armazéns do Chiado (Foto do Autor, 2012)

3.3 – O Futuro da Praça

A praça é o espaço público mais marcante da cidade, daí a importância de desencadear uma discussão e debate por parte dos vendedores, utentes e comerciantes do espaço, no sentido de sensibilizar uma operação de valorização onde as opiniões de todos sejam levadas em conta, apresentando soluções de dinamização, com a finalidade de recuperar a identidade, o carácter urbano e cívico deste centro de comércio, para que a sua história e essência não seja desvirtualizada e que volte a ser um espaço dinâmico e atractivo.

“Embora o seu lugar histórico-social e a qualidade – embora ferida – do tecido urbano que a configura fossem motivos mais que suficientes para a urgência dum trabalho de requalificação deste espaço urbano da cidade” (Mangorrinha, 2005, p.24)

Dai que, qualquer proposta de mudança desta praça deve implicar “um conhecimento profundo das várias áreas de evolução, da formação da cidade, que é histórica e cultural” (Mangorrinha, 2002, p.10), no sentido de revitalizar económica, social e culturalmente, recuperando a sua identidade, o seu carácter urbano e cívico deste centro de história e de comércio, renovando o seu prestígio como testemunho de vivências e de acontecimentos ímpares na história da cidade. Esta renovação deve ser entendida como uma valorização do espaço adaptando-se “ao momento contemporâneo sem ferir o seu valor patrimonial e social” (Mangorrinha, 2005, p.24).

Este espaço público resiste à tendência generalizada de que as praças já não são hoje em dia o teatro das principais cenas da vida pública, e os seus mercados tendem a ser substituídos por grandes áreas fechadas. Este recinto tem a particularidade de estimular uma reflexão técnica e científica acerca das melhores soluções para este espaço, tendo não só em conta a conservação da sua identidade, mas também a resolução dos problemas existentes. Todavia, nunca deverá ser efectuada qualquer alteração de fundo, que implique uma transformação radical, na sua imagem ou no seu quotidiano porque, poderá criar um corte vivencial que pode vir a ser fatal na sua dinâmica urbana.

“Por um lado há que ter em conta que qualquer obra que se realize na Praça da República sobretudo ao nível do tabuleiro central, tem de ser uma obra minuciosamente faseada, para que não se corra o risco de a requalificação ser a morte do mercado diário que ali se realiza” (Mangorrinha, 2005, p.24).

Assim, a qualificação e a dinamização da Praça da Fruta devem ser um objectivo inadiável a partir da concretização faseada de um plano global de intervenção, com uma dinâmica de valorização deste espaço, nomeadamente, o mercado, conforme aconteceu em 1883. Nesta sequência, deve-se ter em conta, que: “Qualquer projecto de requalificação da Praça da República tem de ser iniciado através da resolução das questões funcionais: a manutenção e requalificação do mercado, as cargas e descargas” (Mangorrinha, 2005, p.24), a recuperação do seu carácter de centro urbano, valorização cultural do seu espaço público, valorização do espaço pedonal, requalificação do mobiliário e a reabilitação do tecido edificado, nomeadamente as fachadas.

3.3.1 - Acessibilidade

O acesso à praça deve ser efectuado através de passadeiras sobrelevadas e iluminadas, com a finalidade de proporcionarem um atravessamento seguro e confortável para os peões, fazem também com que a velocidade dos automóveis seja reduzida. Devem ser colocadas rampas de acesso directo à praça em locais a definir, de modo a ficarem perfeitamente integradas e em sintonia com a realidade envolvente, para permitirem um simples e fácil acesso as pessoas com mobilidade reduzida. Na paragem dos autocarros também deve ser colocada uma rampa de acesso que “bem dimensionada assume-se como um percurso de eleição a quem circula” (Teles, 2009, p. 201) [Fig. 99].

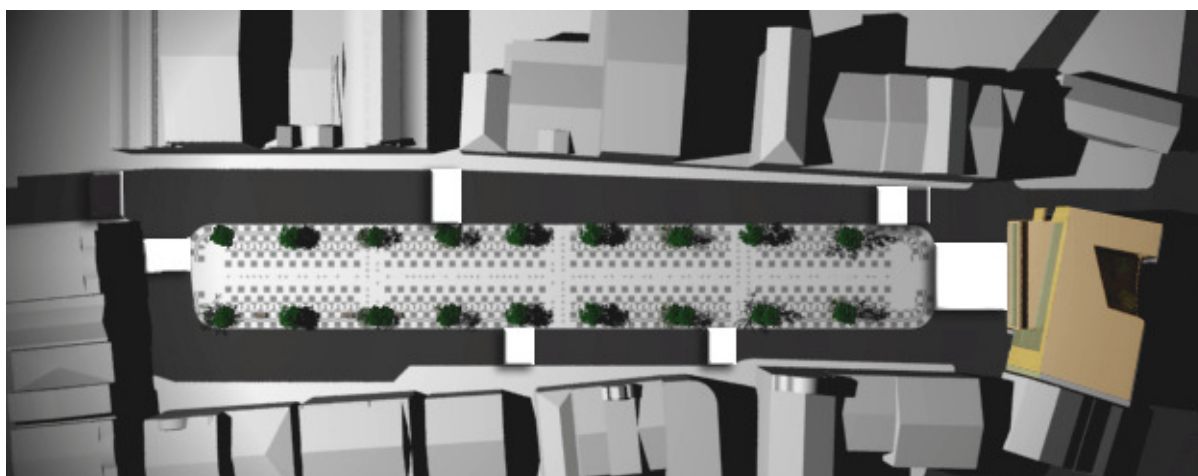


Figura 99 – Planta de Acessibilidades (Foto do Autor, 2012)

3.3.2 – Equipamento

“Qualquer intervenção neste espaço e na actividade do mercado deve ser obviamente ponderada, de modo a não desvirtuar o espaço da praça nem por em causa o futuro do mercado, tanto do ponto de vista de quem nele vende como de quem nele se abastece” (Mangorrinha, 2004, p.95).

Depois de um levantamento das características e tipologias dos produtos e de todas as actuais bancas, existentes no mercado, deverão:

a) Ser redefinidas as áreas por vendedor.

b) Ser concebidas e colocadas bancas, que sirvam de apoio aos vendedores do mercado, devendo estas possuírem identificação personalizada, serem móveis, fáceis de montar, facilidade de transporte, facilidade de armazenamento e duráveis, de maneira a permitir uma maior higiene. Estas devem ser implantadas em sítios previamente estabelecidos, de modo a evitar a degradação da calçada.

c) As características de circulação dos visitantes, deste espaço público, devem de ser mantidas intactas.

d) Nas bancas, devem também ser colocados toldos de varias cores, de modo a protegerem as pessoas tanto do sol como da chuva. Devendo estes responderem a questões de dimensionamento, apelo visual, construtividade, funcionalidade versatilidade, facilidade de limpeza e economia de meio [Fig. 100, 101 e 102].



Figura 100, Figura 101 e Figura 102 – Desenho de Bancas (Mangorrinha, 2004, pp.42-43)

3.3.3 - Estacionamento

Actualmente existem dois estacionamento, num raio de 100 metros, respectivamente na Praça 25 de Abril, com capacidade para duzentos e oitenta lugares e no Centro Cultural para trezentos carros.

A solução poderia passar, na nossa opinião, pela criação de um parque de estacionamento subterrâneo sob o quarteirão a nascente da Praça da Fruta, prevendo este um espaço destinado aos veículos dos vendedores do mercado [Fig. 103]. Deverá também ser redesenhada a rede de tráfego e respectiva sinalética, com o reposicionamento da paragem dos táxis e carros de aluguer junto do passeio oposto ao actualmente utilizado, em função dos horários de funcionamento da praça.



Figura 103 – Planta de localização da Praça da República com estacionamento proposto (Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 2012; Foto do Autor, 2012)

3.3.4 - Limpeza e Manutenção

Deve existir um novo sistema de limpeza e manutenção deste espaço, que preveja a afectação de funcionários devidamente formados e fardados. A limpeza deverá ser realizada diariamente, após o fecho do mercado. Os vendedores, ao longo do tempo em que o mercado estiver a funcionar devem garantir, que a sua banca esteja sempre nas devidas condições de higiene. Deste modo, devem colocar todos os resíduos que se encontrarem na sua banca ou em seu redor em recipientes destinados para o efeito.

3.3.5 - Mobiliário Urbano

No sentido de contribuir para uma melhoria dos seus serviços e consequente proporcionar condições para o convívio e permanência na praça, especialmente depois do mercado acabar, é fundamental a existência de novo mobiliário urbano, que permita satisfazer as necessidades dos utilizadores deste espaço publico como:

a) Bancos – Devem ser seguros, confortáveis e colocados sob as árvores existentes, de forma a não interferirem com a circulação pedonal, e garantirem uma utilização mais agradável e segura [Fig. 104].

b) Candeeiros – Deverão ser colocados nas extremidades norte e sul da praça, para que o seu centro fique desimpedido, de modo a proporcionar melhor circulação e uma efectiva iluminação nocturna.

c) Fontenários – Devem ser colocados em locais a não constituir um obstáculo à circulação e de forma a tornarem-se perfeitamente acessíveis aos utilizadores do mercado. Estes devem ser dignos do espaço que ocupam, de modo a valorizar o mercado.

d) Contentores – Devem ser seguros, com as tampas facilmente manuseadas, e colocadas, preferencialmente, em zonas próprias que não interfiram com a circulação pedonal e serem adjacentes ao passeio de modo a garantir um percurso acessível [Fig. 105].

e) Marco do correio – O tradicional e já tão enraizado marco do correio vermelho é um verdadeiro exemplo de uma boa prática que perdurou no tempo, deverá ser colocado junto ao chão, facilmente detectado e localizado de modo a não obstruir a circulação pedonal [Fig. 106].

f) Papeleiras – Devem ser colocadas de forma mais conveniente, em relação ao percurso, não devendo nunca, em situação alguma, serem suspensas nos candeeiros de iluminação pública, ou em barras de apoio, para que não venham a ser ignoradas pelos peões

mais distraídos e não serem detectadas pelas ponteiras auxiliadoras dos cegos.



Figura 104 Figura 105 Figura 106 – Mobiliário Urbano (Foto do Autor, 2012)

3.3.6 - Pavimento

O pavimento da praça com o seu característico pavimento em calçada de vidro preto e branco, que acarreta uma carga histórica de certa relevância, ou seja a sua memória, deverá ser alvo de um levantamento exaustivo do seu desenho, de modo a permitir, a sua integração actual, depois de ser corrigido e recuperado, devendo este manter-se inalterado [Fig. 107]. Os lancis devem ser reperfilados, e serem criadas rampas em locais de acesso, onde se ache de maior conveniência. Propõe-se o alargamento do passeio a norte da praça, com a finalidade de dignificar a zona comercial.



Figura 107 – Pavimento Corrigido e Inalterável (Foto do Autor, 2012)

3.3.7 - Saneamento

Deverá ser elaborado um projecto que venha a contemplar um novo e moderno sistema de electricidade, abastecimento de água e redes de esgotos doméstico e pluvial, no sentido de se conseguir um melhor escoamento das águas provenientes das chuvas. As águas residuais provenientes da lavagem da praça, devem ser encaminhadas para pontos de descarga, identificados no local.

3.3.8 - Zona Verde

As árvores centenárias existentes na Praça da Fruta, devem ser alvo de um tratamento especial de modo a poderem ser preservadas, devendo para isso, proceder-se às correcções necessárias para a manutenção da sua integridade, de modo a que possam vir a serem inseridas, no ambiente urbano e proporcionarem um maior embelezamento. Por outro lado, permitem purificar o ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos, gerarem sombra evitando que os raios solares incidam directamente nos utilizadores da praça e amortecerem os ruídos



provocados pelos veículos que passam, melhorando assim a qualidade de vida dos utentes deste espaço.

Devem também serem colocadas grelhas, para protecção das caldeiras existentes, devendo estas ficarem coincidentes com a cota do pavimento envolvente [Fig. 108].

Figura 108 – Grelha de Protecção para as Caldeiras (Teles, 2009, p. 209)

3.3.9 - Cargas e Descargas

Deverão ser definidos no mercado, locais e horários próprios para os carros dos vendedores descarregarem e carregarem os seus utensílios após esse horário estipulado, este espaço deverá ficar completamente desocupado, ficando os veículos estacionados no quarteirão a nascente da Praça da República.

Com a construção de um edifício de apoio a este mercado, as cargas e descargas passaram a ser efectuadas para uma zona existente no piso -1, que será destinada a armazenamento, evitando assim o estacionamento dos veículos em redor do mercado, que provocam sempre, seja em qualquer horário, um aspecto de desordem e de caos, tanto no mercado como no trânsito.

3.3.10 - Gestão do Mercado

A fim de acompanhar, apoiar e aconselhar, no sentido de trabalhar para melhorar o aspecto visual e tornar este espaço, mais agradável e funcional possível, deverá ser criado uma equipa de gestão do mercado, com sede, respectivamente, no edifício de apoio a construir a nascente da praça, com o objectivo de partilhar e actualizar os utentes do mercado com um boletim informativo, sobre o que acontece de interessante neste espaço.

Esta equipa deverá efectuar reuniões regulares, com os vendedores e todos os comerciantes dos estabelecimentos envolventes ao mercado, no sentido de implementar novas medidas e estratégias para, que este espaço público, se torne dinâmico e atractivo.

Esta equipa deverá também trabalhar em actividade de marketing, para que o perfil do mercado, possa ser elevado, assim como apostar “em percursos turísticos temáticos ou na animação nocturna” (Mangorrinha, 2005, p. 7). Deverá também ser elaborado um moderno regulamento do mercado, para que este possa vir a ter um excelente funcionamento, com o objectivo de dignificar o espaço e a cidade.

Uma proposta apresentada por alguns munícipes e frequentadores da Praça da República, tem a ver com a criação da marca “Praça da Fruta”, que visa enquadrá-la como um elemento activo de uma cidade criativa, valorizando a produção e venda local, assim como o seu desenvolvimento sustentável, apostando na dinamização do seu espaço, incluindo mesmo a nível cultural. Esta proposta pretende criar o site “Praça da Fruta”, elaborar um registo dos vendedores de produtores locais e fazer uma campanha mediática de afirmação nacional na imprensa local; regional, nacional e uma campanha de posicionamento e imagem sobre produtores e produtos locais, assim como um concurso de um filme publicitário, de curta metragem sobre a Praça da República (Praça da Fruta), com a finalidade de dinamizar o espaço culturalmente, criando sinergias com entidades locais (Jornal das Caldas, 2013).

3.3.11 - Edifício de Apoio

Devido ao remate da praça a nascente, ser constituída por um espaço incompleto, uma



vez que lhe falta uma frente, onde outrora já existiram construções e actualmente serve como uma espécie de estacionamento desordenado, o qual coloca questões de articulação e enquadramento, local onde, deverá ser construído o edifício de apoio à Praça de República (Praça da Fruta). A sua implantação nunca deve pôr em causa a circulação de pessoas, através de um eixo que liga a Praça da República ao Chafariz das Cinco Bicas [Fig. 109].

Figura 109 – Implantação do Edifício de Apoio ao Mercado (Foto do Autor, 2012)

Prevendo-se que comporte as seguintes funções:

Piso -1

Este piso terá um espaço destinado para armazenamento das bancas, toldos e outros utensílios, que se ache necessário ao bom funcionamento deste mercado, incluindo câmaras frigoríficas, para conservação dos alimentos que não se venderam no mercado.

Piso 0 - Ao nível deste piso e em correlação directa com a praça deverá funcionar um espaço destinado para turismo onde o visitante poderá aceder a informação sobre a região, exposições e divulgação de produtos da região. Assim como uma zona destinada a cargas e descargas e casas de banho públicas que sirvam de apoio aos utentes do mercado.

Piso 1

Este piso deverá ser destinado a um espaço de convívio e possuir um espaço destinado a sede da equipa de gestão do mercado, devendo este comportar um corpo saliente sobre a praça para que os seus utentes possam observar o quadro vivo, que é o mercado e à noite servir como um foco, que se projecta sobre este espaço público, com a finalidade de lhe restituir a dinâmica que perdeu.

Piso 2

Neste piso deverá funcionar um restaurante, com o objectivo de criar sustentabilidade para o funcionamento do edifício, sendo que o restaurante terá que apostar nos produtos regionais. Deverá também possuir uma varanda panorâmica, com vista sobre a Praça da Fruta e para todos os edifícios históricos que a circundam, permitindo uma visualização calma e cuidada do ex-líbris da cidade caldense.

Cobertura

Ao nível da cobertura deverá também ser aplicada energia fotovoltaica, com a finalidade de alimentar os candeeiros, sinalética, instalações sanitárias, bar e restaurante [Fig. 110].



Figura 110 – Maquete do Edifício de Apoio (Foto do Autor, 2012)

Por sua vez a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, pretende adaptar, para espaço turismo, um antigo edifício que pertenceu á esquadra da polícia de segurança pública, e onde chegou também a funcionar como prisão e finanças, encontrando-se hoje em completo estado de abandono. Está inserido num quarteirão a nascente da Praça da República, separado desta por duas ruas, tornando-se apenas visível, devido a este topo se encontrar incompleto. Depois de obras de adaptação, prevê-se que comporte as seguintes funções:

Piso Térreo – Este piso será destinado a posto de turismo, para a divulgação dos produtos regionais e um espaço destinado a instalações sanitárias públicas de apoio aos comerciantes da Praça da Fruta.

Piso 1 – Neste piso estão previstas a sede dos artesãos, uma sala multifuncional que possibilita a exposição de artesanato ou a organização de eventos, um espaço pedagógico de artes e tradições e um local de promoção da gastronomia.

Piso 2 – Este piso será destinado para arrumos do espaço turismo, espaço onde se guarda todo o stock de material da loja Marca Caldas, assim como todo o material necessário ao bom funcionamento dos ateliers e do espaço (Câmara Municipal Caldas da Rainha, 2013).

Em virtude deste edifício não se localizar no espaço urbano pertencente á Praça da República, não resolve o espaço inacabado que lhe falta e onde outrora já existiram construções, não interage directamente com o mercado no sentido de apoiar os utentes deste espaço, respectivamente no armazenamento das bancas e dos toldos depois deste acabar. Também não prevê uma zona para as cargas e descargas, nem um espaço destinado a sede de uma futura equipa de gestão do mercado.

Torna-se assim premente a construção de um edifício que complete o espaço inacabado a nascente da praça para que a dignifique e lhe restitua a dinâmica que perdeu, principalmente depois do mercado acabar [Fig.111].



Figura 111 – Futuro Edifício Espaço Turismo (Foto do Autor, 2013)

3.3.12 - Edifícios Envolventes

Não é admissível fazer alguma intervenção no mercado sem recuperar os edifícios envolventes, visando fundamentalmente a renovação e reconstrução do edificado degradado, devendo-se ter também em vista uma melhor qualidade de vida dos seus usuários.

“Ao Cidadão (...) cabe defender a urbanidade, a estrutura social, a própria vivência urbana, não permitindo porém que valores exógenos alterem o equilíbrio desta importante área urbana através da degradação dos edifícios e do meio urbano” (Mangorrinha, 2002, p.5).

Por sua vez, para John Ruskin citado por Lima, a conservação da arquitectura do passado, como expressão de arte e cultura, permite perceber a relação entre os vários estilos arquitectónicos e as técnicas de construção, demonstrando o trabalho de determinada altura. Defende aquele autor que a ideia de que as edificações deveriam progredir através dos séculos intocáveis, envelhecendo entregues ao seu destino, permitindo apenas pequenas intervenções, que evitassem a sua queda prematura, de forma alguma admitia imitações, acréscimos ou cópias. Sustenta mesmo que podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença e que mais vale um material grosseiro, mas que narre uma história, do que uma obra rica e sem significado.

A maior glória de um edifício não reside nas suas pedras nem no seu ouro. A sua glória está toda na sua idade, nessa sensação profunda de expressão, de vigilância grave, de simpatia misteriosa quase desprende das suas paredes amplamente banhadas pelas ondas rápidas da humanidade (Lima, 2004, p.11).

Por sua vez, Camillo Boito tentou reconciliar as várias visões sobre este tema apresentando em 1883, a Carta de Restauração, que defende oito pontos a serem levados em consideração:

- 1 - A distinção de estilo entre antigos e novas partes de um edifício.
- 2 - A diferenciação dos materiais de construção entre o novo e o velho.
- 3 - Eliminação de molduras e elementos decorativos aplicados nos edifícios históricos.
- 4 - Exposição de todas as partes relevantes do edifício, que foram removidos.
- 5 - Inscrição da data da intervenção no edifício.
- 6 - Epígrafe descritiva anexada ao edifício do trabalho de restauração feito.
- 7 - Registo e descrição num lugar público, de fotografias das diferentes fases da restauração.

8 - Publicidade visual do trabalho de restauração feito (Boito, 2002).

Estes oito pontos têm como finalidade manter a autenticidade em termos da identificação dos materiais originais. Enunciando como conclusão um princípio geral no restauro “a mínima intervenção” (Boito, 2002, p.24)

Por sua vez, Cesare Brandi defende nas suas teorias, que as intervenções nos edifícios deviam de ser conduzidos em relação ao seu significado histórico, limitadas pelo estado físico em que se encontra e suportada por um vasto conhecimento técnico, estilístico, filosófico e histórico. Se o restauro for executado sem critérios pode causar danos à obra, que irão perpetuar-se por várias gerações, “deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra-de-arte, desde que isso seja possível, sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra-de-arte no tempo” (Brandi, 2004, p. 33).

Dado o valor urbanístico das construções envolventes à Praça da República, algumas das quais ainda com manifesto valor arquitectónico e histórico, devem as que se encontram em diferentes estados de degradação serem intervencionadas, especialmente ao nível da requalificação das fachadas, sendo conveniente definir de forma tipificada os níveis de intervenção incluindo a conservação, reparação, limpeza e pinturas dos elementos originais tais como as coberturas, as caixilharias, os gradeamentos, assim como a remoção de elementos dissonantes sempre que isso se justifique.

Para os edifícios, que se encontram em estado regular de conservação, deve-se actuar fundamentalmente em pequenas reparações e beneficiações, não obrigando estas intervenções ao realojamento temporário dos seus habitantes. Devem ser levadas a cabo sem comprometer demasiado o dia-a-dia.

Para os que se encontram em mau estado de conservação, pode-se inclui-se ainda:

- a) Substituição ou reparação das carpintarias e caixilharias;
- b) Reparação de alguns elementos estruturais, fundamentalmente pavimentos;
- c) Reparação dos revestimentos exteriores e interiores da cobertura das paredes interiores e exteriores;
- d) Substituição das instalações eléctricas e hidráulicas;
- e) Melhoramento das condições funcionais, ambientais especialmente a cozinha e casas de banho.

De facto, e antes de tudo o mais, qualquer que seja a intervenção de reabilitação nos edifícios antigos envolventes à Praça da República, os seus elementos mais significativos devem de ser aproveitados, para que as suas evidências de carácter histórico, detectadas no decorrer das intervenções, não sejam removidas ou alteradas, garantindo-se assim o respeito pelo seu valor cultural. Os danos físicos e a sua patologia construtiva, que se acumulou com o decorrer dos anos, devem de ser resolvidas, para melhorar substancialmente a qualidade ambiental e valorizar este espaço público [Fig. 112].



Figura 112 – (Coloração das Fachadas, 2008)

CONCLUSÃO

O estudo realizado sobre a Praça da República (Praça da Fruta) das Caldas da Rainha permitiu-me o encontro com uma situação problemática em termos urbanísticos. Neste estudo, apontam-se algumas soluções, nem sempre de forma definitiva e dogmática, pois, em tudo o que se prende com o nosso património e os valores estéticos, há muitas opiniões e nunca será unânime o caminho que se aponte.

Este estudo foi também um momento de afecto, recuperação da memória, por aquilo que este espaço tem de evocativo. A Praça da República é o centro físico da cidade, mas é também o centro da vida colectiva de muitos, pois é ponto de confluência de acontecimentos da nossa história comum.

A Praça da República, lugar central da cidade de Caldas da Rainha, como muitas das zonas históricas das nossas cidades e vilas, assiste à degradação e desertificação do seu meio envolvente. Perde-se, assim, muito do nosso património histórico, e o espaço deixa de poder estar ao serviço da vida das pessoas.

Torna-se, hoje, premente a necessidade de estudar o espaço urbano que, ao longo do tempo, se tem vindo a degradar e a desumanizar, tantas vezes por incúria ou por sujeição a interesses económicos. Há também uma maior consciência da necessidade de defesa do nosso património e, significativamente, surgem muitos grupos empenhados nessa defesa.

A análise da situação leva-me a apontar o que de errado se tem passado com esta praça e o espaço envolvente. Aqui se deixam críticas e se apontam respostas no sentido de corrigir ou melhorar. Também não haja ilusões, há um passado que não regressa e todas as coisas estão sujeitas à mudança que traz o tempo. Nem tudo o que é tradição só por isso é bom. Assim, procuremos apontar para uma intervenção, na praça, onde há muito funciona o mercado diário, que responda a um sentido estético e ao mesmo tempo funcional deste espaço.

Nunca será demais referir a importância que, historicamente, teve a Praça da Fruta para a vida dos caldenses residentes e de quem visita a cidade, caso singular no panorama nacional, pelo seu mercado diário a céu aberto, de fulcral importância económica, social e turística. No mundo, não serão muitas as praças que têm, sequer aproximadamente, a mesma funcionalidade. Comparativamente, estudei o caso da praça da cidade de Cambridge, com características semelhantes. Lançando um olhar sobre esta cidade inglesa – as suas funções, as intervenções ao longo do tempo, tudo o que oferece aos seus utentes, a equipa de gestão de

mercado, que tem como objectivo acompanhar, apoiar e aconselhar os comerciantes promovendo reuniões regulares, não só com os vendedores do mercado, mas também os comerciantes da área envolvente. De realçar também a elaboração do regulamento do mercado, com a finalidade de que este funcione devidamente, que nos pode ajudar a encontrar respostas para a possibilidade de melhorar o objecto de estudo.

As propostas de alteração que aqui se mencionam vão também no sentido de devolver à praça a vida que outrora teve, outrora centro social da cidade, hoje apenas com animação enquanto funciona o mercado diário. Não será possível devolver-lhe a antiga vida como merece este espaço? Por que demora uma intervenção dos serviços públicos? Intervenção que corrija a situação de decadência e dê solução a problemas de acessibilidade, de limpeza, de estacionamento e com a criação de um edifício de apoio que torne este espaço acolhedor e agradável e que não seja apenas local fortuito de passagem.

Como recuperar e preservar o valor simbólico da praça, tradicional local de encontro, de partida e de chegada? É também pela presença dos produtos transacionados no mercado, local de inter-relação do mundo rural com o mundo citadino.

Neste estudo, sugerimos algumas sugestões que podem tornar esta praça mais atractiva e acolhedora para residentes e para turistas.

É preciso chamar todos os utilizadores da Praça da República para um diálogo que traga sugestões, novas e viáveis perspectivas de vida. Não se trata de preservar por tradição, mas pela convicção de que, só melhorando, indo ao encontro de novas exigências, se pode salvar a praça, nos seus valores históricos, culturais, sociais e económicos. Tudo aqui deve estar subordinado a uma ordem que torne este lugar funcional, agradável e seguro. Não tenho dúvidas de que o que temos de defender em primeiro lugar é a simbiose entre a praça e o seu mercado, uma e outro constituem uma realidade unitária que não deve ser posta em causa, mas melhorada. Para isso, ficaram algumas sugestões que nos parecem merecer a atenção de todos os utilizadores, mormente a atenção dos responsáveis por este espaço.

REFERÊNCIAS

- Alves, F.M.B. (2003). *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e Ensino Superior.
- Angelis, B. L. D. (2004). *Praças: História, Usos e Funções*. Maringá: Editora da Universidade de Maringá.
- Barbini, F. (2011). *A Praça, um património da cidade a preservar e valorizar, in Património em construção. Contextos para a sua preservação, actas do simpósio*. Lisboa: LNEC.
- Barros, L. A. (Coord.). (2005). *Caldas da Rainha: Património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvin.
- Benevolo, L. (2004). *Histoire de la ville*. Marseille: Editions Marseille.
- Boito, Camillo (202). *Os Restauradores*. Brasil: Atelie Editorial.
- Boyd, S. (2005). *The Story of Cambridge*. Cambridge: University Press.
- Brandi, C. (2004). *Teoria da restauração*. Roma: Ateliê Editorial.
- Caldeira, J.(2007). *A Praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano, origem e modernidade*. Brasil: Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas.
- Câmara, M. C. R. (2013). Edifício Espaço Turismo. Acedido em Fevereiro de 2013 em http://www.cm-caldas-rainha.pt/portal/page/portal/PORTAL_MCR/ACTIVIDADE_MUNICIPAL/PLANEAMENTO_URBANISMO/REGENERACAO_URBANA/EDIFICIOS_TURISMO

Cambridge C. C. (2006a). *Cambridge Historic Core Appraisal, Conservation Area Appraisal*.
Acedido em 27 de Julho de 2012 em <http://www.cambridge.gov.uk>

Cambridge C. C. (2006b). *Cambridge Historic Core Appraisal, Market Hill*. Acedido em 6 de
Maio de 2012 em
<https://www.cambridge.gov.uk/sites/www.cambridge.gov.uk/files/docs/historic-core-appraisal-market-hill.pdf>

Cambridge C. C. (2011). *Charter Market Regulations*. Acedido em 17 de Setembro de 2012
em
<https://www.cambridge.gov.uk/sites/www.cambridge.gov.uk/files/docs/market-regulations.pdf>

Cambridge C. C. (2012). *Tourism policies*. Acedido em 17 de Março de 2012 em
<https://www.cambridge.gov.uk/tourism-policies>

Cambridge C. C. (2013a). *Market trading*. Acedido em 16 de Abril de 2013 em
<https://www.cambridge.gov.uk/markets-and-street-trading-licences>

Cambridge C. C. (2013b). *Grand Arcade car park*. Acedido em 6 de Maio de 2013 em
<https://www.cambridge.gov.uk/grand-arcade-car-park>

Caro, C. M., & Rivas, J. L. (1990). *Arquitectura urbana, elementos de teoria y diseño*.
Madrid: Libreria Editorial Bellisco.

Coelho, C. D. (Coord.). (2009). *A praça em Portugal*. Lisboa: DGOTDU.

D'Alfonso E. & Samsa, D. (2006). *Guia de História da Arquitectura, Estilos Arquitectonicos*.
Lisboa: Editorial Presença.

Ferrara, L. (1993). *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel.

Gehl, J., & Gemzøe, L. (2002). *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Gustavo Gili, SA.

Goitia (2010). *Breve História do Urbanismo*. Queluz de Baixo: Editorial Presença.

Gympel, J. (1996). *História da Arquitectura, Da Antiguidade Aos Nossos Dias*. Colónia: Peter Delius.

Hadley, C. (1995). *Cambridge History, Uma visão pessoal*. Cambridge: Universidade de Cambridge, Laboratório de Informática. Acedido em 15 de Junho de 2012 em <http://www.cl.cam.ac.uk/~ckh11/cam.html>

Joyce, C., Thomson, E., & White A. (2011a). *Cambridge Markets - Newsletter*
Acedido em 13 de Agosto de 2012 em
<https://www.cambridge.gov.uk/sites/www.cambridge.gov.uk/files/documents/market-newsletter-june-2011.pdf>

Joyce, C., Thomson, E., & White A. (2011b). *Cambridge Markets - Newsletter*
Acedido em 15 de Agosto de 2012 em
<https://www.cambridge.gov.uk/sites/www.cambridge.gov.uk/files/docs/market-newsletter-october-2011.pdf>

Jornal das Caldas (2013). *Criação da Marca da Fruta*. Acedido em 13 de Março de 2013 em
http://www.jornaldascaldas.com/Criacao_da_Marca_Praca_da_Fruta_e_proposta_para_votacao_no_Orcamento_Participativo

Kostof, S. (1992). *The City Assembled*, London: Thames and Hudson.

Lamas, J.M.R.G. (2004). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lemos, C.A.C. (1981). *O que é património histórico*. São Paulo: Brasiliense.

- Leniaud, J.M. (1992). *L'utopie française: essai sur le patrimoine*. Paris: Mengès,
- Lima, E.F.W., & Meleque, M. R. (2004). *Cultura Património e Habitação, Possibilidades e Modelos*. Brasil: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, R.J.
- Lynch, K. (1990). *Good City Form*. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press.
- Mangorrinha, J. (2002). *Cidade Termal, Boletim de Cultura Urbana, número um*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Mangorrinha, J. (2004). *Cidade Termal, Boletim de Cultura Urbana, número cinco*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Mangorrinha, J. (2005). *Cidade Termal, Boletim de Cultura Urbana, número nove*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Pereira, M.M.D.C.E. (2008). *Praças Publicas Sustentaveis, Caso de renovação das praças. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura*. Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- Pinto, A. L. (2002). *Cadernos de História da Arte*. Porto: Porto Editora.
- Querido, C. (2009). *Praça da Fruta*. Lisboa: Temas e Opções, Produção Gráfica e Eventos Lda.
- Robba, F. & Macedo, S. S. (2002). *Praças brasileiras, public squares in Brazil*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado.
- Rodrigues, L., Nuno, T. M. & Serra J.B. (Coord.). (1993). *Terra de Águas*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

- Saldanha, N. (1993). *Jardim e a Praça, O ensaio sobre o lado privado e o lado público da vida social e histórica*. Lisboa: Safe Editora.
- Serra, J. B. (2003). *21 Anos, pela história*. Caldas da Rainha: Património histórico – Grupo de Estudos.
- Sitte, C. (1992). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática.
- Spendolini, M. J. (1993). *Benchmarking*. São Paulo: Makron Books.
- Spirn, A. (1995). *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: EDUSP.
- Teixeira, M. C. (Coord.) (2001). *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Teles, P. (2009). *Cidades de Desejo entre Desenhos de Cidades*. Lisboa: Editor Instituto de cidades e vilas com mobilidade.
- Thomton, E. (2012). *Actualização sobre melhorias para o Mercado de Cambridje. Nota Informativa p.1*.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research*. California: Sage Publications.
- Webb, M. (1990). *The City Square*. London: Thames and Hudson.
- Zucker, P. (1959). *Town and square, from the agora to the village green*. Nova Iorque: Columbia Press.
- Zuliani, S. (1995). *L'enigma della piazza. La piazza nella storia: eventi, liturgie, rappresentazione*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.